



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL
Palácio do Planalto – Anexo II – Ala A – sala 105
70150-900 – Praça dos Três Poderes – Brasília-DF
Tel.: (61) 3411-3317/2030 – Fax: (61) 3226-9385 – e-mail: cnapo@presidencia.gov.br

16ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO

Dia 23.11.2016

Rogério Neuwald (Segov/PR) deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos na 16ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e iniciou os trabalhos informando que, em condições normais, o dia de hoje seria dedicado integralmente às reuniões das Subcomissões Temáticas - STs, mas que em função dos acontecimentos deste ano, em que tivemos apenas uma reunião de STs em 2016, achou-se por bem realizar esta reunião prévia, para nivelar alguns temas que a sociedade civil fez de levantamento, e para que os participantes pudessem se conhecer, tanto as pessoas com mais tempo de participação quanto as que estavam iniciando a participação. Disse ainda que seria feita uma abertura bem informal, uma vez que a abertura oficial sempre é a da plenária, mas que seria feito esse nivelamento para que fosse possível se trabalhar em conjunto.

Nossa intenção, pela manhã, é ter alguns informes, conforme programação. Após esse momento, Éverton (Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO) fará uma fala sobre a revalidação do Plano e depois teremos um breve comentário a respeito do funcionamento das STs.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO tem a sua governança estabelecida em duas instâncias: a CIAPO, que faz a relação entre os órgãos do governo federal, coordenada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD, na pessoa do Éverton, e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, este fórum, coordenado pela Secretaria de Governo, onde se faz o debate entre o Governo e Sociedade Civil.

Inicialmente vamos pedir que seja feita uma apresentação rápida, pois temos pessoas mais experientes e mais novas em termos de participação.

André Araújo (SEAD/CIAPO) se apresentou e informou que em função da construção do site do portal Agroecologia.gov, a SEAD disponibilizou um repórter e um fotógrafo para fazer a cobertura do evento e colher depoimentos individuais, então os membros da CNAPO e participantes poderão ser chamados para gravações e/ou fotos.

Seguiu-se a apresentação nominal dos participantes, com breves informações sobre entidade representada e local de origem.

Dando continuidade à programação, Rogério (Segov/CNAPO) informou que teríamos na sequência: os informes; a fala do Éverton (SEAD/CIAPO) sobre a Revalidação do Planapo 2016-2019, processo iniciado na última plenária; e depois o funcionamento das STs. À tarde, teríamos as reuniões das STs.

Na última plenária, surgiu uma demanda em relação à Anvisa, no sentido da continuidade ou não do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA. No dia 22/09/2016, a Anvisa compareceu à reunião da Mesa Coordenadora da CNAPO, prestando esclarecimentos sobre a situação até então. O representante da Anvisa na CNAPO, Carlos Vaz, fará hoje então um relato sobre a questão do PARA: como está funcionando, quais os encaminhamentos, etc. Depois de todos os relatos, abriremos para uma ou duas intervenções da plenária, mas o sentido desses informes não é promover um debate hoje, mas que os membros tenham conhecimento desses informes para a partir das discussões que vão ocorrer nas STs, eles possam deliberar, tirar algum encaminhamento, discutir, etc. Caso haja alguma demanda a mais, no dia de amanhã, quando houver o relato das STs, essa demanda seja colocada.

Carlos Vaz – Anvisa

No final da última plenária houve uma colocação a respeito da preocupação com a continuidade do PARA. Levamos essa demanda para a Anvisa e tivemos na reunião da Mesa Coordenadora a nossa gerente geral, Meiruze Souza Freitas, e os gerentes da área, prestando esclarecimentos. Destaco quatro pontos principais:

1. Não há perspectiva institucional de paralisação do Programa, que inclusive é um dos programas de maior visibilidade da Anvisa para a sociedade. E talvez um dos programas mais importantes, porque traz alguma perspectiva de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos e um quadro de possíveis contaminações dos alimentos que são oferecidos para a população.
2. Esse foi um ano de muita rotatividade para a Anvisa. A gerente geral de Toxicologia assumiu no início desse ano. Tivemos troca de diretor-presidente e de diretores nesse ano. A Anvisa possui cinco cargos de diretores, sendo que no momento dois estão vagos, com processo de indicação no Senado Federal. Um deles é o cargo do diretor da área de Toxicologia, que tem indicação de recondução. Todo esse processo tem resultado em uma discussão de reestruturação do Programa. Uma das perspectivas dessa reestruturação é fazer uma articulação com um programa nacional de resíduos contaminantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. É muito estranho que tenhamos dois programas governamentais que não conversam, não se comunicam, díspares. Está sendo feita essa conversa, tanto política quanto técnica, no sentido de aproximar esses dois programas, o que é congruente com a proposta de Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos – Pronara.
3. Não tivemos a coleta de alimentos em 2016, em função de todas essas questões, mas que essa coleta será reiniciada em 2017. Um determinado conjunto de alimentos é

coletado em supermercados de todas as capitais dos Estados e em alguns municípios mais importantes.

4. Desde 2012 não temos os relatórios divulgados. O relatório que vai englobar os resultados de 2013 a 2015 está pronto. Na reunião da mesa coordenadora foi dito que havia uma etapa ainda a ser cumprida, que era a de discussão na diretoria colegiada da Anvisa, mas essa etapa também já foi vencida. O relatório será divulgado em breve, possivelmente até amanhã.

Em linhas gerais, esse é o panorama. Talvez após a divulgação do relatório seja importante o debate como ponto de pauta específico para uma reunião futura.

Rogério (Segov/CNAPO) agradeceu e pediu o empenho da sociedade civil em relação à renovação dos mandatos da CNAPO. No dia 08/11/2016 venceram os mandatos dos representantes da sociedade civil. Os mandatos de todos os representantes podem ser renovados. Nós estabelecemos um prazo, para que essa renovação fosse comunicada, porém algumas entidades ainda não indicaram. Fazemos um apelo para que as entidades que ainda faltam nos encaminhem esses documentos o mais rápido possível para que possamos providenciar os trâmites internos para publicação da portaria de renovação desses mandatos.

Luisa Sabóia – CNAPO

As entidades que ainda não enviaram os documentos necessários para a renovação dos mandatos de seus representantes:

- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST;
- Câmara Técnica de Agricultura Orgânica – CTAO (Suplente);
- Subcomissão Temática de Produção Orgânica – STPOrg (Titular e Suplente);
- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB;
- Associação Brasileira de Orgânicos – BrasilBio;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Com esses documentos será possível providenciar a portaria para renovar os mandatos até 2018.

Chicão (MST) informou que a resposta já foi encaminhada.

Élson (STPOrg) informou que o ofício já foi encaminhado.

Douglas (Inkra) informou que, em relação às tratativas do Incra junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, em resposta aos acórdãos 775 e 2451. O acórdão 775 foi de março/abril de 2016, e levou ao bloqueio de praticamente 600 mil famílias beneficiárias da Reforma Agrária, por indícios de irregularidades. Após várias defesas do próprio Incra, já que o mérito desse acórdão não foi julgado ainda, o TCU publicou o acórdão 2451, que libera alguns indícios de irregularidades por um prazo de 120 dias, para serem sanados, portanto poderia haver o desbloqueio e o acesso a políticas públicas por parte desses beneficiários.

Nesse momento, estamos finalizando, até sexta-feira, toda a parte de informática do Incra, referente ao Sipra, sistema que reúne todas as informações dos beneficiários. Atuamos em

duas correntes. Analisando o acórdão, chegamos à conclusão de que muito do que foi ali apontado foi em função da ausência de marco legal. As leis tratam muito da condição de entrada dos beneficiários, mas não citam as condições de permanência desse beneficiário. A única referência era que o beneficiário não poderia negociar esse imóvel por um prazo de 10 anos. Mas a condição de progressão dele não existe em lei. Apesar do decreto 8738 (de maio de 2016, que já fala da condição de permanência desse beneficiário), o TCU apontou que não há lei que ampare esse decreto. Deve haver uma Lei e um decreto que se reporte à Lei. A Casa Civil nos chamou, colocou a posição do TCU, e questionou sobre o interesse do Incra em tornar o decreto lei. Assim, acabariam todos os problemas com relação à condição de permanência do beneficiário. Esses problemas são do tipo: servidor público; beneficiário que tem uma renda apontada pelo TCU de R\$70 mil por ano, e sabemos que muitos têm uma renda superior a essa; funcionário público em cargo eletivo; ou seja, das condições que realmente não têm amparo legal. O TCU apontou, por exemplo, que se o beneficiário tem uma renda hoje acima hoje, se tem um carro de R\$70 mil, é incompatível com a condição de beneficiário da reforma agrária, já que a lei fala que para ser assentado você tem que ter no máximo até três salários mínimos. E para permanecer assentado você teria que permanecer com essa condição.

Essa provocação foi boa, no final das contas. Claro que não queremos dizer que não houve prejuízo, já que os beneficiários sofreram esse impacto. Porém, o lado positivo é que está para sair uma medida provisória que vai legalizar toda essa situação. Não vamos mais correr esse risco de lá na frente, novamente, ser suscitada essa questão e ser bloqueado um beneficiário por esses motivos. Nesse período nós trabalhamos essa questão. Entendemos também que no decreto 8738 havia itens que não nos atendiam em sua plenitude, como a determinação de regularização de lotes, que só poderiam se dar após 10 anos do primeiro beneficiário. Isso estava no decreto, mas estamos corrigindo isso para um ano. Sabemos que em um ano ainda temos uma fase de arranjo, de as coisas estarem se sedimentando, em que se tem uma lista de espera, pessoas que ficaram porventura de fora e que estão aguardando. Mas após um ano, a dinâmica do assentamento não permite que alguém que não se enquadrou permaneça lá por 10 anos. E nem é para ficar, se o assentamento não correspondeu às expectativas do assentado. Assentamento de reforma agrária não é prisão. O beneficiário tem a liberdade de ficar ou sair. Para elaborar esse arranjo, buscamos diversos materiais, como teses de doutorado, dissertações de mestrado, que falam desse rearranjo após o assentamento, por questões religiosas, de parentesco, etc. Existe uma dinâmica no assentamento, e ela deve ser prevista. Não era prevista, mas de acordo com o que se tem de estudos, esse rearranjo após o assentamento deve ser previsto. Estamos trabalhando para incorporar essa dinâmica à nossa rotina, para que o Incra consiga ser ágil na questão de regularização. O fato de no decreto constar o prazo 10 anos impedia qualquer tratamento do Incra para fazer regularização em lotes ocupados irregularmente, tendo em vista que se tinha que esperar 10 anos, pois não havia outra alternativa. Nós esperamos que essa medida provisória contemple todas essas situações, que já são previstas, do ponto de vista do Incra. Diante disso, foi dado o acórdão liberando 300-400 mil famílias do desbloqueio temporário, porque se a medida provisória sair nesse prazo todos esses indícios cairão por terra. Professor, assistente social, segurança, motorista de ônibus escolar, de ambulância, pode e deve ser assentado, para fomentar e dar estrutura ao assentamento, mas isso hoje é proibido. A medida provisória deve incorporar todas essas realidades previstas em lei e que hoje realmente não têm amparo legal.

O TCU, por mais que a gente critique, deu a chacoalhada necessária para que resolvêssemos esse problema, que se arrastava. Era um entendimento óbvio, mas o óbvio tem que estar na lei. Esperamos que na próxima semana já estejamos tratando todos os indícios, inclusive no sistema, que era outra falha do Incra. O nosso sistema tem praticamente trinta anos, ele já não atende. Hoje, se eu for a um assentamento com um *tablet*, que deverá ser a nossa plataforma de trabalho, por exemplo, nosso sistema não atende. Eu tenho que ir com um formulário, preencher esse formulário, voltar ao Incra e colocar as informações no sistema. Com a nossa capacidade operacional de técnicos, isso infelizmente não acontecia. Ia-se a campo, levantavam-se as informações, ao chegar ao Incra o servidor já tinha outra demanda e as informações ficavam nos papéis, nas planilhas e não chegavam ao sistema. Para se ter uma ideia, no Sipra tem 205 mil lotes vagos, basta consultar “famílias assentadas e capacidade”. Não são lotes vagos, a gente sabe disso, mas o sistema informa como lote vago. Temos que consertar isso, não dá para simplesmente dizer “esse é um erro”, são lotes que foram retomados, ou que após o assentamento foi visto que a capacidade de lotes era menor que a prevista. Temos o caso de Pique, de Rondônia, da época da colonização. Eram dez mil lotes, dos quais era necessário regularizar mil. Nove mil já tinham sido entregues, e precisava regularizar mil. Ao invés de virem os mil para o Incra regularizar, vieram os dez mil. Nove mil ficaram constando como lotes vagos. Mas já tinham ocupantes titulados lá dentro. São situações que precisavam ser tratadas dentro do nosso sistema.

Não é possível fazer alteração de sistemas em seis meses, mas estamos trabalhando. Vamos ter, por exemplo, uma Sala da Cidadania em que qualquer cidadão entra e vai ter informações sobre a sua situação junto ao Incra. Vai poder atualizar seu cadastro, por exemplo. O Incra está ainda na era do papel e a gente chacoalhou o Incra para que investisse na questão da TI e vamos conseguir prestar um serviço público como deve ser, com qualidade, transparência, agilidade. Hoje em dia ainda é muito baseado na relação pessoal do técnico do Incra com os assentados, porque a maioria dos técnicos do Incra é comprometida com a causa, mas é preciso modernizar o Incra.

O lado positivo foi esse, o de criar marco legal e modernizar a área de tecnologia da informação do Incra. já estão sendo liberados nas superintendências documentos, No momento, o Sipra está bloqueado, estamos em acesso, porque estamos fazendo os últimos testes. Na segunda-feira esperamos já estar com carga total. Conseguimos garantia de recursos orçamentários para as equipes do Incra irem a campo, em algumas situações que serão necessárias. Conseguimos a suplementação de recursos necessária. Temos recursos suficientes para fechar até 31.12.2016 os nossos trabalhos e não paralisar as atividades em janeiro. Há uma queda, a maioria dos servidores entra em férias, é um período de retração, entra o orçamento vem em conta-gotas, etc., mas a prioridade do Incra hoje é atender a essa questão dos indícios de irregularidade, para sanar esse problema e tentar criar um mecanismo de, no mínimo a cada dois anos, a gente atualizar a nossa base de informações, pois não dá para a gente continuar sem entender que temos que entrar na era digital, temos que ter outra rotina. O País é outro hoje, em relação há trinta anos, quando a reforma agrária iniciou. Hoje é outra realidade, o campo é outra realidade e a gente tem que entrar nessa nova realidade. Temos que dar o tratamento devido aos nossos processos. É um esforço grande. Nossa capacidade operacional foi reduzida em quase 60%. Mas com a informática vamos suprir um pouco dessa lacuna.

Encaramos esse acórdão como algo positivo por provocar no Incra mudanças que eram necessárias. A principal é a questão do marco legal, inclusive em relação à seleção de famílias, que vai ficar muito mais transparente, e à permanência desse assentado. Praticamente 80% dos que foram apontados são assentados de reforma agrária, estão lá há cinco, dez, quinze, vinte anos como beneficiários. Tem gente que pagou o título há vinte anos e está bloqueada. Temos uma falha, que queremos corrigir. Nós avançamos muito na questão de obtenção de imóveis, em outras frentes e ficou essa postergada. Nossa ideia agora é colocar isso realmente como carro-chefe. Vamos fazer tudo que tem que ser feito para não penalizar aquele assentado.

Ivanildo

Com relação ao marco regulatório, a minha preocupação é a seguinte: temos o assentado que foi colocado na área e temos o assentado na Amazônia que já estava lá há décadas e é reconhecido, no que chamamos de assentamentos diferenciados. Como é que vamos cuidar, nesse marco regulatório, de dinâmicas tão diferentes quanto essas? Daquele que vai ser colocado em uma área e começa uma trajetória de vida a partir daquele dia em que chega como assentado, e daquele que já estava em uma terra do governo e é reconhecido no que chamamos de assentamentos diferenciados das ilhas e reservas extrativistas?

Paulo Rogério (APATO)

Nesse mesmo sentido, gostaria de saber se essa medida provisória está sendo construída com os movimentos sociais para garantir as particularidades.

Rogério (Segov/CNAPO) pediu que todas as perguntas direcionadas ao Incra fossem feitas em um bloco, porque o Douglas irá se dirigir ao encontro nacional de superintendências.

Élson Borges (STPOrg)

Duas questões bem sérias. Uma é a questão do conjunto de “compradores de lotes”, a exemplo de um comprador que possui quinhentos hectares dentro de um assentamento, o que é uma ameaça séria à reforma agrária. A outra ameaça é endógena ao governo, de que o governo quer excluir metade desse público da sua responsabilidade, ou seja, titular e emancipar e “fim de linha”. Como o Incra tem sentido isso dentro do governo?

Douglas (Incra)

Com relação à medida provisória, nós trabalhamos em cima do decreto. O decreto não tinha amparo legal. Então, a medida provisória traz o texto do decreto, com alterações pontuais, como a questão da redução do prazo de regularização ser apenas após dez anos do assentamento original, que vamos reduzir para um ano.

Basicamente, tudo que está no decreto será então transformado em medida provisória. Entendemos que a construção do decreto foi uma discussão exaustiva entre Incra, movimentos sociais e beneficiários da reforma agrária. O que estamos incorporando ao decreto é para fortalecer e dar mais tranquilidade ao nosso trabalho. Não é nada novo, nada

que foge ao que está aí hoje. O que é novo é o que nós já tínhamos tratado e não tinha ido para o decreto, e agora está indo para a medida provisória.

Estamos com problemas hoje para regularizar famílias que há dez anos se instalaram, progrediram, estão em situação confortável e que não podem ser assentadas porque para ser assentada precisam ter apenas três salários mínimos de renda e a renda dessa família hoje é bem superior, afinal ela está há dez anos produzindo no assentamento. Mas agora, como vou regularizar essa situação, se temos que atender ao critério de renda? São discussões, e não está longe de chegar ao final dessa discussão. Trazer até um terceiro PNRA, porque já se passaram trinta anos de reforma agrária com mais efetividade e hoje a realidade é completamente diferente e temos que trazer isso à luz da legislação. Foi o que TCU nos colocou. Temos leis de 1993, estamos em 2016 e já conhecendo de perto todos os problemas e não trouxemos os problemas para serem resolvidos?

Basicamente, é o texto do decreto, com alterações em itens que até já haviam sido discutidas.

Com relação à titulação e emancipação. Esse é um tema bastante polêmico. Por exemplo, em Mato Grosso, a pauta dos movimentos era a titulação. Já tive reuniões com o MST em que na mesma mesa, um representante entregou uma pauta a favor da titulação e um entregou outra contra. É um tema em discussão, que não tem um ponto final. Vamos tentar atender à pauta, que hoje está muito forte dentro do Incra, mas dentro de uma legalidade, porque não pode haver reconcentração, vários senões que não podem ocorrer. Um deles é coibir justamente essa venda em que um mesmo CPF acaba tendo vários lotes dentro de um assentamento e tornando-o de novo quase que um latifúndio. Queremos evitar isso e vamos combater isso.

Sobre emancipar, ainda estamos muito longe. Alguns assentamentos mais antigos, que são poucos, já têm realmente uma condição plena para emancipação. Tem alguns que estão dentro de cidades, alguns que já estão virando cidades. Essa é uma realidade do País, não tem porque isso estar a cargo do Incra. Já vai virar um município, já virou um bairro do município. Temos várias situações e temos que olhar caso a caso e atender realmente aquilo que já não faz mais sentido estar na base do Incra.

O que ainda está sob discussão, vamos discutir, sobre o que ainda não nos dá a segurança para fazer esse tipo de ato. Porque um título são dez anos. Acho bom levantar essa discussão. Esse tema está na própria constituição. Nós estamos sendo questionados, sobre o porquê de não termos feito isso ainda, se a lei nos obriga a fazer. Temos que realmente buscar uma saída, em discussão com a sociedade. Mas tem assentamentos que não têm porque não serem emancipados. Por exemplo, quando um beneficiário que há vinte anos pagou o título está bloqueado. Esse assentado já era para estar emancipado.

A maioria dos assentamentos ainda está longe de atingir essa condição. Vamos trabalhá-los para torná-los emancipados. Para chegar à emancipação plena temos um longo caminho a ser percorrido. Nesse caminho vamos discutir isso, com total clareza e transparência. Existem pautas de pedidos de emancipação e titulação. Até então não tínhamos levado isso à frente, mas está tomando corpo. É importante que isso seja colocado e discutido. O Incra está aberto para fazer essa discussão junto com a sociedade.

Sobre a questão dos assentamentos de ilhas e Resex, nós estamos começando a discutir isso com representantes do movimento quilombola, que pautaram junto ao Inbra a demanda de que fossem cadastrados todos os territórios para que eles tivessem acesso às políticas (crédito, reforma agrária, etc.). Estou vendo que será pelo mesmo caminho para esses casos. Discutir isso da melhor maneira, com foco nas populações tradicionais, de quilombolas, de reservas, etc. O reconhecimento se dá sem nenhum problema, o problema é o acesso às políticas públicas que o Inbra tem. Ainda não existe um critério para absorver esse público, fazendo as distinções necessárias. Se for perfil de Inbra ele recebe, se não for, é uma situação que temos que discutir para prever isso no futuro. A Casa Civil nos chamou para discussão sobre esse tema e vai chegar a oportunidade para discutir com os representantes desses grupos.

Como mensagem, o Inbra acredita e aposta na questão da agroecologia. Temos vários incentivos ao agricultor que queira de fato fazer algo diferenciado. A nossa assistência técnica tem esse viés de trabalhar com o olhar agroecológico. E é uma realidade que temos que mudar. O perfil do público da reforma agrária se encaixa perfeitamente nesse modelo e nós temos que levar as ferramentas, procurar as universidades e órgãos de pesquisa. Sem pesquisa a gente sabe que não vai avançar nessa questão. Há dez anos, se chegava em um assentamento para fazer agroecologia e se ficava restrito a mel e horta, porque faltava realmente pesquisa, para desenvolver atividades que realmente gerem renda, tragam bem-estar para o assentado e para a sociedade como um todo, e tragam um diferencial de produção.

A agroecologia ficou um pouco à margem. A pesquisa se concentrou em milho, soja, algodão, e fizeram uma revolução. Por isso a gente acredita na pesquisa. Se formos ver o centro-oeste há vinte, trinta anos, não havia soja e hoje é um celeiro de soja. O Inbra está buscando parcerias com universidades e órgãos de pesquisa, para que desenvolvam ainda mais pesquisas sobre a agroecologia e que os nossos técnicos possam levar essa tecnologia para os assentados. Tivemos uma lacuna, com poucas pesquisas nesse período. Fizemos contatos com a UniRio, com a própria UnB, com a Universidade Federal de Viçosa – UFV, temos um convênio do CAR com Lavras (MG) e queremos expandir esse convênio. Estamos negociando também com uma universidade do nordeste, todos na área de pesquisa em agroecologia, para que nossos técnicos possam trazer essas pesquisas para o nosso público e a gente ter maiores opções para trabalhar essa questão. Eu vim de Sergipe para cá e lá o milho transgênico está entrando nos assentamentos. É difícil barrar isso. Como vamos dizer para o assentado não ganhar esse dinheiro? É uma luta injusta. Mas temos que abraçar. Contem com o Inbra nessa questão, no que for possível. A equipe que aqui está tem compromisso e carta branca para decidir aqui o que vocês aqui colocarem.

Rogério (Segov/CNAPO)

Agradeceu e colocou que uma das considerações que a CNAPO tem, é que dentro dos ministérios a temática da agroecologia e da produção orgânica circula muito no nível técnico e um dos nossos grandes desafios é fazer isso chegar aos níveis de gestores e executivos. Aproveitando essa questão da pesquisa, que o Douglas levantou, o próprio Altair (Embrapa) tem pesquisa com o milho crioulo, que chega a atingir 10mil kg/ha/ano, com o custo em torno de 20% do custo de produção do milho transgênico e do milho convencional. Realmente hoje

existe muito conhecimento, muita tecnologia e o desafio nosso é de difundir e também é fundamental contar com o conhecimento acumulado pelos nossos agricultores e agricultoras, que é uma das bases da agroecologia.

Mariana (FBB)

Informou que, sobre o Programa Ecoforte, na última reunião plenária foi anunciado que os R\$20 milhões de aporte (FBB/BNDES) estavam mantidos e que estávamos retomando as negociações para lançar esse edital ainda em 2016, para receber as propostas até 2017. Esse plano mudou um pouco. O BNDES passou por um processo de reestruturação, e nesse processo tiveram indefinições quanto às alçadas. Nós suspendemos as negociações durante esse período. De setembro até hoje estávamos com essas negociações para o lançamento do edital em suspenso e estamos retomando agora, já tivemos uma primeira reunião sobre esse assunto, mas o lançamento ainda em 2016 vai ficar comprometido. Ainda não chegamos a um consenso em relação a alguns termos do edital, ainda estão sendo discutidas algumas questões técnicas. Ainda estamos discutindo também o anúncio que foi feito pelo BNDES em relação à entrada do Fundo Amazônia para aumentar o aporte de recursos desse edital. A FBB tem uma parceria com o Fundo Amazônia, que tem determinadas condições que precisamos avaliar, se conseguimos atender a essas condições para poder colocar esse recurso no edital e de quanto seria esse recurso. Estamos em discussão sobre esse assunto, talvez em uma próxima reunião a gente tenha uma coisa mais formulada, mas por enquanto a gente está retomando as negociações agora. A próxima reunião está marcada para o dia 01/12/2016. O lançamento é previsto para o primeiro semestre de 2017. Para esse ano a gente não vai conseguir lançar.

O mesmo acontece com o Ecoforte Extrativismo. Estamos com uma seleção em aberto, no valor de R\$8 milhões. Esse edital prevê três etapas. A gente fez a primeira etapa. Em função dessa reestruturação do BNDES a gente também suspendeu, porque o BNDES tem que avaliar os projetos também, e na reestruturação o BNDES precisou discutir que área faria essa avaliação dos projetos. Estamos aguardando a manifestação do BNDES para poder encaminhar as próximas etapas do edital. A gente ainda não tem um prazo para retomar e passar para a segunda etapa, mas o indicativo é de manutenção do recurso que foi comprometido. Os prazos é que sofreram um pouco de alteração, em função das alterações no BNDES. Estamos retomando todas as negociações agora que o BNDES já definiu suas estruturas e alçadas.

Rogério (Segov/CNAPO) agradeceu e passou a palavra para o MDSA.

José Paulo (MDSA) informou: em relação ao programa de aquisição de alimentos estamos dando continuidade ao trabalho normal que vinha sendo feito, inclusive em parceria com a Conab, com a SEAD e também com todas as áreas sociais, estamos abertos ao diálogo. Estamos cumprindo, fechando o orçamento do ano de 2016, o que recebemos orçamentariamente vai ser cumprido, vai ser executado todo o plano. O plano tem um valor pequeno, teve uma queda, um corte bastante grande, de 30% em relação aos anos anteriores, mas estamos buscando esse trabalho orçamentário, para que nós possamos adquirir mais produtos da agricultura familiar, pois sabemos que a agricultura familiar está crescendo. Há poucos dias estamos trabalhando para tentar melhorar essa parte de vendas, que é o PAA Compras Institucionais, que são as compras dos órgãos do governo federal. Lançamos o portal

dessas compras há trinta dias. Temos uma parceria bastante grande, inicialmente com o Ministério da Defesa. Há poucos dias saiu uma relação de compras. Só aqui no Distrito Federal, com o Ministério da Defesa, comprando da agricultura familiar aproximadamente R\$14 milhões. Isso ajuda bastante aos agricultores, às cooperativas. Talvez a deficiência econômica do governo, vamos conseguir suprir com os órgãos governamentais. Estamos conversando com todos os órgãos governamentais, de todo o Brasil, mostrando aquilo que pode ser feito. O portal está aberto, todo mundo pode acessar. Queremos que os órgãos façam, dentro da legislação, a compra de 30% da agricultura familiar. Temos que trabalhar juntos, todos os setores.

Nós necessitamos fazer uma parceria bastante grande para atingirmos essa meta, e com certeza no ano de 2017, se nós estamos atingindo as nossas metas de 2016 também nas compras institucionais, de R\$60 milhões, nós queremos ao menos dentro desse valor, conseguir em 2017 dobrar essa meta de venda, juntamente com as associações de produtores, com as cooperativas, etc. Esse é o trabalho que estamos fazendo junto com o nosso secretário Caio Rocha e com o nosso Ministro.

Estamos mantendo todos os setores do PAA, embora com dificuldades econômicas. Não podemos deixar de dizer que está faltando dinheiro, porque está faltando, mas estamos fazendo o possível para que possamos vencer estes obstáculos. E precisamos da parceria de todos, da presença, do trabalho de vocês, das associações, da Casa Civil, da SEAD, de todos os órgãos, dentro do governo e fora do governo, para que nossos objetivos sejam atingidos.

Temos que trabalhar os produtos da agroecologia. Já tivemos algumas conversas com o Ministério do Meio Ambiente, com algumas associações, algumas cooperativas, para que nós possamos fazer um equilíbrio e acertar aquilo que ainda falta. De imediato, passo a palavra à Conab, porque sei que para a maioria há a expectativa de parecer que no momento estamos com nosso trabalho um pouco parado na Conab, em função de decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), mas ontem tivemos um julgamento, e por isso vamos às palavras da Conab e depois às perguntas.

Marisson Marinho (Conab)

Minha fala será a respeito desse momento que estamos passando, de auditorias do TCU. Foram três auditorias, nos três estados do sul e uma auditoria operacional aqui em Brasília, que se refere mais à questão normativa, à parte legal. Ontem tivemos a divulgação da ementa do acórdão do TCU. O relatório preliminar sinalizava uma questão muito complicada para nós, que era a respeito da suspensão, principalmente, ou pelo menos de algumas dúvidas suscitadas pela auditoria a respeito dos produtos processados. No entendimento do relatório preliminar do TCU o PAA não tinha sido criado para atender alimentos processados e sim somente a produtos *in natura*.

A partir de alguns debates das considerações que vieram das Superintendências Regionais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, a ementa (porque o acórdão não foi publicado ainda, temos apenas um resumo) sinaliza para a possibilidade de aquisição de processados, desde que não terceirizados. Ou seja, o que antes, no relatório preliminar, o TCU entendia que não poderia fazer aquisição de nenhum tipo de produto processado, na ementa

dá a entender que é possível fazer a aquisição de processados desde que não terceirizados. Isso para nós já ajuda bastante, porque preliminarmente, cautelarmente, a Conab tinha suspenso as operações com processados, porque havia uma dúvida que estava no ar, e agora, nos debates que fizemos ontem à tarde e hoje pela manhã a ideia é que a Conab já passe a liberar novamente as operações com processados desde que não terceirizados. Entendemos que alguns setores ainda vão ser prejudicados, porque têm muita terceirização, e citamos, por exemplo, o setor de leite em pó, que terceiriza a confecção de leite em pó. Esse é um tipo de setor que poderá ter algum tipo de problema ainda, após a divulgação do acórdão, mas no geral, vamos liberar as operações de sementes e dos produtos de doação simultânea, que não sejam terceirizados. No mesmo sentido, a formação de estoques. Estávamos em fase de pagamentos daqueles programas de formação de estoque, que também tinham sido suspensos, para ver se tínhamos esse acordo, essa decisão antes dos pagamentos. Vamos também liberar o pagamento dessas CPR Estoques de produtos processados e não terceirizados. O TCU deixou claro que não entende que o PAA possa adquirir produtos processados da agricultura familiar que sejam terceirizados. Temos o exemplo, no Rio Grande do Sul, do pêssego em calda, de cooperativas de agricultores familiares que contratam a indústria de pêssego para fazer o beneficiamento, e isso é uma terceirização. Então nesses casos, vamos deixar em suspensão até ter o acórdão com a linha de raciocínio final do TCU. Por enquanto, na ementa está muito resumido. Ele fala que é possível adquirir insumos imprescindíveis como no caso das sementes, que tem que ter sacos para embalar; no caso de geleias, tem que ter vidros; e isso o agricultor familiar não produz, então a ementa dá a entender que isso é permitido. Agora terceirização, contratação de mão de obra para confecção do produto, isso a ementa dá a entender que não é permitido.

Tem algumas coisas do relatório que são questões de controle. Dizemos que toda vez que a gente recebe uma auditoria, a auditoria “aperta” a Conab e a Conab “aperta” nos normativos, porque a corda sempre “arrebenta do lado mais fraco”, e a Conab como executora tem que cumprir as recomendações, senão a Conab pode ser penalizada, os gestores podem ser penalizados. Sobre as DAPs também há alguns apontamentos em que o TCU fala em “aumentar o controle da efetividade das DAPs”. O nosso controle já faz uma leitura no banco de dados da DAP na hora do envio da proposta, porém, pelo que deu a entender a ementa, o TCU entende que a Conab tem que regularmente fazer uma aferição da validade da DAP. Portanto, teremos que ajustar os normativos das operações para ver se a gente consegue cumprir com o que está nessa ementa do TCU. Queria dizer que a Camila, assessora da diretora Cleide, de política agrícola, está aqui representando a diretora, que pediu desculpas por não estar aqui em função de outra agenda.

Elizângela (MDSA)

Sobre as compras institucionais, temos o decreto que diz que 30% das compras de órgãos federais tem que ser da agricultura familiar. Estamos nessa negociação, de tentar fazer com que esses Ministérios, principalmente Defesa, Educação e Saúde, que são os maiores compradores de alimentos, comprem esse percentual da agricultura familiar. Nesse processo, conseguimos criar um domínio, nos mesmos moldes do portal de compras do Ministério do Planejamento, que funciona para todos os órgãos federais, conseguimos fazer um portal

específico para compras da agricultura familiar. O link é www.comprasagriculturafamiliar.gov.br.

Já fizemos uma conversa com MEC e FNDE, e o PNAE também estará centralizado no Portal. A ideia do portal é fazer um “casamento” da oferta e da demanda. Já apresentamos isso para os órgãos que vão comprar, mostrando para eles que nesse portal eles vão divulgar todas as chamadas que estiverem abertas, publicando as chamadas. Quem é de cooperativa e quiser participar da compra, pode entrar e ver quais são as chamadas abertas em cada região.

Muitas vezes, os órgãos falam que não compram porque não sabem onde está a produção da agricultura familiar. Criamos um link para o cadastro dos empreendimentos, para cadastrar o empreendimento, informando os dez produtos principais, qual a disponibilidade, formato, etc., e quando um órgão quiser fazer uma chamada, ele vai poder entrar e identificar o empreendimento. Basta mandar um e-mail e a gente vai liberar o acesso para cadastrar o empreendimento dentro do site. Precisamos aumentar essa base. Hoje estamos com 300 cooperativas cadastradas aproximadamente, e sabemos que há mais de três mil pela base da DAP. Ainda estamos muito concentrados na região sul e há um vazio no cadastro da região centro-oeste para cima. Temos que aumentar essa base para incentivar os órgãos e mostrar que temos essa produção.

Rogério (Segov/CNAPO) destacou a importância do tema, porque uma coisa que sempre trabalhamos, não só em relação à agroecologia, mas também à agricultura familiar é a valorização dos produtos regionais, da diversidade da produção da agricultura familiar na região e expandir isso para a região Centro-Oeste, Norte, Nordeste é fundamental para que cada vez mais se amplie. Destacou também a importância da participação do nível de direção dos ministérios e entidades, porque fortalece a política. Depois da fala do Éverton, serão abertas as inscrições para perguntas.

Éverton (SEAD/CIAPO)

Sobre os contratos de ATER, em especial os que fizemos no âmbito do Planapo, na SAF, continuam em execução, está normalizada inclusive a questão dos pagamentos. Essa normalização dos pagamentos ocorreu nos últimos meses. O que vem nos preocupando um pouco é a questão da execução, alguns contratos estão com a execução baixa e nós não estamos observando avanços na execução. Sabemos do que aconteceu no primeiro semestre, dos reflexos que isso teve dentro das entidades, mas também já temos algum tempo que as coisas estão em dia. Claro que temos algumas questões pontuais, relativas à fiscalização, algumas delegacias tiveram alguns contratemplos em termos de pessoal, mas em alguns outros estados onde não houve isso, também estamos percebendo que a execução também não está avançando. Alguns contratos de ATER hoje nos preocupam quanto à baixa execução. Há contratos que não avançam, estão chegando próximo da metade, ou mais da metade, do tempo de execução e isso não está se refletindo nas ações em campo.

Adiantando um pouco mais a respeito das metas do Planapo, tivemos as validações dos vários ministérios e órgãos. Na SEAD fizemos um trabalho de revisar, verificar as metas, os compromissos estabelecidos, e fizemos algumas revisões, muito mais concentradas em metas e quantitativos, e algumas reformulações de entendimentos, sobretudo para distribuição no

tempo. Algumas metas de 2016 e 2017 terão que ser redistribuídas no tempo, inclusive porque 2016 já está no seu final e algumas metas não andaram tão rápido ou não viraram realidade, execução, por isso tivemos que rever algumas, nesse âmbito de validação das metas.

Vamos nos comunicar com as entidades que estão em um ritmo menor de execução. Lembrando também que dentro das metas, e vamos trabalhar dentro da perspectiva de já em 2017, trazer novas Chamadas, já que boa parte dos contratos atuais vence em torno de novembro de 2017. A maior parte dos contratos firmados no primeiro Planapo vence, em sua grande maioria, em novembro de 2017. Vamos trabalhar não só para repor esses contratos, ou seja, manter a continuidade desses contratos e de suas ações, como também avançar nas metas do próprio Plano de manter o atendimento às famílias, de não interromper o serviço de ATER, mesmo que seja com outro contrato.

Sobre a questão dos Núcleos de Agroecologia, houve um ajuste na questão de valores dos NEAs e CNPq e o instrumento com o CNPq foi assinado na semana passada, já deve estar publicado. Foi uma questão interna, mas já fizemos o ajuste e já foi resolvido.

Rogério (Segov/CNAPO) abriu as inscrições para perguntas e comentários em relação às falas.

Germano (Serta/Comitê de Juventude do Condraf) pediu esclarecimentos à SEAD sobre os desdobramentos da II Conferência de ATER, sobre as resoluções, propostas e objetivos da conferência; Anater, como está esse processo; Chamada de Juventude, que foi revogada; Mais Gestão, que foi cancelada, se foi retomada; e dinâmica do Comitê de ATER, como está sendo pensada.

Paulo Petersen (ABA)

Quero fazer um comentário geral sobre este momento nosso, dessa manhã de hoje. Primeiro, uma constatação de certo esvaziamento, tínhamos uma expectativa de maior presença dos órgãos. Sobretudo, pelo que tínhamos combinado na plenária anterior, de representantes dos espaços decisórios nos órgãos. Temos uma expectativa de que hoje à tarde, quando teremos as reuniões das STs, que os órgãos estejam presentes, para que a gente possa encaminhar os debates. Se os órgãos correspondentes aos diferentes eixos não estiverem presentes, a nossa reunião ficará muito esvaziada. Esse momento da manhã deixou uma certa preocupação com relação a isso, porque é o momento em que nós vamos rever o Planapo, essa revalidação que foi feita, e cada eixo vai ser revisitado em detalhes, então é necessário, para haver o diálogo, que os representantes dos órgãos estejam presentes.

A segunda questão é uma constatação do forte poder do judiciário hoje na definição de políticas públicas. Tivemos hoje dois exemplos sérios de como certas, e eu vou usar uma palavra forte, “aberrações” nos entendimentos vão inviabilizando um longo processo de construção. Tanto no caso do PAA quanto no caso do Incra. Foram dois exemplos que nos preocupam. Temos um esforço muito grande de diálogo entre a sociedade civil e o executivo para elaborar políticas públicas no sentido de reformular as orientações do desenvolvimento rural e interpretações extremamente enviesadas e problemáticas colocam em risco novos arranjos institucionais. Falar de agroecologia significa inovar nas políticas. Sair da lógica tradicional de pensar o abastecimento, o crédito, a assistência técnica, estamos rompendo

com essas lógicas e criando novas formas de pensar políticas públicas, inclusive a relação entre sociedade e estado. Com esse tipo de interpretação vamos sempre bloquear, não por uma questão de decisão política, mas por uma aparência de rigor técnico jurídico. Isso é extremamente preocupante e precisamos colocar esse tipo de debate porque isso pode entrar em um encadeamento que é inviabilizador da PNAPO como um todo, não só de um instrumento ou outro. Esse é um segundo comentário que eu queria deixar registrado, para que fiquemos atentos e pensemos formas de eventualmente discutir com o próprio TCU qual o entendimento da política e na medida em que o TCU tenha alguma dificuldade de compreensão, que ele abra os debates. A forma como essas questões têm sido colocadas gera uma série de tensionamentos que poderiam ser resolvidos em processos muito mais simplificados e não precisar haver esse tipo de tensão que tem sido gerada.

A terceira questão é em relação à natureza da PNAPO e ao Plano. Nós, desde o início, estamos aqui em um esforço de diálogo entre sociedade civil e o Estado. Além disso, existe a articulação intersetorial dentro do próprio governo, e essa é a grande virtude de um plano como esse. Se nós estivermos vendo instrumento a instrumento e o Plano como uma soma de instrumentos, a gente não consegue inovar. O Plano é exatamente a perspectiva de ter sinergia entre os órgãos. É da sinergia que vem a inovação e a possibilidade de renovação. Evidentemente que ela se faz aqui neste plano, mas é lá nos territórios, onde estão os assentamentos, onde o PAA está sendo executado, o Pronaf, etc., como que se pensa uma perspectiva territorial.

Pego o caso do PAA. Muitas vezes temos certa tendência a ver o PAA como programa de aquisição de alimentos ou de abastecimento. Ele é isso, mas o PAA é uma política social, ambiental, de fomento, de abastecimento, ou seja, ela é multifuncional, com uma única fonte orçamentária, ela cumpre várias funções, portanto, o MMA deveria estar discutindo o PAA. O Inra deveria estar discutindo o PAA. O PAA não é um assunto só do MDSA e da Conab. É um assunto que interessa por ser uma política ambiental de conservação da agrobiodiversidade, de diversificação dos sistemas de produção, e por aí vai. Esse é o espírito desse espaço nosso aqui. De nós entendermos a intersetorialidade e como essas políticas devem ser pensadas de forma multifuncional. Faço referência ao PAA, porque dependendo do desenho de como ele será implementado, ele vai perdendo sua característica multifuncional, e vai sendo uma política seletiva em termos de beneficiários, determinados beneficiários que são mais estruturados, que trabalham com maiores volumes de produção, então todo o componente de inclusão produtiva, de fortalecimento, de diversificação, etc., vai sendo perdido. O PAA já demonstrou no passado a possibilidade de ser uma política de conexão entre o social, econômico e ambiental, e a gente não pode perder isso de vista. Toda a questão do empoderamento das mulheres, em que o PAA teve um papel importante. Não podemos perder de vista isto. Mesma questão eu coloco em relação ao Inra. Qual o sentido da discussão, qual a conexão entre o Inra e nós aqui na CNAPO? Estamos discutindo a perspectiva de desenvolvimento dos assentamentos. Parece que a gente está regredindo, discutindo regularização fundiária. É uma questão essencial? É, mas não é uma vocação nossa aqui na CNAPO. Precisamos discutir reforma agrária, obtenção de terra, desenvolvimento dos assentamentos. E como PAA, crédito, todas as políticas chegam aos assentamentos, numa perspectiva de desenvolvimento dos assentamentos a partir da agroecologia, essa é a nossa

vocação. E não estamos nessa agenda. Parece que a gente está discutindo, também por conta do TCU, coisas que não deveríamos mais estar mais discutindo.

Finalmente a questão da ATER, que é uma questão que tem nos preocupado muito, e não só em relação aos contratos vigentes. Temos um Plano para vários anos. Como a SEAD está pensando a ATER daqui para a frente? E os novos editais? E não só novos editais. Precisamos que os novos editais incorporem que a sociedade civil é executora de ATER. Quer dizer, os novos editais, as reflexões que estão sendo feitas dentro da SEAD, nós gostaríamos de ter uma reflexão sobre isso. Quer dizer, a participação da sociedade civil, das organizações da sociedade civil, na execução de PAA, etc., de todas as políticas, mas essencialmente na política de ATER, porque a ATER é por excelência uma política articuladora das demais.

Se a gente perde a possibilidade de dar continuidade à política de ATER, tal como a gente vem discutindo inclusive na conferência, por isso o Germano levanta essa questão, de fortalecimento da ATER pública, universal, estatal e não-estatal. Esse é um elemento-chave que a gente precisa discutir. Não adianta a gente ficar discutindo só se vai ter edital ou não, mas qual é a concepção destes editais. Podemos ter a garantia de que esses editais seguirão dentro da lógica que nós vínhamos discutindo ou existe algum tipo de discussão que vem revendo isso? É um conjunto de questões ligadas ao pano de fundo que é discutir o sentido da existência da Política de Agroecologia.

Luiz Rebelatto (Sebrae Nacional)

Quero destacar uma ação conjunta que estamos fazendo com o MDSA. Um dos resultados é uma cartilha do Compra Institucional, com o PNAE e todas as modalidades do PAA para agricultores familiares. Podemos passar para a coordenação da CNAPO para que repasse a todos vocês.

Tenho uma pergunta para a Conab. Nós acompanhamos o Seminário com as Forças Armadas e as expectativas em relação ao acórdão. Quando você falou em terceirização da agroindustrialização, como fica o caso de cooperativas, sobre o ato cooperativo de poder usar a estrutura de uma cooperativa que tem uma indústria, por exemplo, para fazer um suco, para fazer outro processamento. Dentro da própria agricultura familiar eu imagino que não entre nessa proibição da terceirização, mas queria te escutar. E em relação aos insumos enquanto matéria-prima para produção, como no exemplo da Geleia você mencionou o vidro, mas o açúcar, se vier de fora da agricultura familiar, também está proibido? Ou os pães, que o pessoal produz, etc. Então como está essa questão da terceirização enquanto cooperativa e enquanto matéria-prima.

Denis Monteiro (ANA)

A primeira questão que eu gostaria de destacar é o papel que a CNAPO tem do monitoramento das ações que fazem parte do Planapo. Várias coisas que foram aqui levantadas foram demandas que nós apresentamos enquanto sociedade civil para que o governo prestasse esclarecimentos, prestasse informações sobre o andamento de algumas políticas, e nos escutasse, sobre quais são as nossas preocupações e reivindicações sobre políticas específicas. Alguns pontos que a gente levantou como preocupação na última plenária, como por exemplo,

o acórdão do TCU, que acabou, de forma bastante contundente, bloqueando o acesso de milhares de famílias, foi pautado aqui e voltou a estar em pauta, e acho que é muito importante registrar esse caráter de monitoramento que a CNAPO tem. Não só a CNAPO como outros conselhos. Esse ponto do PAA, que estamos discutindo aqui, vai ser pauta do Consea na próxima semana. É uma preocupação enorme, inclusive a Presidenta do Consea, Maria Emília, levantou a ideia de convocar o TCU para a plenária do Consea, acho que isso não foi possível, por razões que desconheço, mas temos tido esse papel de monitoramento com essa postura, como colocamos aqui na reunião passada, de que a gente participa desses espaços como espaços de monitoramento constante na execução das políticas e de cobrança em relação ao Estado.

Estamos diagnosticando aqui nessa plenária que o TCU, da forma como vem atuando em suas auditorias, acórdãos e decisões, tem tido impacto enorme na efetividade da política de agroecologia. Porque se há impacto negativo no PAA, se há impacto negativo nas políticas para os beneficiários da reforma agrária, etc., há impacto direto no sucesso da política de agroecologia. Essa é uma questão extremamente relevante e que deve estar na nossa agenda de preocupações aqui na CNAPO. Como é que vamos lidar com essa questão. A gente sabe que tem auditorias do TCU também na execução dos contratos de ATER com o MDA. É um diagnóstico que aqui a gente faz, de que essa questão precisa ter centralidade na nossa agenda.

Colocar, nessa perspectiva do monitoramento, que nós tínhamos a expectativa de realização de vários editais que não foram lançados ainda. Nós estamos na última plenária da CNAPO e tínhamos expectativas, isso é importante deixar registrado. Como foi colocado aqui na última plenária, do lançamento do edital do Programa Ecoforte ainda nesse ano. Nós tínhamos a expectativa do lançamento do edital dos núcleos de agroecologia há meses, e isso vem sendo protelado. Isso também gera impacto no próprio sucesso da política de agroecologia, uma vez que estamos terminando o primeiro ano do segundo Planapo com várias coisas que imaginávamos, inclusive foi dito pelo próprio governo em outros governos, que já teria havido avanços esse ano, e nós vamos finalizar o ano sem identificar esses avanços, e isso compromete a política de agroecologia. Isso é importante registrar.

Por último, destacar o ponto positivo, do anúncio dos editais dos núcleos de agroecologia, feito aqui pelo Éverton, em que pese o atraso. Ressaltar essa questão que o Paulo Petersen já levantou, que é objeto da nossa discussão hoje à tarde, da execução da política de ATER. Como o MDA vê o papel da sociedade civil como executor da política de ATER. Essa é uma questão que nos preocupa e que nós queremos discutir com o MDA e com o Incra, o que está pensado para o ano de 2017. Isso deve ser objeto da ST Conhecimento.

Registrar também a boa notícia que a Anvisa traz, de que os resultados do PARA 2013-2015 serão divulgados em breve, isso é muito importante, o direito da população ao acesso a informações sobre contaminação, sobre a presença de agrotóxicos nos alimentos. Isso também ressalta o nosso papel enquanto sociedade civil, de monitorar, porque isso foi pauta da última reunião. Houve uma participação da direção da Anvisa na reunião da Mesa Coordenadora e agora vocês trazem essa notícia positiva da divulgação do PARA. A própria CNAPO precisa dar visibilidade quando esses resultados forem divulgados.

Ivanildo (Extrativista)

Quanto à ATER, eu queria entender quais os motivos do atraso, de não estarem sendo cumpridos os contratos. Não estou acompanhando os contratos de agroecologia, mas acompanhei muito bem a Chamada de Extrativismo, que deve ser algo parecido. Para mim, o que acabou com a possibilidade de cumprir todos os contratos, porque o serviço de ATER é essencial para qualquer linha de produção, foi a demora entre tramitar, aprovar, atestar e pagar o serviço, tendo em vista que a ATER é um serviço também além da produção social quem tem muito dinheiro não vai para esse ramo. As empresas que concorreram aos editais quebravam o seu capital pela demora no pagamento, isso faliu várias empresas. Será que não está acontecendo esse mesmo problema com a agroecologia? Estou contemplado nas falas dos outros participantes.

Paulo (Rede Cerrado/APATO)

A gente fica bastante preocupado. Estamos em um espaço de controle social e a gente vem assistindo à prática de um governo extremamente autoritário. As medidas são colocadas e muitas vezes a gente fica sabendo pela imprensa, depois de publicadas. Essa questão trazida pelo Incra é uma questão bastante preocupante. A agroecologia se faz na terra, se faz nas áreas de assentamento, se faz dentro das unidades produção da agricultura familiar.

Se o governo vai regulamentar um decreto que tem uma série de questões que precisam ser regulamentadas através de uma medida provisória e esse debate não é feito com os interessados, com os movimentos, essa é uma situação bastante preocupante e que não deveria acontecer dessa forma. O que a gente ouve é que o Incra vai criar editais para que se inscrevam para acesso à terra, parecido com aquele absurdo que foi feito pelos Correios. Como será essa lógica de municipalização? Existe um conjunto de questões. Essa titulação de terras, muitas vezes com um ano? Estou fazendo reforma agrária ou estou criando um mercado de terras a partir de terras públicas que estão colocadas para assentamentos?

Existe uma série de questões que precisam ser conversadas. Entendo que a gente precisaria até tirar uma posição da CNAPO para encaminhar ao Incra. Eu entendo que é um absurdo que uma medida provisória seja definida internamente pelo Incra, baseado na ideia de que já se discutiu o decreto. Eu discuti o decreto lá atrás, agora o que eu coloco na medida provisória eu faço sozinho, porque eu já sei o que vocês queriam. A gente precisa tirar uma posição, uma carta, um debate com o Incra, porque uma medida provisória toda “atravessada” pode destruir a reforma agrária do Brasil e destruir juntamente a agroecologia.

Sarah Luiza (Contag)

Eu queria aproveitar a presença do Éverton para perguntar sobre as Chamadas de ATER para Mulheres. Foi lançada uma chamada desde abril, uma chamada pequena, para duas mil mulheres, e essa chamada está completamente parada, sem resposta. As instituições já enviaram [documentação], já estava em processo de aprovação, e a gente quer saber o que aconteceu. Aproveitando para dizer e reforçar a importância, a necessidade da existência de chamadas específicas para Mulheres Rurais. A gente construiu ao longo dos últimos anos,

inclusive neste espaço a importância e a confirmação da importância de termos chamadas específicas e a gente quer saber o que significa elas estarem paradas agora.

Ontem tivemos reunião da ST de Mulheres, e olhando para o que a gente tinha de iniciativas específicas para Mulheres no Planapo 2, a gente viu que pouco foi alterado do proposto. Mas a nossa maior preocupação é: como essas iniciativas vão ser implementadas se a Diretoria de Mulheres do MDA já não existe mais, se transformou em uma Coordenadoria que agora é de Juventude, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais? Como é que essas iniciativas que a gente tem no Plano, assim como todas as políticas públicas para as Mulheres Rurais que a gente vinha implementando, executando e fazendo chegar até as Mulheres, como é que vão ser de fato executadas sem estrutura, sem equipe, sem condições inclusive de autonomia reais para executar essas políticas?

Beth (GT Mulheres ANA)

Sarah colocou um pouco das minhas preocupações. Eu também estava na reunião da ST de Mulheres ontem e essa foi uma grande dúvida. Como é que o governo vai garantir a execução de ATER para Mulheres e de tantas outras políticas públicas voltadas para as Mulheres sem a Diretoria de Mulheres do MDA. Sabemos que foi criada uma coordenação, que pelo que a gente sabe não tem orçamento. Parece que tem uma coordenadora, mas ela não chegou ainda e não estava na reunião ontem. A gente não conseguiu aprofundar o que vai ser o futuro das políticas para Mulheres sem o MDA.

Eu queria trazer também outras questões e problemas operacionais que as mulheres estão enfrentando na execução, principalmente da ATER. A questão das mulheres quilombolas, e não só as quilombolas, muitas das mulheres que são beneficiárias de ATER e são beneficiárias do Bolsa-Família. Na realidade, já está acontecendo um corte grande no Bolsa-Família e as pessoas estão com medo. Elas estão se recusando a assinar qualquer serviço de ATER que a gente preste, porque elas entendem que se elas se colocam como beneficiárias da ATER, elas perdem o direito ao Bolsa-Família. Queria que Éverton colocasse aqui como podemos contornar e resolver isso. Como a gente garante que as mulheres continuem sendo beneficiárias da ATER sem perder o Bolsa-Família?

Outra questão também, com o exemplo do estado de São Paulo é o entendimento da CATI, de que se a renda das Mulheres da agricultura é pequena demais, elas não podem ter uma DAP, porque elas são agricultoras de subsistência. Porque a CATI entende que a DAP é para crédito. Eu também entendo isso, por mais que a gente lute contra, a gente usa um instrumento que foi criado para o crédito. A CATI se recusa a dar a DAP para as quilombolas, entendendo que elas são agricultoras de subsistência e não podem pegar crédito, e com isso a gente não pode prestar ATER para elas. Sendo que elas estão dentro do projeto, foi com essas famílias que estávamos contando que íamos realizar.

Outra questão é a baixa execução dos projetos de ATER. O Éverton colocou qual é a posição dele, como gestor dessa política. Do lado das organizações, também temos enfrentado bastantes problemas, e por isso a baixa execução. Um deles é a questão das equipes devido à morosidade no pagamento dos serviços de ATER. A gente executa o serviço, a gente manda a Nota, a gente leva meses, às vezes mais de um ano para receber isso. No caso do CTA, por

exemplo, a gente entregou uma Nota, o delegado falou que era condicionado o pagamento a uma visita a campo. No final a gente recebeu a Nota antes da visita, eles foram lá e não visitaram a gente, visitaram os agricultores a gente ficou sabendo que eles estiveram lá. Existe uma morosidade grande para esse pagamento, Éverton, e você tem que reconhecer isso.

Para a gente que está lá, contratando a equipe, como é que a gente faz para pagar o salário? Nós não temos outros recursos. Os recursos que a gente tem para pagar as equipes são esses, que não chegam. Esse é um temor das organizações que estão executando. Tudo bem, a Nota foi paga, está todo mundo quitado. E daqui para a frente, nós vamos receber? Isso gera muita insegurança e muita dúvida nas organizações. Nós mesmos estamos sem saber. A gente demite a equipe de ATER? A gente continua com a equipe de ATER? A gente vai continuar executando?

E uma outra coisa que eu queria que o Éverton falasse aqui é, em relação ao ano que vem, o orçamento. Vai ter chamadas de ATER, mas de que orçamento a gente está falando? Vai ter continuidade, a gente vai ter corte, qual é o tamanho desse corte, a política de ATER que a gente começou a executar vai ter garantia de continuidade? Nós vamos continuar lá, os agricultores estão lá, minha organização continua lá... Como é que a gente resolve isso, a gente inicia um trabalho e a gente não tem recursos para continuar esse serviço? Porque a cobrança maior é para quem está lá na ponta. Quando a gente deixa de atender ao agricultor, ele vai lá no CTA e perguntar: e agora? Não vai executar? E a gente não essa resposta. A gente não sabe nem se tem orçamento garantido para o próximo ano, para continuar a ATER. São algumas das questões, além de todos os problemas que a Sarah colocou sobre as políticas das mulheres do MDA.

Rogério (Segov/CNAPO)

Em primeiro lugar, todo o esforço dos agentes do governo que estão aqui presentes, em 2016, foi um esforço muito forte, articulado e cooperativo no sentido a gente trabalhou muito fortemente no sentido de articular essa política. A evolução da nossa construção, que já vem de uma longa data, passa também por nós enxergarmos toda a diversidade de demandas que são trazidas aqui, mas também quais são as demandas que realmente fazem com que a proposta de agroecologia vá adiante. Um exemplo concreto aqui, nas falas que foram colocadas, traz relação ao Incra. O nosso debate dentro dessa Comissão deve ser centrado muito fortemente no avanço, na regularização de terras, etc., ou deve ser um debate centrado muito mais fortemente focado na produção orgânica e agroecológica? São desafios que estão presentes. Os dois são importantes no meu entendimento, mas acho que temos que avançar muito mais no aspecto da produção, no aspecto da alimentação saudável, da questão agroecológica, e me pareceu que a fala do Douglas abriu essa porta. Ele disse que o Incra está interessado em trabalhar fortemente o aspecto da agroecologia como fator de produção, enfim nós vamos discutir conceitos dentro dos assentamentos.

Uma outra questão, que tenho discutido também fortemente junto com a sociedade civil, é que aqui nós estamos em um espaço multilateral, ou seja, vários órgãos, várias instituições, de monitoramento, enfim, de proposição de diretrizes, como o decreto que estabelece a política coloca. A sociedade civil também tem que ter o diálogo bilateral, tem situações que são específicas de um movimento social, de uma ONG, de uma associação, de uma cooperativa, e

ela [sociedade civil] tem defender a agroecologia nos espaços de diálogo junto ao ministério A, B, C, enfim, é um debate que a gente tem que avançar e crescer.

Antes de passar a palavra para o Marisson (Conab) e para o Éverton (SEAD), o Mauro também gostaria de dar uma palavra em relação à participação do governo.

Mauro Pires (MMA)

Na verdade, não é totalmente sobre a participação do governo, mas é também sobre isso. Na fala do Paulo, sobre esvaziamento da plenária, eu queria reafirmar o que nós dissemos na plenária de retomada da CNAPO que aconteceu em setembro. Pelo Ministério do Meio Ambiente, essa é uma agenda que é tratada com muito zelo, muita atenção, essa agenda do Planapo. Nós estamos participando. Estamos com a equipe aqui hoje, à tarde vamos para a ST Sociobiodiversidade, da qual nós somos responsáveis. Do nosso lado, nós estamos engajados nessa agenda.

Foi falado também sobre o PAA. O PAA, claro, não é um programa do MMA, mas é uma iniciativa também importante para favorecer a agenda socioambiental do Brasil. Também participamos, talvez até timidamente, talvez devêssemos ser mais incisivos, mas enfim. Consideramos uma agenda importante.

Foi falado também do Ecoforte, iniciativa da Fundação Banco do Brasil. Estamos lá com eles, na batalha para tentar vencer os obstáculos e fazer com que o Edital Extrativista e a nova fase do Ecoforte ganhe a adesão do BNDES e avancem na sua implementação. São temas candentes.

Agora, temos que confessar também que quando vai chegando o fim do ano, a quantidade de reuniões se multiplica. Hoje por exemplo nós estamos com a Comissão Nacional da Política Indigenista – CNPI, então nós nos dividimos para estar lá também. Nossa equipe está lá na reunião da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq sobre Cadastro Ambiental Rural – CAR. Hoje à tarde nós temos reunião da gestão ambiental quilombola, e vamos estar lá hoje. É uma quantidade grande de reuniões, mas estamos tentando trabalhar juntos.

Rogério (Segov/CNAPO)

Quero citar o exemplo da Fernanda (MEC), que estava de férias, mas solicitou que o Militão, pelo MEC, estivesse aqui para que o MEC estivesse representado. Claro que teríamos outros exemplos, mas essa é uma citação do comprometimento das pessoas e das instituições na continuidade da política.

Marisson (Conab)

A questão é que a gente recebeu essa ementa, não é um acórdão ainda, e tem algumas coisas que não estão bem claras ainda. Nós vamos adotar alguns procedimentos de liberar as operações de CPR Estoque, de Sementes, muito em função da apresentação da pessoa que fez ontem no TCU. Por exemplo, na ementa de acórdão eles remetem 30 dias para a secex ambiental fazer uma regulamentação, ou seja, analisar o relatório final e fazer uma espécie de

regulamentação sobre o caso específico dos processados. Eles falam a respeito de monitorar a questão dos processados próprios e os insumos para processamento e falam também de questões específicas de industrialização, que lá na apresentação ele remeteu à questão dessa especificidade de industrialização a respeito da terceirização, que é fortemente questionada.

Nossa ação, nesse momento, de liberar essas operações é muito pela interpretação da apresentação dele. No documento, quando tivermos o acórdão e pegarmos toda a linha de pensamento de quem escreveu, nós teremos mais noção dos procedimentos que vamos adotar, de alteração normativa, adotar algum outro tipo de controle. Hoje, a gente adotou esse procedimento de liberar as operações pela interpretação da apresentação. Ele citou o vidro, questionou a questão dos panificados, dos bolos, pois tem muitas pessoas que compram a farinha de trigo, compram todo o processo e só fazem o processamento do bolo. Tem casos de panificados, enfim, tem vários casos que a gente vai ter que, a partir da análise do acórdão definitivo, tomar procedimentos de controle e normativos.

Essa ementa de acórdão é da primeira câmara, vai para o plenário ainda, e vai abrir espaço ainda para algum tipo de questionamento. Das quatro auditorias, é a primeira ementa a que temos acesso. Tem um processo pela frente ainda, que vai demorar 100 dias, 120 dias, tem recesso, etc. Mas enfim, as operações a gente vai tocar adiante, por uma compreensão da necessidade de se fazer e pela interpretação do que eles apresentaram ontem. A gente está totalmente seguro disso? Não, não estamos totalmente seguros, mas vamos tocar adiante porque não dá para ficar parado. Não dá para ficar esperando o recesso forense, o Pleno do tribunal analisar, depois entrar em processo de questionamentos pelas partes, a Conab por exemplo pode entrar com recursos depois, a partir da avaliação do Pleno do TCU. Vamos adiante. Se a gente ficar esperando vai parar tudo, piora ainda mais a situação.

Essas respostas a gente não tem ainda a efetividade. Vai ser permitido o ato cooperado, a parceria entre cooperativas, por exemplo, da agricultura familiar? Não sabemos. O que ele deixou claro é que dentro da base da cooperativa, por exemplo, o produtor pode passar produto para a cooperativa, a cooperativa vai poder beneficiar e devolver para o produtor dentro do PAA. A terceirização, sair fora desse ciclo produtor-cooperativa, ele já deixou claro que o TCU entende que não pode. Mas esse detalhamento maior vai ser mais adiante.

Éverton (SEAD)

Sobre a Anater. Estamos trabalhando junto com a Anater, que ainda está em efetivação, em operacionalização ainda, estamos inclusive na parte de contratação, fazendo seleção de pessoas, formando a equipe, é um processo que se esperava, mas está mais lento do que deveria ser, mas está acontecendo. O presidente interino é o Valmir, lá do Ceará. Estamos em fase de início, não está fechado, vamos deixar isso claro, dos instrumentos de contratação, ou seja, a previsão é que a Anater consiga fazer várias coisas que sempre quisemos fazer em nossos contratos e nem sempre foi possível, como alguns pontos: pagar antecipadamente aos ATESTs, fazer pagamento por resultados e não só por esforço; menos dependência do SIATER, uma ação mais ampla, com maior flexibilidade, tudo isso é pauta da Anater, é o caminho para se fazer, mas está em processo de construção. Claro, que tem os fóruns para discussão da própria Anater. Quer dizer que a Anater vai ficar pronta e não vai discutir com ninguém? Não, a Anater tem suas instâncias de discussão, inclusive um conselho consultivo, que uma parte

das entidades da sociedade civil participa, além do próprio conselho deliberativo, que é quem chancela, quem aprova no final das contas. E tão logo esteja minimamente construído, é algo também que nós podemos compartilhar e conversar, e já engatando um segundo assunto, inclusive no Comitê de ATER do Condraf.

Sobre o Condraf, o secretário executivo foi nomeado há algum tempo, inclusive fez uma correspondência há umas duas semanas atrás, se apresentando e colocando um início de discussão de trabalho, inclusive teve uma reunião ontem sobre esse tema, justamente para retomar as atividades do Condraf e a partir daí retomar a discussão das Câmaras, dos Comitês e aí sim, CNATER, Anater, etc. Até lá, estamos em processo de formulação de algumas questões, mas nada decidido. Está em construção.

Até por isso, por essa, não vamos chamar de morosidade, mas desse tempo que está se necessitando, tivemos várias mudanças no meio do caminho. Algumas chamadas públicas, que a gente pensava que faria pela Anater, nós vamos antecipar. Nós estamos discutindo para antecipar, nem que sejam algumas dessas metas. É o caso também, antecipando algumas questões de chamadas, não das chamadas já lançadas, mas de novas chamadas de ATER de Mulheres, de Mais Gestão, de Jovens, uma segunda versão, depois explico o porquê. Façamos isso por dentro da Anater. Como está levando mais tempo do que gostaríamos, já decidimos que algumas delas nós vamos fazer mesmo sem a Anater, no modelo tradicional, via SEAD.

Já estamos em uma discussão novamente do Mais Gestão, adaptando algumas coisas, revendo valores, algumas questões para avançar, que é a Chamada lançada em Maio. Está quase pronta, nós é que não estamos querendo lançar agora, primeiro porque não contrata em duas semanas. As contratações do governo federal vão até dia 02 de dezembro, daqui a duas semanas, depois disso não dá para fazer mais nada. Não dá para contratar mais nada. Dá para pagar, mas não contratar, então não adianta. E talvez janeiro não seja o período mais adequado para se lançar chamadas. Então é esse *timing* que nós estamos verificando agora, e mais alguns procedimentos burocráticos para a Chamada Mais Gestão. Essa nós vamos adiantar, fazer fora da Anater, pelo menos uma parte dela.

Envolve também uma chamada que estamos em discussão inicial, já tocando em um ponto que o Paulo falou sobre novas chamadas, envolvendo o pessoal da Sesan/MDSA, para uma chamada que envolve o semiárido, de convivência com o semiárido. Também não é novidade, estamos falando dela há uns dois anos, e por vários motivos, o principal deles orçamentário, não teve. Estamos retomando essa ideia com algumas perspectivas novas em termos de convergência de políticas, por isso pessoal do MDSA está trabalhando bastante conosco, porque envolve Água 2, fomento do Brasil Sem Miséria, que estava parado há mais ou menos dois anos, então voltou essa questão de ter vaga para pagar fomento do Brasil Sem Miséria. Nós vamos incorporar a essa chamada agricultores que até então eram atendidos pelo Projeto Dom Hélder Câmara, que está parado desde 2014.

O [Projeto] Dom Hélder, aqui não cabe discutir isso, porque é uma discussão um pouco mais longa, era um projeto que até então existia em sete estados do Nordeste, com um total de 22 mil famílias, tinha um modelo, que desde 2014 estava para ser implantado, efetivamente não executou-se a ação de ATER. Nós vamos fazê-lo, mas com uma chamada pública nos moldes em que são feitas as demais chamadas públicas dentro da SEAD. Nós vamos incorporar o

público do Dom Hélder. Incorporar o público significa que ele vai passar para as nossas políticas dentro das atividades em que todos os outros agricultores vão estar sendo assistidos. O Projeto Dom Hélder Câmara à parte não existe mais, ele é todo dentro do conjunto das secretarias, das políticas que a SEAD tem. Essa é uma chamada que estamos construindo. Já tem uma proposta que o pessoal do MDSA nos trouxe, de fazer alguma coisa no Bioma Amazônia, enfim, já estamos avançando em novas proposições de chamadas.

Nesse ponto, te respondendo, Paulo, o que a gente pensa do futuro. O futuro passa sim pela Anater. A operacionalização da ATER para nós é muito claro que é via Anater. Nós estamos agindo com algumas chamadas porque o tempo está correndo e não podemos ficar parados, esperando as metas acontecerem. Algumas coisas não vai dar tempo de lançar pela Anater, mas vai ser em parceria com eles, estão conosco boa parte do tempo para fazermos as coisas já juntos, sempre juntos. Temos metas, inclusive do Planapo 2, mas uma coisa nós vimos já desde o ano passado, é uma avaliação interna, e que acho que também isso já foi colocado em vários momentos, que é de não ter as chamadas setorializadas. Isso já foi comentado várias vezes aqui e nós temos esse mesmo diagnóstico. Não ficar fazendo chamadas por temas. Não significa para públicos. Quando falo de temas são, por exemplo, a chamada do leite, do café, de agroecologia, etc. Todas as chamadas são agroecologia, todas têm a PNATER como fundo, todas têm aquele modelo de chamada, que é o da agroecologia, como seu ponto fundamental, ponto de partida. Para nós as metas, quando a gente coloca do Planapo 2, todas são para agroecologia. Então essa questão de chamada para vitivinicultura, etc., essas a gente não quer fazer mais. Questões de público sim, recortes de gênero, de etnia, de geração, como Jovens, sim, isso é necessário e a gente também tem esse entendimento. Agora, por tema, por cadeia produtiva, ou até por temática, não é legal, isso rompe inclusive com a PNATER. É isso que nós não queremos fazer mais. As chamadas como um todo vão trazer a questão agroecológica, essa do semiárido é a convivência com o semiárido, vamos trazer sempre para dentro das chamadas, e o modelo, esse modelo último da agroecologia, é o que nós vamos estar trabalhando fortemente.

Claro que algumas questões, sabe Paulo, nós vamos ter que ajustar, aí eu chego na chamada de Juventude. Por quê? Tal como vários outros órgãos aqui, nós também sofremos com o TCU. A Chamada de Jovens foi uma que recebeu uma denúncia e foi parar no TCU. Não tem decisão ainda, mas nas várias conversas que tivemos com o TCU ao longo do tempo, nós vimos que o TCU bateu muito em alguns pontos e antes que afetasse a política como um todo ou o instrumento como um todo, nós incorporamos alguns pontos que vocês nos trazem como fragilidade dos nossos instrumentos, a gente incorpora isso e melhora nas próximas. E eles abriram uma certa possibilidade, aí eu estou falando da equipe técnica do TCU. Nós incorporamos algumas dessas questões que vocês estão nos colocando como pontos que temos que melhorar. Isso atende? Atende, que bom que vocês reconheceram isso. Fizemos isso para que as coisas não avancem e talvez caíam em um caminho parecido com o que nós já vimos aqui hoje, também vou usar a palavra, com certos absurdos de algumas posições que já vimos aqui: não pode ter o vidro, não pode ter o açúcar, etc. Para não chegar a esse nível, que poderia chegar, façamos o seguinte, TCU: nós, unilateralmente, vamos revogar a chamada de juventude, e vamos lançar outra, incorporando os pontos que você levantou para a gente, pode ser assim? Olha, quem vai julgar é lá na frente, não sabemos o resultado. Mas pelo menos é um gesto que a gente fez junto ao TCU para evitar coisas talvez mais drásticas, etc.

Quais são esses pontos? São alguns pontos que envolvem as questões principalmente de indicadores e resultados, questão que não é nova para a gente. O TCU falou: o seu ATER mede o quê? Além dos ATESTs que você recolhe, que você vê, ela vai medir o quê? O que você dá como cumprimento do objeto de um contrato de ATER? Lógico, se envolve, ainda mais a questão agroecológica, envolve mudança de modelo, etc. Isso precisa estar mais claro. Nós temos que pensar nisso. Ele não está falando que isso é para pagar. Simplesmente, o seu resultado tem que estar mais claro. Você só me fala quantos agricultores você atendeu, com quantas visitas e quantas reuniões. Isso não é resultado, eu não sei se a contratada cumpriu ou não o objeto solicitado, contratado, só por isso. Ele não deixa de ter uma certa razão. Ele também nos questionou sobre algumas questões de, e esse talvez tenha sido o questionamento mais duro, de que nessa chamada fizemos uma exigência de infraestrutura prévia, esse foi o ponto mais duro que eles nos colocaram. Exigia a questão de carro, computador, previamente à contratação. Nisso eles foram muito duros, foi um dos pontos mais fortes. Isso não atrapalha a nossa concepção. Teve uma questão de equipe também, essa eu acho que nós conseguimos explicar melhor. Eles questionaram muito a questão de composição de mulheres e jovens nas equipes, não é de público, nem aquela questão de número de atividades, é na equipe. Eles falaram que aquilo é inconstitucional. Nós argumentamos que era o enfoque da Chamada. Parece que isso eles aceitaram melhor, esse ponto nós até mantivemos, porque a gente argumentou bem. E a questão dos custos, que é um ponto também que muitos aqui falam. De ter custos, não a metodologia em si, mas que eles sejam mais transparentes. Nós temos alguns instrumentos para tornar isso mais transparente, aquela questão de quanto chega ao valor da atividade. Em suma é isso, por isso a Chamada foi revogada. Nós vamos fazer outra, já incorporando alguns desses elementos, esperando um pouco, também, o que eles vão dizer, o que eles acataram ou não. Nós queremos fazer fora da Anater, o quanto antes. Nós não tivemos o resultado final ainda, mas é por isso que ela foi revogada. Mas está na pauta ainda.

E sobre a questão de Mulheres, tem uma chamada que está lá para fazer uma convocação, uma portaria para reanálise da chamada. E tem um ponto que a gente tem que falar como SEAD, que a gente está em processo de reestruturação. O ministério não é mais ministério, nem tem *status* de ministério, virou secretaria especial, então toda a estrutura teve que ser recomposta, refeita em muitos pontos. A maior parte dos órgãos, dos vários setores sofreu um rebaixamento. A SAF era uma secretaria, hoje virou uma subsecretaria, o que era diretoria virou coordenação, e assim vai. Aconteceu isso, está acontecendo isso, não acabou ainda, inclusive o processo está previsto para acabar amanhã, que é quando a estrutura nova passa a valer. Muitos desses atrasos, de coisa nova para, principalmente, a chamada de Mulheres, e até a análise dessa chamada, demorou muito porque vamos ter uma nova coordenação, uma nova coordenadora, que não chegou ainda, vamos discutir isso, então esse atraso vai muito dessa nossa dificuldade, desse nosso momento de adequação estrutural, não só de mulheres, mas em outras políticas também. Fizemos um grande esforço, e estamos fazendo, para manter tudo razoavelmente dentro do que já existia, não ter grandes quebras. Mas quebra sempre há. Sempre há um momento em que falta a equipe, falta pessoa, falta o responsável. Então sim, é verdade, não tem como falar que deixar de ser ministério e ser secretaria, e tudo ficou como antes, não é verdade. Houve uma perda, houve uma quebra, até por isso queremos e lutamos

para ser ministério de novo. Há uma quebra, sem dúvida. Alguns pontos ficaram bem atrasados e estão atrasados.

Nosso compromisso, falando já da outra parte, já respondendo à Beth, nosso grande esforço, é para manter o que estava funcionando em marcha, e a questão dos pagamentos é um dos pontos que a gente mais tentou e buscou agir. De maio, junho, para cá temos feito um grande esforço para pagar tudo em dia. Sabemos que temos problemas, no Maranhão estava com problema, na Bahia agora vai ter problema, eu sei, porque o servidor que era o fiscal vai sair depois de amanhã, então tem vários problemas que a gente vai tentando administrar. Mas, no começo desse ano, de cada dez pessoas que me perguntavam, doze eram sobre pagamento, e eu sinceramente não sabia nem o que dizer. Agora, há financeiro, há um fluxo financeiro, que a gente está procurando manter constante. Mas há o fiscal que demora, há o delegado que perturba, que não quer assinar, há o coordenador que não recebeu direito, encaminhou errado, esses problemas da burocracia continuam tendo. Agora, em termos de não ter recursos para pagar, para bancar, que era, infelizmente, o que estava acontecendo, vários contratos inclusive morreram ou estão morrendo por causa disso, foram rescindidos, vão ser rescindidos, esse cenário não existe mais. Esse cenário foi sendo debatido e a ATER colocada como prioridade, inclusive para pagamento, na frente de várias outras questões, para manter essa política em funcionamento. Não impede que alguns problemas aconteçam e continuem acontecendo, que é a pergunta do Ivanildo.

Nós é que precisamos ter um entendimento melhor. Por isso eu devolvo a pergunta. Os pagamentos? Há uma sistemática, já estão regularizados os pagamentos. Claro que há problemas, de fiscal, de operacional, de aditivo do contrato, da equipe técnica, tudo isso. Mas a gente precisa saber, e esse é um espaço de monitoramento, e espero de vocês, que são representantes, mas também das entidades que estão lá ponta, que talvez não estejam aqui, nos passarem o que está acontecendo. É problema com o fiscal? Porque aí a gente atua. É na delegacia, ainda é uma questão financeira, ainda é uma questão de repor equipe, precisa a gente suspender um período o contrato, para depois ele se adequar? Motivos para eles não estarem andando, eu sei que são vários. Mas quais são eles? Especificamente, onde a gente pode atuar para dirimi-los? Nós estamos fazendo o dia-a-dia, mas é um quadro que a gente está percebendo, de que mesmo com pagamentos regulares, alguns contratos não andam. O caso é um a um. Chegou em um ponto que talvez não dê mais? Se for, nós temos que tomar uma providência. Alguns dos nossos contratados chegaram nesse ponto, de não conseguir retomar. Vamos trabalhar para essa página virar e já ir pensar nas outras coisas.

Por fim, Beth, outra questão. Sobre as duas situações do estado de São Paulo. A questão do Bolsa-Família e da ATER eu não tinha escutado ainda, essa é novidade. A questão da CATI, essa eu já tinha escutado, temos problemas com a CATI, em São Paulo, sobretudo na questão da DAP. Para as duas, a da CATI em especial, vamos chamar a CATI para uma orientação, novamente. E encaminhar para os outros caminhos de DAP que nós temos. Sindicatos, a rede sindical, sobretudo, vamos ver qual alternativa a gente tem para resolver esse problema, se a CATI continuar ainda nessa postura. Às vezes é uma questão muito local. Se você conversar com a CATI, vão dizer que não é assim, etc. Sabemos que é uma questão local ou até falta de orientação ou orientação enviesada, às vezes.

Sobre a questão do Bolsa-Família para o quilombola, vamos tratar com bastante informação. Não existe nada disso. Não há nada relativo a isso. Não há um cruzamento da DAP com o CAD Único nesse nível de buscar a renda, etc. Isso não existe, então temos que combater com bastante informação e exigindo dos parceiros locais, acionar a delegacia, para a gente agir, porque isso é falta de informação. Isso é deturpação daquilo que a política pública coloca. Não existe absolutamente nada a ver ATER com Bolsa-Família. E que eu saiba não há nenhum cruzamento de informações que possa dizer que se você tiver a DAP e nela tiver mais de dez mil reais de renda, você não pode acessar o Bolsa-Família, a coisa não chega nesse nível de detalhamento. Pelo menos o TCU não está nesse nível de detalhamento, talvez um dia ainda venha. Mas não é o caso.

Vamos reestabelecer o Condraf, o Comitê de ATER, para discutir os assuntos da CNATER no seu fórum adequado, junto com a Anater e os demais itens. Nós estamos trabalhando no reestabelecimento do Fórum para estabelecer a pauta dele

Na revalidação do Planapo, dos 15 ministérios e órgãos da CNAPO, 14 já validaram. 10 oficialmente, 3 nos confirmaram por e-mail e um verbalmente. Quem ainda não nos confirmou foi o MAPA. O Rogério podia comentar. Mas também já tem Nota Técnica, o que está “pegando” mesmo é a questão do Pronara.

Sobre isso, que é o que está faltando, 6 deles não fizeram nenhuma alteração de metas, 8 deles fizeram algumas alterações, alguns tirando sua responsabilidade como parceiros, e outros mudaram metas quantitativas e descrições. O trabalho das STs é justamente dar uma olhada nas mudanças, se foram significativas ou não, mas como resumo, foram algumas alterações de descrição e metas quantitativas. No caso da SEAD, fizemos as alterações quantitativas, até porque as metas de 2016 já se foram. No nosso caso, por exemplo, frustrou-se uma parte delas, até pela mudança toda que houve. Então, nós tivemos que readequar as metas, inclusive ao longo do tempo, já prevendo a questão orçamentária para o ano que vem.

A nossa lei orçamentária já está rodando. Houve redução da ATER como um todo, da ordem de R\$30 milhões. Ela está em R\$290 milhões para o ano que vem, sendo que este ano foi de R\$315 milhões, que acabou sendo. Então, houve uma pequena redução da ATER como um todo, mas ainda é a maior ação orçamentária da SEAD. Mas estamos trabalhando também com a perspectiva de uma boa quantidade de emendas parlamentares. LOA é um ótimo indicativo, mas não é tudo. Já teve ano em que tive R\$600 milhões de LOA e não gastei R\$300 milhões. Não porque não quisesse, mas porque o limite que me deram foi esse. Se for R\$290 milhões pra valer, dá para fazer bastante coisa, cumprir bastante das metas. Agora se for R\$290 milhões e no começo do ano virar R\$150 milhões, e isso já foi cenário de alguns anos atrás, aí fica difícil. Se os R\$290 milhões for real, dá para fazer bastante coisa. No cenário atual, não é de todo ruim.

A grande discussão das STs é debruçar sobre a validação das metas. Dentro do material, há o que foi incluído, alterado ou excluído dessas metas. É um ponto importante ter realmente compromisso dos órgãos com o que eles realmente vão fazer. Não ficar um plano que tenha intenções e depois não tenha quantitativo, que não tem orçamento para isso, preparação para isso, etc. Nós procuramos fazer esse processo, embora tendo que voltar aos órgãos, mas foi positivo, e a grande maioria deles já nos validaram o plano. Não ficou algo unilateral, ficou algo

de sinergia, de interação, de algo conjunto, pelo menos isso a gente conseguiu fazer na validação das metas e agora vamos criticar. Amanhã nós vamos estar aqui de novo para responder dúvidas. Porque saiu, entrou, diminuiu, etc. Agora é a hora de buscar essa convergência, esclarecer e até mudar se for o caso, ainda dá tempo para isso. Como houve mudanças, algumas coisas que pareciam claras, na hora da redação podem não ter ficado tão claras. No debate, a gente descobre que aquilo tem razão de mudar sim.

Rogério (Segov/CNAPO)

Um limite que a gente tem em relação ao nosso funcionamento, CIAPO e CNAPO, é a questão dos prazos. Acho que nós já evoluímos, agora a gente consegue fazer a reunião da CIAPO com antecedência. A gente estava fazendo no dia anterior, não conseguia ajustar muita coisa. Mas com dez, quinze dias [de antecedência], a gente tem tempo de ajustar, de resolver problemas no decorrer do caminho. Uma situação que a gente tem que colocar para vocês todos é a dificuldade que fica quando a gente recebe um documento que tem que encaminhar para sociedade civil em cima da hora. Isso é uma coisa muito ruim e temos que colocar isso dentro do nosso fluxo, dentro da nossa capacidade de trabalhar. Mesmo que houvesse poucas alterações em termos globais em relação ao plano que já tinha sido lançado em maio, mas a análise para o debate aqui fica dificultada. Estou colocando isso no sentido de que nós mesmos, dentro do governo, que a gente possa conseguir melhorar isso, para que a gente possa ter mais tempo de reflexão.

Rogério (MAPA) teve que se ausentar, mas ele pediu para dizer para vocês que à tarde ele estará aqui para as STs e tratará essa questão. Amanhã também estará presente o dia inteiro.

De nossa parte, nós tínhamos estabelecido com vocês, na última reunião, que nós iríamos fazer reuniões bilaterais onde houvesse necessidade, em relação a órgãos que demandassem para a CIAPO que tivessem algum empecilho. O órgão que demandou para nós foi o MEC. Fizemos uma reunião no MEC, com diversas áreas do MEC, para esclarecer a política, esclarecer o Plano, enfim, sensibilizar as várias áreas do MEC. E foi esclarecido, tanto é que o MEC respondeu a tempo. O MEC só pediu o prazo para nós para responder até o dia 21, em função de que seriam quatro áreas que teriam que trabalhar.

Na última reunião da CIAPO, dia 10, e vou falar pelo MAPA, a resposta não veio oficialmente ainda, mas o Rogério Dias relatou que havia uma Nota Técnica e que estava sendo encaminhada. Como ele saiu de férias e só voltou ontem, provavelmente ele vai relatar o que está acontecendo e porque não veio oficialmente ainda. As posições que a gente tem ouvido é no sentido de que efetivamente vão respaldar o Plano e até, para quem não estava na reunião passada, a manifestação do Diretor Dória colocou isso. Foi um esforço grande de todos os envolvidos no sentido de validar o Plano e poder trabalhar com ele. Sinceramente eu não sei com quantas iniciativas o Plano ficou, não deu tempo [de analisar]. Mas o fundamental é hoje à tarde, nas reuniões das STs, tentarem analisar, discutir, enfim, criticar, para que amanhã venha o retorno para nós em relação ao Plano. Alguém gostaria de fazer alguma manifestação ou fala em relação à revalidação do Plano?

Carmem Munarini (MMC)

O MDA foi extinto ou não foi? Ou ele está ressuscitando? Todos falam em MDA e na minha concepção tinha sido extinto. O que está acontecendo?

Sarah Luiza (Contag)

Com relação ao Condraf, Éverton falou muito rapidamente que está voltando, e eu queria reforçar que o processo que a gente teve de construção de uma presidência da sociedade civil foi um processo legítimo, e estamos aqui para reforçar e fortalecer a importância da presidência inclusive compartilhada da sociedade civil no Condraf.

Rogério (Segov/CNAPO)

A posição da Secretaria Nacional de Articulação Social, inclusive já expressa para os movimentos sociais que vieram dialogar conosco sobre a pauta da agroecologia, agricultura familiar, etc., é pelo retorno do MDA.

Éverton (SEAD)

Oficialmente, o MDA não existe mais. Acabou por medida provisória em maio. Quem o sucedeu, mantendo as políticas, os técnicos, as pessoas, o trabalho, tudo foi transferido para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD, dentro da Casa Civil da Presidência da República. O MDA acabou e tudo que nele existia, inclusive participação na PNAPO, no Planapo, o próprio Incra, foi para essa secretaria dentro da Casa Civil. Esse é o quadro hoje. Há toda uma conversa de retorno do MDA, de ele voltar a ser ministério. Mas hoje, ele acabou e deu origem à SEAD.

Sobre a questão do Condraf, sei que está sendo reestabelecido. Não falei muito porque não sou o responsável, há um secretário executivo só para isso e ele está estabelecendo algumas conversas, algumas reuniões. Não sei de tantos detalhes, mas sei que está sendo articulada a questão de uma reunião e uma discussão, que passa pela gestão, pela presidência, etc., sei que essa questão está longe de estar fechada, porque está sendo preparada para voltar a ter as reuniões de uma maneira construtiva, adequada, mas não tenho o detalhe de a quantas anda.

Chicão (MST)

Embora não tenha ninguém do TCU aqui, é para a gente ficar alerta, porque essa questão que foi colocada é uma tentativa claramente para acabar com o PAA. Quando você quer fazer alguma coisa, você busca os meios; quando você não quer, arruma uma desculpa. E essa é uma, porque vejam bem. O que vem da agricultura familiar tem uma série de requisitos agora colocados, dificultando o acesso. E os 70% que os órgãos públicos compram das outras empresas tem o mesmo critério? Aquilo que eles compram da Sadia, é a mesma coisa, são os mesmos critérios? 70% do leite que é comprado das outras empresas tem o mesmo critério, a mesma fiscalização?

Então é uma tentativa clara de acabar com o Programa e não buscar resolver problemas. A mesma coisa é na questão da reforma agrária. Tem um monte de fazendeiros que fazem desmatamento ilegal. Eles proibiram a compra de terras na Amazônia, por acaso? Não. Quais

os critérios de acesso às terras da Amazônia, de compra de terras na Amazônia? Da retirada da madeira? Isso não precisa, não é? É só quando é com os pobres. Não tenham dúvida que são tentativas claras de impedir a política pública que chegue aos pobres. Não tenho dúvida disso.

Rogério (Segov/CNAPO)

Reforçar o papel que tiveram os movimentos sociais nesse processo de debate com o TCU. Semana passada houve uma reunião grande, com vários movimentos sociais, SEAD, MDSA, etc., para poder agir em relação a isso. Isso reforça o que a gente estava tratando aqui do debate multilateral, mas também bilateral, a política pública avança muito e evita retrocessos a partir do instante que a sociedade civil se engaja e participa ativamente. Todos os órgãos, independentemente de qualquer que seja, tem decisões que têm embasamento técnico, mas também têm decisões políticas. E as decisões políticas, a conotação a gente sabe que é muito individual e até de interesses. Minha experiência, principalmente com o nível técnico dos órgãos de controle, [diz que] a questão é o desconhecimento. Às vezes os técnicos não conhecem as políticas, a realidade da agricultura familiar, das instituições e acabam fazendo muitos pareceres e informações. Por isso acho que diálogo e a demonstração da sociedade civil da importância da política pública, seja ela qual for, é fundamental, porque o desconhecimento é a pior forma de tratar uma situação, porque você vai ter pareceres e opiniões que serão deturpadas da realidade.

Em relação às STs, rapidamente. A maior parte conhece o funcionamento das STs, a gente reforça que na próxima plenária volta o funcionamento normal, essa é a nossa intenção. Mas temos que deixar bem claro que as STs são autônomas, ou seja, não têm interferência da Mesa Coordenadora, dos órgãos que estão presentes, ou seja, elas têm total autonomia para gerir o seu trabalho. Isso é fundamental que a gente mantenha e cada vez mais fortaleça isso de uma forma mais clara, ampla e transparente.

Uma outra situação que é posta é que as STs têm a coordenação da sociedade civil. É fundamental que se mantenha essa coordenação da sociedade civil, com, digamos assim, não temos um termo disciplinado regularmente, regimentalmente, para isso, mas uma coordenação, uma coordenação-adjunta, enfim, um apoio do governo, para que possa auxiliar, mas a coordenação e a pauta das STs são feitas sempre em cima das propostas da sociedade civil. A gente reforça a importância e a manutenção disso, e que cada vez mais possa cada vez mais trabalhar nisso. A pauta é a própria ST que trabalha, elas são específicas, a gente tenta cada vez mais ter uma pauta comum, mas cada ST tem a sua autonomia para trabalhar os temas de seu interesse e de sua realidade.

Outra questão é que não existe um padrão para os relatos das STs, mas o que gente procura trazer é que ao final de cada ST haja um relato documental, que possa efetivamente chegar até à Mesa Coordenadora e à secretaria executiva, para que fique registrado. Em plenária, geralmente é feita uma fala, no aspecto verbal, mas também que tenha um documento que nos embasa, que nos fique o registro para encaminhamentos e até para registro histórico da Comissão, que a gente espera que tenha vida longa. E a relação plenária, ST e Mesa Coordenadora, cada vez a gente tem que tentar que seja mais harmônica e mais positiva.

Hoje à tarde, como já está reiniciando os trabalhos, a gente gostaria que houvesse a discussão, além da temática que está posta, que é a principal é claro, porque deve ter questões específicas, que é a revalidação do plano, que se fizesse uma discussão da coordenação, com a redefinição de quem vai apoiar pelo governo, coordenador da sociedade civil e coordenador-adjunto de governo.

E lembrando a todos que amanhã de manhã, quando nós temos efetivamente a plenária, vai ter a abertura, como de praxe, apreciação do relatório, aprovação da pauta e depois, no período de 10h às 12h, teremos as considerações das STs em relação ao plano. Cada ST, na pessoa de seu coordenador ou relator, enfim, essa figura vai fazer a apresentação.

Será distribuído um kit para cada ST, contendo as propostas do Planapo, com todas as alterações; a proposta do seminário e a proposta do monitoramento. Não tiramos um grande número de cópias, tiramos cinco por ST, porque isso também vai estar nos computadores nas salas.

Amanhã, depois dessa abertura e das considerações das STs, que podem ser em relação ao Planapo, ao seminário, ao monitoramento, enfim, são autônomas, vai ter a apresentação da pesquisa do IPEA (Marcelo Ávila). Quem coordenou a pesquisa foi o IPEA, mas tem participação da UnB e de outras entidades. E à tarde segue de acordo com a programação que vocês receberam.

Quero colocar uma questão, sem demagogia, é que estamos em um processo de reestruturação, da CNAPO, da política, etc., mas nós temos que reforçar a participação do governo. A participação do governo é uma realidade que foi colocada aqui pelo Paulo. A própria indicação da sociedade civil, estamos re-indicando ou reforçando os nomes, mas em termos de técnicos do governo, estamos ainda com um nível que temos condições de ter muito maior, em todos os ministérios.

É um desafio que está posto para nós. Eu queria reforçar isso, porque é fundamental para nós. O próprio MMA tem uma equipe grande que participa, a SEAD também tem uma equipe grande, mas tem outros ministérios que acaba sendo um ou dois técnicos que participam permanente. Isso é um desafio que temos que fazer entre nós mesmos. Essa discussão, não é aqui o fórum, e a gente pecou por não fazer isso nesse período na CIAPO. A gente ficou muito focado na revalidação do Plano, era o nosso desafio político mais forte, que a gente conseguiu, mas temos um desafio técnico forte que é ter maior número de técnicos participando. Mas é uma discussão que nós vamos ter que fazer conjuntamente dentro da CIAPO, de como é que a gente tira uma estratégia de trabalhar isso.

André Araújo (SEAD)

É apenas uma questão operacional mesmo. Quando vocês estiverem nas STs à tarde, trabalhando na revalidação, o documento que vocês vão estar analisando já é o que tem a compilação de alterações. Tem uma legenda. Tudo que estiver tachado, ou seja, riscado, são iniciativas que foram excluídas; o que estiver em azul, são iniciativas novas, e o que estiver em laranja são iniciativas que foram alteradas.

Eu peço desculpas, porque do lado das laranjas, que são as que foram alteradas, não deu para a gente dizer exatamente o que foi a alteração. Em algumas, que foi só a exclusão de um parceiro, por exemplo, eu consegui colocar uma “colinha”, mas em algumas outras não. Então, para vocês não ficarem “adivinhandando”, porque pode ser que o técnico responsável daquela iniciativa não esteja na ST, a gente tem a “colinha” do último plano que foi publicado no Diário Oficial, então vocês podem fazer essa comparação. Vai estar no computador.

Peço, por favor, que quem for fazer o relato, seja o mais didático para depois a gente não ter problemas. O coordenador ou o relator de cada ST, responsável pela memória.

Dia 24.11.2016

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Deus as boas vindas e informou que o Secretário Henrique Villa pediu desculpas, mas não poderá comparecer à abertura em função de um chamado do Ministro. Passou a palavra para o secretário Cláudio fazer a abertura.

Cláudio (Segov/PR)

Quero saudar os representantes da sociedade civil e do governo que fazem parte desta Comissão e destacar que essa 16ª Reunião da CNAPO que nós estamos terminando agora, fazendo a plenária, tem uma importância muito grande. Primeiro porque ao longo desses três dias, ontem principalmente, nas Subcomissões Temáticas, teve o processo de revalidação do Plano que foi estabelecido. Isso é muito importante.

Queria destacar também a participação dos Estados. Nós tivemos vários estados participando, vamos ter vários estados hoje fazendo parte dessa reunião. É um ganho para a Comissão, a gente estar cada vez mais conseguindo que a ideia da agroecologia e da produção orgânica se dissemine pelas unidades federativas, Estados e municípios. A próxima meta é a gente começar a trazer municípios para cá.

Queria inclusive destacar que dois dos estados que estão aqui hoje vieram para colher subsídios para elaborar o seu primeiro plano nessa área, quer dizer, ainda não têm uma política de agroecologia e produção orgânica e vieram para, junto à Comissão, colher subsídios para elaborar o seu primeiro plano. Isso é louvável e merece destaque.

Queria também lembrar a cada um de vocês o papel fundamental da Secretaria Nacional de Articulação Social, que é fundamentalmente estabelecer pontes entre a sociedade civil e o governo. Isso quer dizer que muitas das demandas que já surgiram durante os trabalhos já realizados, por exemplo, de estabelecer pontes com ministério A, B ou C, com certeza serão colocadas hoje durante essa plenária, e vão ao encontro do mandato que temos na SNAS, de fazer essas pontes. Com certeza absoluta, essas demandas vão ser acolhidas e nós vamos trabalhar para providenciar condições para que os ministérios que serão demandados atendam aos representantes da Comissão. Isso é uma coisa que é fundamental, e eu queria dizer de antemão para vocês, aproveitando essa oportunidade da abertura.

Queria também destacar a importância do que nós temos feito aqui nessa Comissão e verificar, constatar, o alinhamento que isso tem com outro programa muito importante, que nós estamos trabalhando na SNAS, que é a questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, dos ODS. Inclusive, estou aproveitando o fato de estar aqui fazendo esta abertura para deixar uma proposta no ar, que é que na próxima reunião da Comissão, que deve ser no início do ano que vem, a gente tenha um espaço para que sejam apresentados os ODS para a Comissão, e sejam discutidos pela Comissão esses objetivos e como o plano que foi desenvolvido aqui tem a ver e pode contribuir com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Então, é uma proposta que eu já deixo aqui para que vocês, ao longo do dia, alinhavem.

Queria saudar a representante da sociedade civil e terminar dizendo que sei que vocês tem uma agenda extremamente pesada, e por isso encerro a minha manifestação, deixando vocês iniciarem os trabalhos porque tem muita coisa para deliberar hoje e o tempo é curto. Nós estaremos acompanhando. Nosso secretário deve estar aqui no encerramento, à tarde. Desejo um bom dia de trabalho a todos vocês.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Agradeceu à presença do secretário Cláudio e pediu que, caso o secretário Henrique Villa tenha disponibilidade, seria interessante a sua presença às 14h, quando haverá uma mesa com todos os representantes dos governos dos estados.

Convidou a representante da sociedade civil, Generosa Silva, para coordenar a reunião em conjunto. Informou que essa prática, de dividir entre governo e sociedade civil a coordenação, é uma praxe da Comissão, desde a sua instalação, em 2012.

Imediatamente passamos para a apreciação do relatório da 15ª Reunião Plenária, que foi encaminhado para todos, e não havendo nenhuma manifestação (a gente considera aprovado porque, tendo alguma consideração ou crítica, as pessoas nos encaminham antes). Como não houve apontamentos ou sugestões, considerou-se aprovado o relatório.

O próximo ponto é a aprovação da nossa pauta. Das 10h às 12h nós temos as considerações das Subcomissões em relação ao Planapo 2016-2019; depois vamos ter a apresentação da pesquisa do IPEA, sobre a Política. Quem vai apresentar a pesquisa é Marcelo Ávila, da UnB. Essa pesquisa é coordenada pelo IPEA, mas feita em conjunto com a UnB e outras instituições. Como a Regina (do IPEA) está em viagem hoje virá o Marcelo, que participou da pesquisa. Após o almoço, teremos a apresentação das experiências e presença do Rio Grande do Sul, da Bahia, de São Paulo, de Sergipe, do Amapá, do Distrito Federal, de Minas Gerais e de Goiás. Depois temos a questão dos Seminários Regionais; e a questão da Gestão Territorial do Plano. Por fim, informes sobre o Portal da Agroecologia e a questão dos agrotóxicos. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, consideramos aprovada a nossa pauta.

Generosa Silva (Unicafes)

Cumprimentou a todos, informando que fará a coordenação da reunião, representando a sociedade civil, em parceria com Rogério Neuwald. Agradeceu à presença de todas e todos e reforçou a importância dos assuntos a serem deliberados, pontos muito importantes, a

exemplo do fechamento do Planapo 2, que devem ter considerações importantes da sociedade civil, e pediu a atenção e a colaboração de todos, dizendo da importância de estar atento ao que for decidido.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Nosso primeiro ponto de pauta, em relação à avaliação do Planapo 2016-2019 pelas STs, a metodologia que foi acertada é o uso de dez minutos para cada uma das STs, são seis subcomissões. Vamos ouvir todas as STs e depois abrimos para o debate. Nós não definimos uma ordem, deixamos à vontade para que cada ST venha fazer a sua fala, senão podemos seguir a sequência da programação.

Denis Monteiro - ST Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização

Agradecemos ao Luciano Matos (Embrapa), que fez o relato que vou apresentar. Iniciamos a reunião fazendo um breve histórico do trabalho da ST, que eu não vou resgatar aqui porque não temos tempo. Passamos para uma leitura de todos os pontos que dizem respeito a esta ST, que são basicamente uma parte significativa do eixo 1, Produção, e do eixo 4, Comercialização e Consumo.

Nós começamos lendo todas as iniciativas, inclusive as que estavam em branco, ou seja, que não tinham alteração, porque essas que estavam em branco têm a informação, muitas delas, do orçamento, que não tem no Plano. Mas a gente viu que não ia ter tempo e fomos olhando apenas aqueles pontos que estavam sendo destacados, seja de exclusão seja de modificação. As observações, iniciativa por iniciativa, são:

A iniciativa de “elaboração de normativa de identificação do sistema de produção de base agroecológica e transição agroecológica” estava prevista para 2016. Como nós estamos com o Plano no primeiro ano, finalizando, [no texto] estava “normativa elaborada”. A questão a ser colocada para a CIAPO é se isso foi efetivado, enfim, é o caso da gente ter alguns esclarecimentos, mais uma informação se o que foi feito em 2016, se o que estava previsto foi realizado. Não é propriamente um debate que estamos propondo, é um esclarecimento, se houver pessoas da CIAPO que tenham condição de fazer isso.

Item 2, de elaboração de instrumento de identificação. A gente tinha informação da elaboração da portaria 38 da SEAD, que trata do crédito, e a pergunta é se se avançou na elaboração de algum outro instrumento. As pessoas da SEAD que estavam na reunião estão mais ligadas à política de crédito, uma delas estava chegando há pouco tempo no ministério, então não tínhamos essa informação.

A questão da efetivação das operações de crédito no Pronaf. O orçamento desse ano é o orçamento que é do Plano Safra 2016/2017, então ele define um número de operações de crédito voltadas para a agroecologia e produção orgânica, e o orçamento dos próximos anos não está definido.

A questão de “Orientar 4 mil técnicos de ATER, agentes financeiros, integrantes sindicais e dos movimentos sobre as linhas de crédito relacionadas à agroecologia”, em que a gente

identificou uma alteração de 200 técnicos, com um total de 3.800, e no Plano original eram 4 mil, uma pequena redução.

A questão de “desenvolver ação para melhorar e ampliar a cobertura do seguro da agricultura familiar”. A normativa foi publicada? Porque havia o planejamento para 2016.

Uma iniciativa que foi proposta pela CIAPO a exclusão, que é o “desenvolvimento de novas metodologias de zoneamento agrícola para viabilizar a inclusão de culturas que tenham importância regional para agricultura familiar” foi excluída. A sugestão da ST é de reincluir a iniciativa com uma nova redação, que seria “inclusão de culturas agrícolas e produtos da sociobiodiversidade com importância regional para a agricultura familiar no zoneamento agrícola”. Uma redação diferente, porque da forma original não era bem o que se queria dizer.

Também outra iniciativa excluída, coordenada pela SEAD, era “ajustar e aperfeiçoar as linhas de crédito do Pronaf Agroecologia e Floresta para projetos de produção orgânica e de base agroecológica e produtos da sociobiodiversidade, considerando diferencial positivo, bônus de adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros”. A SEAD propôs a exclusão dessa iniciativa, com a explicação de que isso já havia sido feito para o Plano Safra 2016/2017. O que nós argumentamos e estamos propondo à CIAPO é fazer uma nova redação, falando sobre o Pronaf como um todo, seria “ajustar e aperfeiçoar as linhas de crédito do Pronaf para projetos de produção orgânica e de base agroecológica e produtos da sociobiodiversidade...”, seguindo o restante na redação original. A proposta é de inclusão, considerando o Pronaf como um todo.

Ainda em relação ao crédito, a inclusão de uma nova iniciativa, na verdade nós resgatamos uma iniciativa que estava prevista no Planapo 1, que não foi efetivada. Houve movimentações nesse sentido, algum trabalho, enfim, pequenos avanços. A gente considera que isso é superimportante em relação à questão do crédito, que é a “elaboração de 50 planilhas modais com coeficientes técnicos de produção para sistemas orgânicos de produção de base agroecológica que darão base à elaboração dos custos para financiamentos de custeio e investimento”. É aquela velha questão que vem sendo seguidamente abordada, de que o maior problema é que as planilhas não estão ajustadas ao enfoque agroecológico. Precisa fazer ajuste em planilhas. A gente considera que é superimportante que isso esteja no Planapo 2 e propomos a inclusão dessa iniciativa.

Capacitar 500 técnicos executores das Chamadas de ATER. A questão aqui é o número de técnicos, que seria 150 em 2016, 150 em 2017 e 200 em 2018. A questão aqui para a plenária é checar se a meta de 2016 foi alcançada. Várias coisas a gente viu que estava previsto e não tem a informação se foi executado ou não em 2016. Como a gente está acabando o ano, é aqui a oportunidade de a gente ter essa informação.

Destinação de 30% dos recursos do [Programa] Terra Sol. A gente identificou que essa iniciativa foi subdividida, com criação de projetos exclusivos para as mulheres. Foram separadas, uma questão de ajuste na redação, desmembrando a iniciativa, em 3.1 e 3.2.

A questão da instituição de um programa nacional de fomento à agroecologia para a agricultura familiar. A proposta é que ele seja instituído em 2017, a proposta inicial era 2016.

As gestoras da SEAD que estavam presentes são da área do crédito e disseram que tem um debate na SEAD de que o fomento não é com a turma do crédito. A questão é para a SEAD, de como está o andamento dessa iniciativa. Qual instância irá se responsabilizar por essa proposta, que permanece no processo de revisão do plano.

A questão do Ecoforte. O que temos lá é a previsão de R\$ 20 milhões em 2017 e sem previsão para 2018 e 2019. A questão do Ecoforte é que da forma como ele está significa que apenas R\$ 20 milhões serão destinados, em 2017, e acabou. Não tem mais previsão de orçamento para os próximos anos. A gente queria esse esclarecimento, provavelmente é porque não há essa discussão ainda, mas da forma como está, estamos dizendo que o Ecoforte acaba no ano que vem. Lança mais um edital e ponto final. Isso é bastante preocupante e queríamos trazer aqui para a plenária.

Ampliar a quantidade de produtores habilitados ao acesso a políticas públicas. A previsão orçamentária da Coagre foi mantida. A proposta é de 16 mil produtores em 2016, e a meta de 33 mil em 2019. É isso que tem de diferente nesse quantitativo em relação ao plano original.

Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais: uma alteração para 7,5 mil agricultores. Eram 20 mil e passou para 7,5 mil, então temos uma solicitação de esclarecimento sobre a redução. Uma redução bem significativa, menos da metade da previsão inicial. Provavelmente, está em função da estratégia geral da ampliação dos produtores cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Uma iniciativa incluída, que nos deixou muito contentes, é a implementação do projeto de fortalecimento da agricultura familiar em gestão de plantas medicinais e fitoterápicos. Foi uma pauta da Marcha das Margaridas, foi incluída no Planapo e a gente acha que isso é bem positivo. Também o mapeamento da cadeia de valor de espécies de plantas medicinais, outra iniciativa que também foi pauta da Marcha das Margaridas.

Não avaliamos as iniciativas que dizem respeito ao programa de bioinsumos, que não é objeto direto da nossa ST, e não tínhamos tempo. Chegamos à instituição e monitoramento do programa nacional de redução do uso de agrotóxicos. Acho que vai der dado um informe hoje à tarde, sobre o Pronara, mas o que nós identificamos é que o governo está propondo a instituição do programa, o que estava em dúvida até a última reunião. Se ele está previsto, é porque já há uma articulação para dentro do governo para a instituição do Programa. E aí um detalhe, porque o indicador original era “programa instituído e monitorado”, e foi mudado para “programa instituído”. Se ele for “instituído”, é apenas no ano em que o programa foi instituído, se é “monitorado”, é monitorado ao longo de todos os anos.

Uma ação em relação à agricultura urbana. “Constituir uma comissão mista Consea/Condraf/CNAPO para a elaboração da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana”. Está prevista a criação em 2017, era 2016, ou seja, não se avançou nesse sentido nesse ano. E a exclusão do MCTIC, a gente discutiu, acho que outras STs também vão trazer essa questão, de que tem várias iniciativas em que o MCTIC estava previsto e que não está mais. Então um pedido de esclarecimento à CIAPO e ao próprio MCTI dessa exclusão do ministério de várias iniciativas importantes. Esse aqui é um exemplo, mas tem outros. Eu não saberia dizer quantas, mas é bem significativo.

Em relação ao Eixo 4, Comercialização e Consumo, a “promoção de uma campanha intersetorial dirigida à população em geral e a públicos específicos para incentivar o consumo de alimentos saudáveis, com ênfase nos alimentos de origem orgânica e agroecológica”. Essa iniciativa foi excluída e a gente solicita esclarecimento, mas começamos a levantar hipóteses e levantamos a hipótese de que essa iniciativa era muito parecida com a campanha, que está logo na sequência, a Campanha de Promoção de Produtos Orgânicos. Talvez tenha sido uma avaliação na CIAPO que as duas campanhas eram praticamente iguais. [A ST solicita esclarecimento] se foi essa a revisão que a CIAPO fez para excluir essa iniciativa.

“Qualificar e estruturar cooperativas e associações da agricultura familiar para acessar políticas públicas de comercialização”. A meta foi reduzida de 4 mil para 2 mil cooperativas, com essa distribuição ao longo dos três anos (2017, 2018 e 2019). A ST solicita se tem alguma justificativa ou esclarecimento quanto à redução das metas, se é uma restrição orçamentária ou se a iniciativa está contemplada por outros meios.

Duas iniciativas novas nesse eixo. Uma é “implementar projeto de fortalecimento de sistemas agroalimentares sustentáveis para populações de baixa renda”, R\$1 milhão para dois anos. Essa iniciativa não estava e a gente queria um esclarecimento sobre a natureza dessa iniciativa, que está sob a coordenação da SEAD.

Uma nova iniciativa, bastante positiva na nossa avaliação, que era inclusive uma demanda da ANA para a política, a questão de “fornecer material de consumo permanente para a composição de Kits-Feira para empreendimentos agroecológicos” com previsão de 640 kits em 2017. Uma iniciativa que foi incorporada, bem importante para a promoção da agroecologia.

Uma observação geral sobre a questão do PAA, que é fundamental para o sucesso da política de agroecologia. A gente identificou, nesses últimos anos, uma redução muito significativa dos recursos do PAA para as modalidades “compra com doação simultânea, cestas básicas e sementes”. Uma redução que, nós fizemos as contas, com as informações da Conab, a previsão para 2017 é de R\$ 155 milhões, para essas três modalidades. Em 2012, essas modalidades executaram R\$ 586 milhões. Isso significa que em 2017 o orçamento é 26,45% do que foi o PAA em 2012. Então, é um retrocesso enorme, bastante preocupante para a política de agroecologia. Esse tema é muito importante que esteja na nossa pauta e que a gente tenha um espaço de interlocução como CNAPO, com o MDSA e com a Conab em relação a essa questão da redução de orçamentos. Está na pauta dos movimentos sociais do campo, do campo unitário, está na pauta do Consea, enfim, é uma questão que a gente gostaria de trazer aqui, que é bastante importante.

Esse foi o relato do trabalho de revisão do Plano. Questões gerais que gostaríamos de trazer: com a revisão, percebemos que muito do que estava previsto para 2016 quando se fez a revisão foi colocado para 2017. Isso pode ser um indicador de que o que estava previsto no início do ano, em maio, quando foi instituído, não se cumpriu em 2016. Então, é uma questão para o monitoramento do Planapo 2 em 2016, da execução física e financeira das metas, que a gente gostaria de destacar.

O segundo ponto é que nós precisamos fazer um trabalho, governo e sociedade civil, de fortalecimento da CNAPO e das STs, porque a participação tem sido bastante reduzida, em

número de pessoas e em representatividade das pessoas do governo que tenham poder de decisão, de levar à frente as demandas dentro dos ministérios. Se a gente não fortalecer a CNAPO e as STs, a gente vai fragilizar bastante a política de agroecologia.

Outro ponto, que a gente já vem discutindo na ST, é que ela tem um objeto muito amplo (Produção, Crédito, Fomento e Agroindustrialização), e os órgãos as pessoas que tratam são diferentes, na sociedade civil e no governo. Chegamos a propor o desmembramento em duas STs, mas isso depende do fortalecimento, não adianta desmembrar uma ST que está enfraquecida em número de participantes e representatividade. Se a gente resolve o problema da representatividade, a gente avalia que é o caso de desmembrar e poder avançar em todos os temas que estão previstos ali (Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização), que são bastante amplos.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Informou que Éverton (SEAD) comunicou que iria a uma reunião no Banco Central e depois viria para a plenária. Pediu atenção aos colegas do governo, para quando abrirem as falas, cada órgão e ministério, faça o seu esclarecimento.

Rogério Dias (MAPA)

O nosso grupo, a ST de Insumos, nós não fomos tão didáticos e disciplinados como a ST Produção e não trouxemos para projetar as informações. Uma coisa que vou pedir permissão aos membros da ST de Insumos é que algumas coisas eu não vou repetir, porque foram comentários que a gente fez e que já foram feitos pela ST Produção.

O que aconteceu no nosso grupo é que nós só conseguimos trabalhar no eixo 1, onde está a questão do Programa de Bioinsumos, onde estão essas atividades. A gente deu uma geral no eixo 1, mas não tivemos tempo de trabalhar os outros, porque o grupo fez a opção de deixar uma parte do tempo para discutir o andamento do programa de bioinsumos, porque a gente já não tinha podido reunir na reunião passada da CNAPO, e ficaria ainda mais para a frente qualquer encaminhamento que a gente queira dar em relação a esse programa. Nós preferimos deixar uma parte do tempo do grupo para tratar do andamento específico do assunto “programa de bioinsumos”, que faz parte do Planapo.

Então, só reforçando aqui que no Objetivo 1, Meta 2, que é aquela de “elaborar instrumentos de identificação dos sistemas de produção...”, uma preocupação que o grupo fez questão de registrar é com relação a que instrumento é esse, para a gente não gerar uma confusão, como já teve no passado algumas iniciativas de se trabalhar isso, com relação a uma confusão para o consumidor, se estiver pensando em fazer uma certificação de produto ou alguma coisa que possa com isso gerar alguma confusão com a questão da certificação orgânica, que já tem uma legislação, já tem um marco regulatório. Então, como a gente não sabe bem como é que isso vai ser tratado, nós não conhecemos nenhuma iniciativa já em andamento, mas o grupo achou importante deixar registrada a preocupação sobre que instrumento está se pensando para identificar esse sistema de produção de base agroecológica.

Outro registro, reforçando o que o Denis já falou, é a questão da orientação de 4 mil técnicos de ATER, que é o 2.3, que era 4 mil e aqui na contagem sumiram 200. No nosso entendimento,

não seria considerado que reduziu para 3.800, mas que a gente elevaria o do último ano, para, ao invés de ficar 1.200 ficar 1.400, para manter os 4 mil, porque o que aconteceu aqui na proposta é que no detalhamento reduziu, mas na meta, no que está escrito, manteve-se os 4 mil, então nós entendemos que os 4 mil estão sendo mantidos e que foi só um esquecimento de ajustar nas colunas ano a ano, e por uma questão de estratégia, jogamos para o último ano, como sugestão. Mas depois isso tem que ser visto, porque essa meta é de iniciativa da SEAD.

A gente está com tudo anotado.

Da mesma forma, o grupo pediu uma explicação de porque tirar aquelas duas iniciativas de “ajustar e aperfeiçoar linhas de crédito...”.

Na 4.5, que é “apoiar os agricultores familiares...”, foi a mesma coisa, não se entendeu muito o porquê de sair de 20 mil e ir para 7,5 mil, o porquê dessa redução, mas além disso existe uma situação de que está apontada na planilha a LOA, o número da LOA que deve ser da SEAD, mas não tem nenhuma previsão de valores. Não dá para saber exatamente qual será a contribuição.

Lembrando uma coisa que eu não sei se todos aqui sabem, mas que foi uma proposta da CIAPO, é que a gente passe a trabalhar com planos operativos anuais e que no plano operativo apareça o detalhamento. Estou entendendo que o Planapo 2 vai continuar sem as colunas e que a gente vai ter os planos operativos anuais. O que teria que se fazer é trabalhar a proposta de qual é o plano operativo previsto para 2017 e depois ir construindo os próximos planos operativos.

Outra dúvida com relação a essa iniciativa de “apoiar a inclusão de agricultores familiares...” é como diferenciar os agricultores familiares que foram incluídos por meio dessa iniciativa dos que já vão sendo incluídos pela iniciativa normal que a gente já faz. Como separar isso? Porque se a gente pegar só o número de agricultores familiares que entraram a partir de uma data, eu posso estar contando duas vezes esforços nesse sentido. Porque tem o esforço geral de incluir agricultores, e nesses estão os familiares também, como é que eu separo os que foram resultado desse esforço aqui? A gente não conseguiu visualizar como é que está se prevendo fazer isso.

Outra questão é uma que está pintada de azul, que é a 5.9, “implementar projeto de fortalecimento da agricultura familiar em gestão de plantas medicinais”. Nós pedimos um esclarecimento dessa e da próxima “mapeamento da cadeia...”. A forma como está escrito não deixou claro para a gente o que a iniciativa se propõe a fazer. Essa expressão “em gestão”, o grupo pediu um esclarecimento em relação a isso, porque não ficou muito claro.

Sobre a 6.1, “criar um GT para, no prazo de seis meses, elaborar a proposta do Programa de Bioinsumos...”, o que o grupo fez questão de manifestar aqui é um não entendimento com a saída do MCTIC. Porque se a gente está fazendo um projeto, um programa de bioinsumos, é desenvolvimento, é inovação, é tudo isso, e como é que não tem a parceria do MCTIC? Então, a gente achou estranho. E não é só nessa, em várias outras iniciativas, relacionadas a Bioinsumos, também o MCTIC se retirou. No caso, em algumas outras, saiu o MCTIC e o MDSA.

O MDSA a gente pode até entender que possa achar que não tenha uma relação tão direta com o desenvolvimento de bioinsumos, mas no caso do MCTI não, para nós é uma situação fundamental. Não tem como se pensar em um programa de desenvolvimento de bioinsumos sem trabalhar desenvolvimento tecnológico, sem trabalhar inovação, trabalhar pesquisa, incentivo à pesquisa, incentivo à capacitação, etc. Nosso entendimento, da ST Insumos, é que a CNAPO deveria fazer uma manifestação ao MCTIC, solicitando que ele reveja essa posição, porque a gente considera fundamental para um programa de bioinsumos ter a participação da Ciência e Tecnologia, por meio de editais, por meio de apoio de várias questões, e isso se repetiu em várias iniciativas que estão relacionadas ao Programa de Bioinsumos.

Outra questão está relacionada ao Pronara, que o Denis já citou. Nós não entendemos, a partir do momento que tirou “monitorar”, como é que nas colunas do ano a ano continua tendo “1, 1, 1...”. Ficou parecendo que você vai implantar um programa a cada ano, porque, se o programa vai ser implantado em 2017, não tem porque ficar “1” na coluna 2018 e “1” na coluna 2019. Agora, isso teria sentido se o “monitorar” estivesse mantido. O entendimento é que talvez fique confuso e que o melhor fosse fazer duas iniciativas. Uma iniciativa de “implantar” e outra de “monitorar”. A de “implantar” ter a data definida para o ano, que poderia ser 2017, mas depois a gente ter a parte do monitoramento. E outra questão nessa iniciativa, é que ela tem naquela coluna de qual é a fonte [de recursos], ela está com a informação N/A (não se aplica). Na realidade, o que a gente acha é que tem que ter um asterisco, uma observação de que os recursos do Pronara vão estar definidos dentro do Pronara, senão fica parecendo que para implantar um Pronara não precisa de recursos, porque ele está na coluna de recursos “Não se Aplica”. Como é que você implanta um programa desses sem recursos? A nossa sugestão é que tire o “N/A” e coloque um asterisco dizendo que os recursos do Pronara vão ser definidos dentro do próprio programa, para que não fique parecendo, e depois alguém possa dizer “ah, nós aprovamos o Pronara porque nós não tínhamos que botar dinheiro, mas a partir do momento que vocês estão dizendo que precisa de dinheiro...”. Pode gerar uma confusão mais para a frente.

Essas foram as observações da ST Insumos. Se os companheiros que participaram do processo tiverem alguma complementação de informação, por favor, se manifestem.

ST Sociobiodiversidade

Paulo Rogério (APATO)

Inicialmente nós fizemos um debate sobre o resgate do trabalho da Subcomissão, a construção do Programa de Sociobiodiversidade. E avaliamos que foram ganhos bastante interessantes na elaboração dessas propostas e políticas para a sociobiodiversidade. A grande dúvida ficou sobre o que de fato será cumprido por esse governo atual. O que realmente será cumprido, o que realmente será garantido e o que ficará apenas no papel. Essa é uma dúvida que ficou na nossa ST e só o tempo responderá.

Fizemos uma segunda discussão sobre os resultados dessas políticas de sociobiodiversidade que foram desenvolvidas. A gente viu que teve um conjunto de ações, algumas andaram um pouquinho melhor, outras tiveram muitas dificuldades, mas uma coisa interessante do debate foi que a gente observou que a PGPMBio tem uma grande possibilidade de conseguir alguns

ganhos importantes nesse momento, em função de recursos, de possibilidades de execução, então a gente entende que é uma das políticas estratégicas para a ST estar acompanhando. A gente vai tentar priorizar algumas políticas para debater com um pouco mais de profundidade. A PGPMBio é uma e uma segunda política seria a questão das compras institucionais, a inclusão de produtos da sociobiodiversidade dentro das compras institucionais. Uma avaliação do andamento foi essa. A gente conseguiu entender que PGPMBio e Compras Institucionais são estratégicas para a gente avaliar na nossa ST.

Na validação do Planapo 2, nós nos debruçamos no eixo da Sociobiodiversidade. De forma geral, a gente viu que era necessária a alteração apenas no termo “povos indígenas e comunidades tradicionais”. É mais coerente dizer “povos indígenas, povos e comunidades tradicionais”, porque tem um conjunto de outros povos que não são povos indígenas. De forma geral, é interessante que se coloque “povos indígenas, povos e comunidades tradicionais” no conjunto de ações e iniciativas.

Sobre a meta que fala do Ecoforte e a meta que fala de articulação de recursos. Isso ficou muito confuso. Alguns representantes de alguns órgãos entendiam que articulação de recursos era a mesma coisa que a meta do Ecoforte. Estavam um pouco confusas essas duas metas, é importante fazer uma revisão delas. Alguns acreditam que uma era a mesma que a outra, então é importante dar uma olhada.

Na meta 29, iniciativas 1 e 2, que trata do PNAE, o que se falou no grupo é que o FNDE solicitou que seja retirado da iniciativa. O FNDE estava lá [na reunião da ST]. Tirou o FNDE e foi substituído pelo MEC. O MEC assumiu, está de fato dentro dessa iniciativa? Ficou confuso com o quê que de fato o MEC e o FNDE se comprometem dentro dessas metas ligadas ao PNAE. Nessa meta 29, iniciativa 5, era para retirar o MMA de parceiro, e deixar só como responsável.

Na meta 29, que estava ligada às ações de pesquisa, observou-se que não estava bem articulado o debate da Embrapa com o MMA. Embrapa tinha um representante que não estava sabendo da sua participação naquela meta. A gente observa que às vezes é necessário estar atento ao que os ministérios se articularam e se comprometeram. Muitas vezes aparece o nome e de fato não aconteceu essa articulação da forma necessária. A meta 29, entende-se que na iniciativa 9, é necessária uma repactuação da SEAD, para verificar se a ação vai sair do PCT da GIZ ou não. Novamente, havia uma dúvida entre MMA e SEAD quanto a essa meta 29, iniciativa 9. Até que ponto ela estava pactuada ou não. Existiam interpretações diferentes sobre a pactuação realizada.

De forma geral, o que a gente observou foram mantidas todas as iniciativas e valores. Foi um eixo no qual não tivemos alterações significativas, ele se mantém, e pelo debate feito principalmente pelo MMA e SEAD, existe um comprometimento na execução dessas metas.

Também discutimos um pouco a questão do nosso planejamento e funcionamento. Uma coisa importante, que a gente analisou, seria garantir a participação dos diferentes sujeitos e órgãos envolvidos no debate. Talvez, da mesma forma que boa parte das STs, a nossa também estava um pouco esvaziada. A gente não tinha nenhum representante indígena, quilombola, extrativista, e você querer discutir sociobiodiversidade sem os sujeitos da sociobiodiversidade e do extrativismo fica muito complicado. Entendemos que é fundamental que a gente garanta

a participação desses sujeitos da sociedade, que são os extrativistas e as pessoas que manejam a sociobiodiversidade. Importante também que os órgãos de governo que estão ligados a essas iniciativas (MDSA, SFB, ICMBio, Conab), que não estavam, é importante estarem presentes para a gente conseguir fazer uma gestão disso.

É fundamental que as pessoas que estão representando os órgãos dentro das STs tenham um mandato para isso. Que não seja, muitas vezes, um técnico que gosta muito da temática, mas ele teria que de fato garantir que ele está falando em nome do ministério, que tem um mandato para se colocar, e não esteja se colocando com as suas opiniões ou o que o seu departamento está atuando particularmente, então é garantir que de fato os representantes falem em nome dos órgãos. O MMA vai encaminhar alguns ofícios para tentar garantir as indicações das pessoas.

Definimos a questão da PGPMBio, compras institucionais e Ecoforte, para estarmos nos debruçando nas próximas reuniões.

Sobre a proposta de monitoramento, achamos que ela está muito sem base, já que ela se baseia muito nas ações da SDT, dos territórios que estavam sendo gestados pela SDT, nos NEDETs. A Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDT já não tem mais essa questão da gestão territorial como ação de governo. Como é que a gente vai conseguir fazer uma gestão que se baseia em uma política e uma lógica que já não temos mais, os NEDETs estão terminando, etc. Entendemos que a gestão dessa estratégia de monitoramento não estava conforme a situação das políticas atuais. Entendemos que é interessante que ela seja revista.

Quanto aos seminários regionais, achamos bastante interessante, eles podem contribuir de uma forma bastante interessante, é uma iniciativa muito bem-vinda. De forma geral, é isso.

Pedro Bruzzi (MMA)

O Planafe é o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas. Ele foi retomado recentemente, nós tivemos uma Oficina de 08 a 10/11/16. Existe uma portaria interministerial MDSA, MMA e atual SEAD, que compõem o núcleo dessa articulação. A gente tem a expectativa de, nesses seminários regionais, dentro do eixo Sociobiodiversidade, estar de certa forma rearticulando e fortalecendo a ideia do Planafe. A perspectiva é chegar a um plano, estruturar um plano. Já nessa oficina retomamos todas as demandas da sociedade civil que tinham sido catalisadas em outros momentos. O Plano já teve as suas discussões em momentos anteriores, e a ideia é contrastar todas essas demandas com as políticas atuais na Esplanada, atualizando assim o Plano e tentando fazer todo um processo de articulação para sua publicação. A ideia é essa agenda, no início de 2017 conseguir fazer a publicação do Plano, seguindo o PPA, com o prazo de 2017/2019.

Sementes

Ana – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - Articulação Mineira de Agroecologia

A pauta foi: fizemos um histórico da ST Sementes, esperando novas pessoas do governo, mas infelizmente não teve. E também um pouco da forma de organização. Fizemos a atualização

das principais agendas que estão sendo discutidas na ST; e por fim analisamos a revalidação do Plano, essa planilha que a gente recebeu, e alguns encaminhamentos e recomendações.

Sobre o histórico, as metas e as iniciativas em relação a sementes que estão no Planapo vêm das experiências que vêm sendo construídas no Brasil há muito tempo. A coordenação da ST Sementes é compartilhada entre sociedade civil e do governo, e a gente acabou sentindo a falta da participação de representantes do governo. A gente não teve a possibilidade de manter a forma de organização da ST. Também sentimos a baixa adesão desses representantes na ST.

Passando pela atualização das principais agendas que nós estamos discutindo, primeiro é o programa de sementes no semiárido. Um resultado importante que teve no semiárido, que foi a execução dos 640 banco de sementes, o envolvimento de cerca de 13 mil famílias, um processo amplo e importante de sensibilização e mobilização social em torno da agrobiodiversidade no semiárido todo, porém com pouca ou nenhuma expectativa de manutenção ou ampliação desse programa, para o próximo ano ou para a frente.

Sobre a abertura dos bancos de germoplasma da Embrapa, que foi um processo amplo, uma discussão ampla dos membros da ST com a chefia e os técnicos da Embrapa para elaboração dessa normativa, que está finalizada, na mão da chefia para ser assinada, está nessa fase final de assinatura. É um instrumento importante, que foi construído no âmbito da ST Sementes. E por fim, está sendo elaborado um banco de dados, organizando os bancos de dados de informações dos bancos ativos da Embrapa, organizando as informações de onde foram feitas coletas, enfim.

Sobre PAA sementes, foi uma discussão difícil, porque foi uma agenda discutida em profundidade na ST Sementes. Os avanços foram bastantes, conforme apresentado pela Estela do MDSA, teve um aumento grande das instituições que apresentaram demandas, das regiões também, porque era muito concentrado no sul, e teve um aumento das [outras] regiões, porém ainda há muitos desafios, entre eles, como a gente discutiu ontem, a paralisação dessa modalidade de PAA em razão das auditorias do TCU. E também a questão do Grupo Gestor do PAA, que não tem gestores governamentais no grupo gestor do PAA, que dificulta a discussão sobre isso. Discutimos também a questão de que o PAA Sementes foi paralisado em função da normativa de terceirização dos insumos e a gente não vê justificativa. A Conab disse que de acordo com a ementa, possivelmente [vão contratar as operações]. Porém o valor que tinha disponível para essa modalidade, de R\$10,5 milhões, dos quais só R\$1,3 milhão foi operado, e com certeza não vai operar, por razões óbvias, a gente está no final do ano e não se sabe se ainda temos demanda e muito menos oferta, final do ano, chovendo, enfim, questões operacionais, reais de campo. Ficou completamente comprometido o PAA Sementes para esse ano.

Por fim o Programa Nacional de Sementes e Mudas, que a gente teve pouquíssimas informações de atualização. Só alguns relatos dos programas estaduais da Bahia, Paraíba e São Paulo, onde os planos estão se movimentando de alguma forma.

Por fim, a análise da revalidação do Planapo 2. Avaliamos a planilha atual, que recebemos agora; a planilha construída nos seminários regionais e na plenária, quando foi aprovado; e o

plano mesmo, pois têm diferenças entre os três. Basicamente, temos dois tipos de recomendação. De alterar as iniciativas modificadas e recomendação de retomar algumas iniciativas suprimidas no Planapo 2 que foi apresentado, que tem iniciativa suprimida da construção dos seminários regionais.

Destaques que a gente discutiu mais: Algumas questões, como por exemplo a retirada da participação das mulheres e povos tradicionais em algumas. Essa foi um destaque importante: hoje ela está “elaborar plano de multiplicação, disponibilização e conservação dinâmica de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica”. A gente está entendendo que esta iniciativa estava no Plano 1 e se manteve como iniciativa dos seminários regionais, que é da abertura dos bancos de germoplasma, que está em processo e a gente acredita que é importante manter o texto que estava antes, e não assim, porque assim fica muito abrangente e superficial. Estamos sugerindo que se retome o texto de antes.

Uma questão de mulheres e povos tradicionais, que foi retirada.

Iniciativas que foram suprimidas, que a gente acredita que sejam importantes, sejam a alma da questão de conservação e resgate de sementes crioulas, que é “apoiar projetos que viabilizem o resgate, conservação, promoção de uso, a parte de rede de intercâmbios”. Essa iniciativa foi suprimida, não está no Plano que foi apresentado e aprovado, e nem a de redes, que é “apoiar redes de organizações produtivas e sociais para implementação, enfim, apoiar redes de guardiões, redes de sementes”.

Os principais destaques são esses, que são esses dois tipos de recomendação que a gente fez. Diante de tudo isso, temos quatro principais recomendações e encaminhamentos:

- A necessidade da priorização dos órgãos governamentais para participação nos espaços tanto da CNAPO quanto nas STs. Pessoas “com a caneta”, porque as pessoas têm boa vontade, mas às vezes não têm informação ou propriedade para a definição no espaço de monitoramento e de decisão;
- Garantia e aceleração da assinatura da normativa da abertura dos bancos de germoplasma, que está em processo final de aprovação, se possível ainda esse ano, porque ano que vem pode ter mudanças na Embrapa;
- Reavaliar a descontinuidade do Programa Sementes Semiárido, porque não existe apontamento nenhum para a manutenção do Programa, e foi um programa importante, de movimentação intensa no semiárido, tendo em vista mudanças climáticas, enfim;
- E por fim, é uma coisa nova, mas tendo em vista o PAA Sementes e observando as demandas apresentadas no PAA, em relação à FUNAI, que é “solicita-se informações sobre o processo de compra e distribuição de sementes pela FUNAI em territórios indígenas”. Elaboramos uma carta para apresentar para a Funai, em nome da CNAPO. Tem que ser aprovado em plenária, porque nós falamos enquanto ST, mas é importante seja em nome de toda a CNAPO:
 - “Preocupados com a conservação de sementes tradicionais nos territórios indígenas, territórios bioculturais prioritários para a conservação dos recursos genéticos, vem solicitar esclarecimentos sobre como a Funai vem adquirindo e disponibilizando sementes para agricultores indígenas e, caso a Funai tenha

demandado compra de sementes crioulas do PAA Sementes, quais as espécies e variedades demandadas.” Com essa preocupação de saber o que está entrando de sementes crioulas nos territórios tradicionais indígenas.

Carmen Munarini (MMC)

Na iniciativa de “apoiar a estruturação de bancos comunitários de sementes e unidades de beneficiamento de sementes – UBS, do interesse da agroecologia e produção orgânica em diversos territórios, estimulando a paridade de gênero e gestão nos bancos”. Esse banco de sementes ficou muito confundido com aquele projeto que já estava andando, do Semiárido, e riscaram esse aqui e deixaram só o outro, mas o outro já está terminando, está nas últimas fases. Garantir a continuidade daquele é importante, mas é importante também que existam bancos de sementes em todos os territórios. Não podemos aceitar isso, porque como é que nós vamos fazer agroecologia sem ter as sementes crioulas garantidas nos territórios?

Ana (CTA-ZM)

A questão é essa, ela foi retirada como se estivesse duplicada, mas na verdade essa iniciativa traz a possibilidade de ampliar o programa para outros territórios e também as UBS, que a outra iniciativa não prevê.

Rogério (Segov/PR)

Antes de passar para a próxima apresentação, nós temos ainda ST Terra & Território, Conhecimento, e Mulheres.

Plenária concorda que seja aprovada a Carta para a Funai. Como não houve manifestação em contrário, considera-se aprovada a Carta.

Fernando Prioste (Terra e Território)

Os desafios da nossa ST de Terra e Território, recém-criada. Estivemos presentes lá em número pequeno de pessoas. Eu, pela Terra de Direitos; Jairã, pelo movimento indígena; e Sérgio Sauer, pela UnB; da sociedade civil. Pelo estado, apenas o Incra, com a valorosa contribuição da companheira Débora.

Nós discutimos a composição [da ST], a revalidação [do Planapo], a coordenação, planejamento, seminários regionais e a proposta de gestão, mas aqui eu vou tratar especificamente da composição e da revalidação, por conta do tempo. Sobre os seminários, a gente tem um ponto de pauta específico depois.

Sobre a revalidação. Foram feitas alterações única e exclusivamente no que diz respeito à questão quilombola. Isso chamou bastante atenção porque foi justamente na população negra rural que se fizeram os cortes. Outra vez e de novo. E não foram poucos cortes, tendo em vista o que tinha em maio aprovado e não foram poucos cortes em relação à demanda que existe ou que foi proposta no Seminário Dialoga Brasil. Porque eu digo isso? O Incra titulou sozinho, até hoje, 30 territórios quilombolas. E dando uma cancha, vamos dizer assim, para o estado, pegando só a partir de 2003, e não de 1988, porque o direito quilombola nasce em 1988 com a

Constituição, e eu peguei 2003, quando sai o decreto que viabiliza a política pelo Incra. Se a gente for contar no tempo quanto está demorando para fazer esse trabalho, para titular as mais de 2.800 comunidades quilombolas reconhecidas, fora as 5 mil não reconhecidas, são 970 anos para o Incra terminar o trabalho. Isso no ritmo que ele vinha imprimindo. Com a diminuição do ritmo, por base se pode colocar uns 1.200 anos para terminar o trabalho nessas 2.800 comunidades já reconhecidas, sem contar a estimativa do movimento social, de 5mil comunidades quilombolas não reconhecidas existentes no Brasil. Essa situação preocupa muito. Preocupa, porque por exemplo a meta 2.1 e a meta 2.7, que são fundamentais. A meta 2.1 diz respeito aos hectares titulados e a meta 2.7 sobre o que o Incra vai avaliar, e avaliação é fundamental para fazer desapropriação. No de hectares titulados, houve uma diminuição, nesses quatro anos, de 40 mil para 25 mil, uma queda de 37,5%. E na questão de avaliação dos territórios, uma queda de 46 mil para 30 mil hectares de terras avaliados, uma queda de 34,7%. Essa queda diz respeito diretamente ao orçamento para desapropriação. Nos idos de 2010/2011, o Incra chegou a ter disponível pelo menos R\$ 50 milhões para desapropriação de terras quilombolas. Nesse ano, o orçamento é de R\$5 milhões. E a projeção para os próximos três anos é de R\$3,5 milhões por ano. Isso não desapropria uma área no estado do Paraná. O que já coloca para a gente a dificuldade de cumprir essa meta, essa meta já insuficientíssima. Como vai cumprir essa meta com R\$3,5 milhões? Eu não sei.

Outra questão importante ainda sobre a questão quilombola é que ainda que as outras metas tenham ficado como haviam sido colocadas antes em maio, que já não diziam respeito àquilo que a gente objetivamente tinha proposto, é uma meta que não traz avanços significativos. Principalmente em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas e em decretos de desapropriação. O que o Incra tem hoje parado, que não sai portaria ou decreto por decisão política, se fosse assinado hoje já cumpriria a meta, então não tem nada de novo, se essa meta for cumprida. Não tem um novo território que vai chegar à fase de portaria, de decreto para desapropriação de áreas. Então, é uma política que vai regredir muito no período, se for cumprida essa meta, o que no nosso entender já está difícil porque não tem orçamento. É uma questão que eu coloco para ser discutida aqui na CNAPO. As explicações foram trazidas pela representação do Incra. Mas é uma medida que tem que ter bastante atenção nossa aqui, porque é uma redução drástica, que beira a linha do racismo institucional, justamente porque foi com relação aos negros e às negras que houve essa redução significativa.

Tem outras questões que embora não tenham sido tocadas na redução chamam a atenção pela justificativa que foi colocada. Em maio, já estava lá a previsão de 120 mil famílias assentadas pelo Incra. A informação que nos foi passada tem duas naturezas. Que essas 120 mil famílias não são necessariamente criação de novos assentamentos de reforma agrária, mas sim regularização de pessoas que estão nos lotes, mas estão irregulares, mas são assentadas, pessoas que demandam isso; de lotes eventualmente vagos, que seriam preenchidos por essas pessoas; e também de eventuais pessoas que podem ser expulsas, inclusive em função do acórdão do TCU, para que outras tomem o lugar. Isso também nos indica que a desapropriação, a criação de novos assentamentos de reforma agrária, está absolutamente residual nessa meta. Além do fato do Incra poder rever essa meta no ano que vem, a partir da tomada de conjuntura do novo governo, eles poderiam ano que vem rever essa meta. Chama muita atenção.

Não para por aí. Como houve ausência de representantes, por exemplo, do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio, algumas considerações a gente não conseguiu sequer perceber qual era o objetivo da alteração. Por exemplo, na meta 21.9. Especificamente, a meta é “ampliar a regularização fundiária em 2,5 milhões de hectares em unidades de conservação”. O que quer dizer isso? Criou-se a unidade de conservação, mas não se fez, por exemplo, a desintrusão, não tirou de lá de dentro quem não tem a ver com aquela unidade de uso sustentável. O que está colocado aqui, mas a gente não consegue sequer fazer a leitura do que isso vai refletir, é que “isso poderia ser feito com compensação ambiental e com área de reserva legal”. Essas questões, a princípio, não têm nenhuma relação com regularização fundiária em unidade de conservação de uso sustentável. Nenhuma relação, mas tenho a dúvida a princípio porque não tinha nenhuma representação do MMA para poder fazer esse esclarecimento do que talvez seria a relação, para gente talvez poder fazer o debate.

E chama bastante a atenção, porque foi falado agora há pouco na mesa, pelo Douglas, sobre os ODS. Uma dessas metas é “estabelecimento e criação de novas unidades de conservação”. Então, como é que a gente vai trazer esse debate para dentro da ST, se sequer no Planapo isso está previsto e o que tinha previsto de meta foi alterado, a princípio, com relação ao indicador, incluindo compensação ambiental e área de reserva legal. Não dá nem para a saída do início do debate sobre ODS, porque o mínimo que tinha aqui, que estava maio, já não está, e sequer a representação do ministério estava por lá para fazer esse debate. Isso em relação a todas as metas do MMA, que a gente não conseguiu entender a proposta de mudança. Elas estão grafadas na cor da alteração. Não há nenhuma alteração na comparação com maio, só um indicativo do lado “alterado indicador”, mas a gente não sabe qual foi a alteração do indicador, se é da natureza do indicador ou do número do indicador.

Por fim, nós tivemos duas novas iniciativas colocadas lá, a 22.5 e a 22.6. A primeira diz respeito à “realizar gestão territorial participativa do Planapo em ao menos seis territórios rurais”. A primeira questão diz respeito à necessidade de registrar que nesse ordenamento é necessário ter em conta a autonomia dos povos, que não está refletido ali. Essa gestão territorial participativa não pode ser qualquer gestão territorial participativa. Tem que ser uma gestão voltada com o escopo do Planapo, só com o escopo da Planapo. Isso também diz respeito às 120 mil famílias assentadas. Não conta, não deve contar para fins do Planapo, assentamento de famílias que não tenham como escopo agroecologia e produção orgânica. Todo e qualquer assentamento não pode cumprir meta aqui, por existem, infelizmente, ainda, assentamentos convencionais que não estão ligados com o objetivo do Planapo. A segunda questão também com essa natureza, seria a meta 22.6, que é “implementar instrumentos de gestão ambiental em territórios quilombolas”. Tem que focar nos objetivos do Planapo e ter em conta a autonomia dos povos na gestão desses instrumentos, não pode ser uma coisa de cima para baixo.

Além dessas questões, tem também a retirada de uma iniciativa, uma meta importantíssima, que era o “fomento ao etnodesenvolvimento e economia solidária em 300 comunidades quilombolas”. O que nos foi informado é a retirada, de novo, mais uma vez com as comunidades negras rurais, é que houve um equívoco na tabela, que a responsabilidade institucional estava para o Incra, mas que deveria ser do Ministério do Trabalho e Emprego. A

sugestão que a gente faz é que essa responsabilidade seja remetida ao MTE para que ele responda se vai ou não anuir com essa meta, que para nós é fundamental.

Por fim, para além das questões da revalidação, fizemos uma análise preocupada com a própria instalação da ST. Durante o Seminário, foram propostas várias STs, e todas muito relevantes, como a de Agrotóxicos, entre outras, no cenário político nosso e acredito que foi a de Terra&Território que foi estabelecida, em função da situação que a gente vem vivendo com relação a essa política que é fundamental, como fazer agroecologia e produção orgânica sem acesso à terra?

Só que, como visto, tinha três representações da sociedade civil na mesa, uma delas de Brasília e eu e Jairã, que tivemos apoio para vir para cá, mais nenhuma organização foi convidada ou teve a possibilidade material pelo menos de participação. E da representação do estado apenas o Inkra. Nós já havíamos feito na reunião do abril uma sugestão, inclusive com um esforço de indicação de representações da sociedade civil, que estivessem em Brasília, para que pudessem participar com custo reduzido, o que não foi observado e a gente sabe o contexto e isso foi dito em todas as STs. Nós reforçamos a indicação desses nomes de representações que a gente entende que sejam fundamentais para estar lá. Não tem como fazer uma discussão sem PCTs, sem que existam outras representações, inclusive do mundo sindical, dentro da ST. São debates que necessitam obrigatoriamente da presença dessas organizações, e elas não estão presentes por falta de apoio material.

Fora isso, somos uma ST recém-criada, com muitos desafios. E a gente sugere que, para a próxima reunião da CNAPO, a gente tenha a oportunidade, com esses atores presentes, de chegar um dia antes e fazer um debate, uma reunião de trabalho e de planejamento sobre o trabalho da ST para o próximo período, que não se limita ao que está aqui nessas metas, mas ao que efetivamente a gente planeja fazer. E com o ritmo de trabalho que a gente tem nas STs, com demandas que não são propriamente da ST, fica muito difícil de fazer planejamento numa ST absolutamente recém-criada, que foi formalmente instalada, mas que não tem condições de trabalhar porque tivemos três representações da sociedade civil nesse momento.

A outra questão, por fim, é que é fundamental que a coordenação da ST esteja compondo também a CNAPO oficialmente, senão se perde muito na interlocução política e perde muito inclusive na realização das pautas da ST. Como estabelecer as pautas e dialogar com as demais STs. Por enquanto estou provisoriamente na coordenação, porque a gente não compôs oficialmente com os membros todos, isso precisa ser discutido e não há nenhuma objeção nossa de que venha alguém que já é da CNAPO e cumpra essa tarefa, ou que quem assuma a coordenação, com a efetiva instalação da ST, possa também estar dentro da CNAPO de alguma forma, para fazer essa interlocução e a gente não ficar prejudicado no processo.

ST Mulheres

Tatiana Muniz (Rede Xique-Xique)

Carta

MMC, Contag, ANA, Unicafes, Rede Xique Xique, Embrapa, Marcha Mundial das Mulheres – MMM e SEAD.

Nós, Mulheres Rurais, do Campo e da Floresta, das Águas e Camponesas, Pescadoras, Indígenas e Quilombolas, Extrativista e dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, reunidas na Subcomissão de Mulheres da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, no dia 22 de novembro de 2016, vimos nos posicionar na defesa das políticas públicas para a agricultura familiar, para as Mulheres Rurais e para a Agroecologia do Brasil.

Nós mulheres, que produzimos alimentos saudáveis, convivemos com a natureza e garantimos o bem-estar de nossas comunidades; que resistimos ao avanço das monoculturas, dos agrotóxicos, da perda de nossas terras; que combatemos as desigualdades no acesso à terra e à água, que lutamos por condições para produzir e contra a sobrecarga de trabalho e por acesso às políticas, entendemos:

Que é papel do estado atuar com firme vontade política no sentido de reverter a desigualdade no campo e de preservar a sociobiodiversidade dos povos tradicionais, mobilizando seus organismos, programas e orçamentos para fortalecer os setores considerados mais vulneráveis.

No contexto de validação do segundo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo nos preocupa a situação de rebaixamento de duas instâncias muito importantes no processo de elaboração e de implementação do Planapo: o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a sua Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais. Nos preocupa ainda os cortes no orçamento do PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea, incluindo Sementes. O orçamento previsto para essas modalidades em 2017 é de apenas 26,45% do que foi em 2012.

Reunidas na reunião da Subcomissão Temática de Mulheres da CNAPO, para a revalidação do segundo Plano, não ficou clara a forma como o atual governo pretende implementar as políticas para as mulheres rurais, e por isso exigimos: o retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; a volta da Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais do MDA, garantindo equipe técnica, orçamento, autonomia para a execução de suas ações; a manutenção de chamadas específicas de ATER para as Mulheres Rurais, que são estratégicas para o Movimento Agroecológico, pelo reconhecimento do importante papel desempenhado pelas mulheres na consolidação da agroecologia; a manutenção de um mínimo de 50% de mulheres atendidas em todas as chamadas de ATER e de 30% dos recursos para as atividades específicas com as mulheres; aumento imediato do orçamento da modalidade “Compra com Doação Simultânea” do PAA, recompondo, no mínimo, o orçamento executado em 2012.

A partir desta conquista, frente à realidade de corte de recursos, reafirmamos que não aceitaremos ser penalizadas nem arcaremos com os custos sociais e políticos desses cortes.

Organizadas na luta, atentas à conjuntura nacional e internacional, cobramos ações no sentido de avançar na consolidação de direitos, baseada na igualdade, justiça, paz e solidariedade, respeito aos bens comuns, tais como: lançamento e implementação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos – Pronara; continuidade e fortalecimento do Programa de Sementes que vinha apoiando as Casas e Bancos de Sementes.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Vamos começar a montar a nossa mesa sobre troca de experiências sobre políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica. A Generosa irá coordenar esse painel.

Generosa Silva (Unicafes)

Nesse momento nós vamos chamar os estados que já estão desenvolvendo experiências agroecológicas e de produção orgânica. Nós vamos chamar para a mesa: do Rio Grande do Sul, Dionatan Tavares, Diretor de Agricultura Familiar e Agroindústria da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Pesca; da Bahia, José Augusto Tosatto, coordenador executivo de pesquisa e inovação; de São Paulo, Sebastião Tivelli; de Sergipe, Dalva Angélica dos Santos Graça, Coordenadora da Secretaria Estadual de Agricultura, Desenvolvimento e Pesca; do Amapá, Luis Lino Cabral de Castro, Extensionista Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado; do Distrito Federal, Juliana Viana, Gerente de Agricultura Orgânica e Agropecuária Sustentável da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; de Goiás, Antônio Flávio Camilo de Lima, Superintendente Executivo de Agricultura e Pecuária (ausente); e de Minas Gerais, Pedro Moreira, Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento e Agrária.

A ideia seria a gente ouvir a exposição do Rio Grande do Sul, que trouxe uma apresentação, porque como o tempo é curto não daria para todos fazerem exposição. É importante que quem trouxe alguma coisa socialize com o pessoal da secretaria, para que a secretaria possa depois socializar para a gente, se vocês já tiverem alguma coisa sistematizada e que também possa ir para o nosso site, enfim, que já está ficando pronto. Então, o Rio Grande do Sul faria agora uma exposição.

Dionatan Tavares – Diretor de Agricultura Familiar da Secretaria de Desenvolvimento Rural (Rio Grande do Sul)

Vou apresentar para vocês um pouco da nossa experiência na organização da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Nosso produto maciço, nosso documento é o nosso Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Acredito que somos o primeiro estado a efetivar isso. Nós queremos apresentar um pouco dessa experiência, dizer como foi construir isso, quais são as ferramentas, enfim, algumas coisas que já mostram como o plano atua. E também, como tudo não é perfeito, tem algumas coisas que não funcionam, não dão certo, e a ideia é também falar um pouco disso. Quero também agradecer o convite.

O Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Rio Grande do Sul foi intitulado com base no “Brasil Agroecológico”, a gente pensou em “Rio Grande Agroecológico”. Ele tem um nome fantasia, tem um apelido, assim como o Planapo, o nosso tem um apelido PLEAPO – Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Isso tudo começou em 2014, com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Foi instituída uma lei, que tem um objetivo principal de promover o desenvolvimento sustentável, apoiando sistemas agroecológicos e orgânicos. Se criou a Lei em 2004 (SIC). Os principais princípios dessa lei, então, são: preservação e conservação ecológica com inclusão social; segurança e soberania alimentar; diversidade agrícola, biológica, territorial e paisagem cultural. Basicamente, os

pilares da própria legislação nacional. Dentro da lei estadual tem algumas ferramentas para que essa legislação possa se efetivar. Uma das primeiras ferramentas é o Comitê Gestor tem um decreto que regulamentou, criou e instituiu o Comitê Gestor, que é responsável pela elaboração do Plano, seu monitoramento, manter a chama acesa, a discussão, é o Comitê Gestor que faz isso e também faz toda a gestão do nosso programa de agricultura de base ecológica, que é um programa que a secretaria desenvolve e que nesse pacote da legislação foi criado. Então se criou a Lei, o Comitê Gestor está dentro da regulamentação, o programa também, e por consequência posterior, o Plano. São mais de quarenta instituições que fazem parte do nosso Comitê Gestor, que se reúnem frequentemente, uma vez por mês, normalmente, algumas mais compassadas. Na época de elaboração do Plano foram bem mais frequentes as reuniões. Algumas extraordinárias também. Temos secretarias de estado compondo esse grupo, organizações da sociedade civil, governo federal, ministérios, universidades, instituições de pesquisa, enfim, é um grande grupo de discussão para efetivação da política.

O Plano reúne toda essa estratégia, toda essa essência das próprias instituições e procura organizar isso dentro das ações, dos planos, da metodologia que estabeleceu esses compromissos, articulando com a política pública, nas diferentes esferas, o que basicamente é a essência do Plano. Ele veio para congregar os esforços que todos já estavam colocando e procurando gerar uma discussão a mais na instituição, buscando desenvolver alguma coisa nova. A gente sabe que tem aquilo que a gente planeja, que a gente programa, mas também tem aquelas coisas que vão entrando com o decorrer do trabalho. O Plano também procurou buscar isso, as coisas que foram entrando, enfim, tinha o planejamento, mas tinha coisas que ali na frente, na hora de elaborar o Plano, na discussão com o diretor de determinada instituição, por exemplo, “ôpa, isso aqui a gente podia fazer um pouquinho mais voltado para essa política” e a gente começou a construir isso.

Nós pegamos então o artigo 10º da Lei, que coloca que no mínimo o documento do Plano teria este conteúdo. Um diagnóstico da realidade do Rio Grande do Sul na questão da produção agroecológica e orgânica. As primeiras cinquenta páginas, praticamente, são de um diagnóstico, bastante completo, da nossa situação, com fatores gerais, que envolvem questões de saúde, agrotóxicos, biomas, plantas nativas, enfim, todo esse sistema. Depois, a questão das estratégias e objetivos; os programas, projetos e ações, que seriam colocados pelas instituições; alguns indicadores, metas e prazos, para que a gente faça esse acompanhamento contínuo do Plano; e um modelo de gestão do Plano para que a gente pudesse estabelecer um regimento, para que com o passar do tempo, com as mudanças às vezes de lideranças políticas em determinadas instituições, ele não perderia esse foco porque já estaria pré-estabelecido desde então.

Nosso diagnóstico está dividido em alguns eixos, mas as principais questões que estão colocadas no Plano são: produção e comercialização de orgânicos; uso e conservação da agrossociobiodiversidade, aí entram todos os nossos biomas, as nossas características do Rio Grande do Sul; o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no meio ambiente, e a gente se valeu muito de diversas pesquisas que a secretaria de saúde do estado tem, com a participação também de fiscais sanitários; e a parte de ensino, pesquisa e ATERS em base ecológica. Quais são e quem são as instituições que estão trabalhando a questão de ATER?

Cursos técnicos de agroecologia, por exemplo, que tem em diversas áreas, universidades têm, institutos federais têm, mas também colégios da rede estadual já estão começando a fazer isso, então tudo a gente procurou já detalhar para fazer um marco zero, nosso diagnóstico ser um grande marco zero, para que daqui a quatro anos, quando o Plano vai ser rediscutido, avaliado na íntegra e proposta uma segunda edição do Plano, ele possa ser avaliado com base no marco zero. As diretrizes, a gente procurou estabelecer, elas ficaram um pouquinho diferentes das do Planapo, mas têm a ver também: produção e segurança alimentar e nutricional; uso e conservação da agrossociobiodiversidade; incentivo ao consumo, acesso a mercados e comercialização; assistência, extensão rural, ensino e pesquisa. Procuramos dividir didaticamente para o entendimento, nessas áreas.

O que a gente vai colocar nesse Plano? De que maneira esse Plano vai contemplar aquilo que a sociedade civil está clamando. A gente não procurou fazer uma nova rodada de pesquisa para saber o que a sociedade queria, e sim retomar os cadernos. Pegar os documentos de vários eventos que já haviam sido feitos e que já havia muita demanda sobre determinadas questões. Por exemplo, o Seminário Técnico de Frutas Nativas do RS, em 2010, trouxe algumas questões; a Carta das Agroflorestas e Frutas Nativas do RS, em 2012; Encontro Estadual do Programa de Agricultura de Base Ecológica, que já tinha uma vida, então foi feita avaliação em cima do Programa em 2013; o Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2013; 8ª Reunião Técnica Estadual sobre Plantas Bioativas, 2014; Documento final do Seminário de Juventude Rural e Agricultura Familiar, 2014; Carta de Manifesto do Seminário Internacional do Bioma Pampa, 2014; Oficina de Sementes Crioulas e Sementes e Mudanças Orgânicas, do GT Recursos genéticos e Sementes Crioulas do CTAGRO – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Nós buscamos aquilo que já havia sido levantado em vários outros momentos e procuramos pautar dentro de cada estratégia, de cada ação, que procurasse responder, dar um retorno para a sociedade, nesses quesitos.

As nossas ações estaduais ficaram definidas através do plano plurianual do estado também. Cada secretaria estadual já tinha pré-estabelecido, começou a construir em 2015, e aqui o importante do nosso Plano foi ter feito essa discussão já no início de 2015, logo quando houve a transição de governo, a gente seguiu tocando o processo, e foi importante, porque se constrói o plano plurianual até a metade do ano, e nessa construção por diversas vezes veio à tona a questão da agricultura de base ecológica, dentro da discussão do Plano Plurianual, já entrando nos planos plurianuais de cada secretaria.

Os órgãos federais e sociedade civil foram a partir de ações e metas que estavam dentro de um termo de cooperação técnica. De certa forma a gente ainda está pendente de um termo de cooperação técnica com o ministério da agricultura e com a SEAD agora, mas na época houve uma validação disso. A gente trabalhou o que não era do governo do estado, não estava dentro de um plano plurianual nosso, a gente procurou firmar termos de cooperação técnica, como Embrapa, instituições de ensino, enfim com basicamente todas as outras instituições, foi firmado termo de cooperação para que o processo possa perdurar.

Ficou desta forma a construção: estabelecemos as diretrizes, que estavam estabelecidas na própria Lei; os objetivos, o decreto trouxe; as estratégias foram colocadas por parte dos documentos dos eventos que a gente tinha; e as ações, as instituições, cada uma disse de que

maneira conseguiria responder àquelas questões anteriores. Aqui temos um fator muito importante, que talvez tenha sido um pouco da essência de porque isso tudo deu certo, em um tempo mais curto, a gente fez visitas. Eu fui, pessoalmente, em diversas diretorias, para tratar diretamente com os responsáveis políticos das instituições. Porque os técnicos que vão para o Conselho, para a Câmara Técnica, muitas não têm aquele respaldo político e muitas vezes não se sentem seguros de dizer o que de fato podem fazer. Então, a gente fez um trabalho no Comitê, de estabelecer tudo o que os técnicos acreditavam ser viável de fazer dentro das suas instituições, e posteriormente um ato político, prévio ao Plano, de reunião com cada uma de suas instâncias de direção. Esse foi um grande ganho para que isso fosse realmente um fato concreto, porque a dificuldade é justamente [conseguir] essas definições políticas que ficam sempre no meio do técnico com o político.

Para a primeira diretriz: Produção e Segurança Alimentar e Nutricional: uma das estratégias é reduzir e monitorar o uso de agrotóxicos nos sistemas de produção convencional. Era uma demanda do primeiro Encontro Estadual do Programa de Agricultura de Base Ecológica e também da Conferência de Desenvolvimento Rural e Solidário. Quem faz isso? A nossa Secretaria Estadual de Saúde, através do Centro de Vigilância Sanitária, e a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado. A foto apresentada é de uma ação deste ano, de fiscalização em propriedades, que faz parte da estratégia do plano.

Segunda diretriz: Uso e Conservação da Agrossociobiodiversidade. O item 2.3 do nosso Plano é “Ampliar o acesso dos agricultores a sementes e mudas e propágulos crioulos nativos, permitindo sua manutenção, produção e distribuição”. Foi uma demanda da reunião do subgrupo de manejo, em 2015. Quem está fazendo isso é o Banrisul, por meio do Programa de Sementes Banrisul, que oferece através de uma demanda: as comunidades solicitam ao Banco, que faz uma aquisição de um kit de sementes e entrega para a comunidade. Tem uma ação não só do estado, mas também dos demais agentes, como um banco, por exemplo, que é metade público, metade privado.

Segunda diretriz: conservação da agrossociobiodiversidade. Veio muito a questão de promover e qualificar eventos de troca de sementes. Exemplo de um grande evento, que reúne em torno de 1.500 pessoas no interior do estado. A execução a execução dessa atividade é via nossa Secretaria de Desenvolvimento Rural em conjunto com a nossa Emater, que teve apoio do estado de forma financeira, mas também o governador esteve lá, prestigiou.

Terceira Diretriz: Incentivo ao consumo, acesso a mercados e comercialização. Promover espaços de feiras, em que pudessem os produtos orgânicos estar em destaque. Isso veio também nas conferências. Através da SDR, junto com a SEAD do governo federal, tivemos um pavilhão da Agricultura Familiar na Expoiner, como já é tradicional, mas tivemos também espaço reservado para os orgânicos, com um certo destaque, com a marca “Orgânicos do Brasil”. Uma ação também desse ano.

A nossa Ceasa, que é nossa central de abastecimento do RS, há muitos anos querendo colocar, buscando fortalecer um espaço de orgânicos dentro dessa central, conseguiu em 2016 efetivar um espaço de orgânicos dentro da central de abastecimento. Hoje tem produção. Quem chegar à Ceasa consegue comprar produtos orgânicos para levar para o seu supermercado, restaurante, padaria, lanchonete, enfim.

Quarta Diretriz: ATER, ensino e pesquisa. O Rio Grande do Sul tem uma tradição muito grande na produção de arroz. O arroz é um carro-chefe que carrega muito a produção orgânica. O Instituto Riograndense do Arroz promove dias de campo, variedades diferentes, capacitações, enfim, também faz um atendimento aos agricultores nesse sentido. É também uma das estratégias que temos.

Aqui temos um resumo rápido das ações práticas. Trouxemos aqui uma amostra de um pouquinho das coisas que já se realizaram, mas o Plano como um todo, de 2016 a 2019 envolve: 8.387 projetos produtivos apoiados com financiamentos, e aí envolve todos os parceiros; 1.112 encontros de capacitação de agricultores e técnicos em agroecologia; 29 editais de apoio à produção agroecológica e ATERS; 38.340 famílias atendidas com ATER em agroecologia; 347 projetos de pesquisa e extensão em agricultura em base ecológica, aqui entram muito as universidades; 110 publicações técnicas e de divulgação para o fomento da agroecologia; 8 bancos ativos de germoplasma revitalizados e mantidos; 96 eventos de troca de sementes crioulas e mudas; 132 feiras de eventos para promoção e comercialização, esse ano inclusive aconteceram em torno de 40; 3.676 amostras de alimentos e água monitorados com a presença de agrotóxicos.

Aqui é um resumo, como a gente não consegue falar uma a uma todas as metas, no conjunto total, dentro dos quatro anos elas querem contribuir com esse conjunto geral. Temos aqui membros da Câmara Técnica também, representantes da Emater, Ecocitrus, Embrapa. Estamos à disposição, minha equipe e eu. Nas outras falas posso dizer o que não deu certo, e também ações a mais que estão dando certo, recursos a mais, tem recurso do BNDES, que nós estamos investindo, caminhões que nós estamos comprando para distribuir para as comunidades para fazer encurtamento de cadeias, enfim, tudo está dentro desse Plano, que a gente espera que tenha êxito durante os quatro anos de trabalho.

Generosa Silva (Unicafes)

A Bahia disse que também tem uma apresentação, vamos ouvi-los. Serão 10 minutos e após a fala a plateia poderá fazer perguntas para todos os expositores.

José Tosatto (Bahia)

Agradecemos pelo convite. É muito interessante estar compartilhando esse momento que nós estamos vivendo lá com vocês, pois tudo que a gente fez até agora na construção da política estadual de agroecologia é inspirado no que vocês fizeram. Detalhadamente no que vocês fizeram, no que vocês evoluíram. Nas lacunas, inclusive para a gente superar os problemas que vocês tiveram, nós fomos aos poucos tentando introduzir na nossa proposta. Nós contamos sempre com a colaboração de uma importante ativista daqui, a Cinara (ex-membro CNAPO), do SASOP, que ajudou bastante. O SASOP foi ajudando bastante.

O programa de governo do atual governador Ruy Costa tinha o compromisso de criar a política estadual de agroecologia e suas consequências. A gente teve que cumprir claro, com todo o prazer. Mas, antes disso, nós fomos percebendo que ações que a gente poderia dizer que eram correlatas a uma política estadual de agroecologia já estavam em desenvolvimento, em diferentes áreas. Estava muito forte. À medida que nós tínhamos uma meta arrojada de

segurança fundiária para os povos e comunidades tradicionais; e de regularização fundiária para os agricultores familiares; à medida em que a gente tentava tirar do papel de uma vez por todas o Pronaf Agroecologia; à medida em que nós estávamos fazendo grandes esforços para a certificação participativa lá no estado; à medida em que nós estávamos estimulando a criação de feiras agroecológicas; à medida em que a gente estava em franco diálogo e integração com o Consea – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que estava nessa mesma linha; à medida em que nós apoiávamos e a Secretaria de Saúde está criando esse programa, de análise de resíduos de agrotóxicos nos alimentos; os editais de pesquisa voltados para a transição agroecológica e assim por diante; as várias escolas de nível médio, superior e pós-médio de agroecologia ou que dialoga com a agroecologia; as boas práticas de ATER; as iniciativas de conservação e recuperação de caatinga, cerrado e mata atlântica; e os editais e nossos programas de fomento, o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido, importantes programas de fomento, que estão bancando, abrindo editais para principalmente agroindústrias que tenham interface com agroecologia. Em torno dessa campanha de alimentos saudáveis, que eu deixei materiais aí, a gente foi percebendo que tinha muita coisa construída, mas não estava organizada, estava tudo solto, separado. Isso justificava mais ainda a gente ter uma política e seu respectivo plano.

Além do programa de governo, nós fizemos um seminário importante. Levamos Leonardo Boff, que sempre estimula muito a turma. A secretaria-executiva da CNAPO esteve presente também, a turma do MDA. Isso foi muito estimulante. Levamos o Boff para o Governador, e o Governador ficou mais interessado, naturalmente, porque Boff é mais interessante do que a gente. Depois, também com essa justificativa, todas essas conferências, Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conferência de ATER, muito forte indicando “política de agroecologia”. Tudo muito forte. Isso foi também bastante estimulante. Os movimentos sociais também, todos esses, que vão entregando as pautas anuais, as pautas estratégicas, todos estavam lá, exigindo, e isso também fortalece. Começou a tramitar um projeto de lei na assembleia legislativa, do deputado Marcelino Gallo, tudo isso junto facilitou muito uma construção coletiva bastante interessante, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. O Conselho determinou que a gente fizesse uma construção, quem estava na Câmara Técnica de Agroecologia e Educação Ambiental, que estava se formando, que nós construíssemos tudo isso de uma maneira superparticipativa, um projeto de lei, construíssemos de uma maneira bem ampla, com vários seminários, reuniões setoriais, várias consultas públicas, consultamos vários conselhos estaduais, fizemos videoconferências, essa coisa toda, até que foi recentemente aprovado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Esses foram os conselhos que nós consultamos, todos que tem alguma coisa ver com agroecologia. Alguns, claro, nos receberam de braços abertos, empolgados, interessados, outros nem tanto. Ainda vai compreendendo, como é que eu me insiro nessa história de agroecologia. Não são todos que já compreenderam ou perceberam isso, mas aos poucos. E eles disseram também o Conselho falou: “texto enxuto, para reduzir eventuais resistências”. Porque nós sabemos que em todas as assembleias legislativas é uma correlação de forças sempre problemática. Incrível como o pessoal do agronegócio é forte em todas as assembleias, não é só aqui. Então, muitas coisas nós estamos deixando para o plano estadual, para a regulamentação. Bom, construímos de uma forma bem legal esse consenso e também

conceitos bem explicitados. Tínhamos um pouco de receio com os diferentes movimentos, com as diferentes tendências, etc., mas deu tudo certo, todo mundo muito disposto a construir consensos. Agora então, aprovado pelo Conselho, submetemos à avaliação da Casa Civil, que nos pediu para apresentar para o Governador e a gente espera que dê tudo certo. O trâmite normal, da avaliação jurídica, e agora as negociações na assembleia, que acho que vão dar certo.

Não foge muito da política nacional, a gente fortaleceu na proposta a questão da terra, das mulheres e da juventude, que era algo que todo mundo estava julgando que precisava fortalecer um pouco mais. Não cabe agora entrar em detalhes. É muito semelhante ao plano nacional. Claro, as diretrizes de promoção de soberania e segurança alimentar; a valorização da agrossociobiodiversidade de cada bioma; a produção de alimentos de base agroecológica e orgânica; a construção e socialização dos conhecimentos agroecológicos, isso também ficou forte, a turma da educação do campo influenciou bastante, todo mundo rejeitando cada vez mais aquelas “verdades absolutas” vindas da Academia sem dialogar com os conhecimentos tradicionais, isso também ficou legal no projeto de lei. A ampliação da participação da juventude, das mulheres, dos povos e comunidades tradicionais, muito forte. A questão territorial, como eu já falei para vocês. A questão do extrativismo ficou também bastante fortalecida. Das tecnologias sociais. Porque lá, vocês sabem, 2/3 do território é semiárido, então a turma que tem grandes qualidades na produção de tecnologias sociais influencia bastante, a exemplo da ASA, a turma da convivência com o semiárido. Também trabalhamos nessa questão dos estímulos econômicos. E também achamos que era uma oportunidade a questão de associar um pouco ao enfrentamento às mudanças climáticas e também usamos aquela oportunidade que alguém falou aqui de manhã, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Parece que é uma oportunidade da gente também tentar associar.

A questão de instrumentos na política. Nós tentamos usar todos os instrumentos possíveis que a gente acha que é possível de serem utilizados para implementar a política. É um pouco polêmico, até que ponto todos esses elementos podem ser realmente instrumentos da política, mas apostando que tudo a gente pode estar utilizando para implementar. Acho que todos. Teve até uma inovação, proposta pela Secretaria de Meio Ambiente, que eles consideram que é um bom instrumento também a definição clara de indicadores de sustentabilidade nos agroecossistemas e também de qualidade de vida. Polêmico, porque isso realmente é um instrumento? Mas nas negociações para a construção de consensos a gente vai dirimir.

As instâncias então. Por enquanto, até o momento, ficou uma conferência estadual. Superpolêmica, porque é legal ter uma conferência estadual de agroecologia ou é legal que essa abordagem esteja muito bem distribuída na Conferência de Segurança Alimentar, na conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável, particularmente eu defendo isso. Não acho que seja muito interessante, tenho medo de ficar um “nichozinho”, só a turma da agroecologia. Por enquanto, na construção de consensos ficou assim, porque ao mesmo tempo, se não chama atenção especificamente para o tema, também ninguém liga, então tem esse outro lado. Depois se alguém quiser pode opinar. Comissão Estadual de agroecologia é uma comissão interinstitucional, usamos o mesmo método daqui. E os Colegiados Territoriais, nossa política de desenvolvimento territorial é muito forte, 27 territórios de identidade, e tudo

acontece em torno dos territórios. Também as orientações pró-plano. No que cabe ao estado, é um pouco o conjunto desses temas que eu apresentei.

Dalva Angélica (Sergipe)

Vimos aqui mais aprender do que falar sobre o plano. Em Sergipe a gente tem uma boa organização da sociedade civil em torno do tema. A gente tem tanto nos colégios territoriais como dentro dos movimentos sociais, um bom debate. Na ATER também, em vários espaços, na Embrapa a gente tem um conjunto de pesquisas, mas a gente não tem isso tudo reunido em um plano estadual. O que a gente tem lá é uma Rede Sergipana de Agroecologia – Resea que reúne os movimentos sociais e entidades que fazem o debate sobre o tema.

Sobre a legislação, a gente teve em 2011 aprovado (um projeto de lei) na nossa Câmara Estadual dos deputados. Foi um anseio também dos movimentos sociais que debatem o tema. Mas até hoje o Decreto de Lei ainda não foi assinado pelo Governador. Há uns quinze dias a gente teve uma boa reunião com os movimentos sociais que fazem parte da Resea, onde eles, em conjunto, em um encontro que eles fizeram, debateram a lei e fizeram uma boa proposta de decreto e estão lutando para que ele seja assinado e colocado em prática. Eu trabalho na Secretaria de Agricultura e vou levar daqui a proposta da construção do plano, e junto com os movimentos sociais, a gente vai trabalhar para que esse decreto seja assinado e a gente possa colocar em prática. Basicamente é isso.

Luiz Lino Cabral (Amapá)

Estou aqui com mais dois companheiros do estado. Aqui será a participação mais breve, mas a que sai daqui mais esperançosa. O Estado do Amapá está assim, uma folha em branco. Nós não temos praticamente nenhuma ação voltada à agroecologia. Para vocês terem uma ideia, nós não temos nenhum produtor que tenha pelo menos OCS. Então, nós temos um campo muito vasto a percorrer. Ou seja, nosso copo está vazio, daí estou muito esperançoso que a gente possa levar daqui convencimentos para as nossas autoridades, que a gente possa responder a essa demanda da sociedade, principalmente do agricultor familiar.

Generosa (Unicafes)

Fica aqui para a CNAPO, e um desafio para o governo, de como ajudar o Luiz a sair dessa “folha em branco”. Para nós é responsabilidade ajudar nesse processo os Estados que ainda não começaram a fazer a discussão, não começaram a identificar, porque com certeza têm experiências de agroecologia em algum canto, mas que precisam ser identificadas para serem trabalhadas.

Juliana (Distrito Federal)

Obrigada pela oportunidade da fala. Iniciativas que nós temos aqui no nosso quadrado de 5,5 mil quilômetros quadrados. Existe um projeto de lei tramitando na nossa Câmara Legislativa, que foi construído junto com a base, com os trabalhadores, com os estudantes, que é a nossa política distrital de agroecologia e produção orgânica. Ela já passou na comissão de constituição e justiça e falta passar na outra, que trata do tema de meio ambiente.

A Secretaria de Agricultura tem o Fundo de Desenvolvimento Rural, que é uma lei do ano de 2013, que concede financiamentos agropecuários aos produtores, tanto de forma individual quanto em grupos. Agora no nosso Plano Safra 2016/2017 foi oferecido um limite de tomada de crédito, de R\$200 mil por produtor e de R\$500 mil por associações e cooperativas, com um juro que foi reduzido de 3% para 1,5% para a agricultura familiar, ao ano.

Felizmente temos agora (em outubro foi feito o lançamento e assinatura do contrato vai ser feita nos próximos dias), uma chamada pública que teve origem na Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres Igualdade Racial e Direitos Humanos. A demanda veio dessa secretaria para que a Seagri, através do nosso Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Local, viabilizasse a aquisição de Cestas Verdes Orgânicas. O grupo de produtores que foi selecionado vai poder contar com o recurso de R\$ 1,8 milhão durante o ano de 2017, para oferecer essas frutas, verduras e hortaliças para a assistência social.

Nós temos também um espaço dedicado à agricultura familiar na Ceasa. Um espaço de mil metros, um terço dessa área está focada para a comercialização de produtos orgânicos. Hoje a representação é de em torno de 8 organizações de produtores. E temos 52 feiras orgânicas hoje no DF, elas estão muito concentradas aqui no Plano Piloto, mas existe uma intenção da Secretaria, através de um Programa, que está em construção e se chama “Direto da Roça Brasília”, para ampliar esses canais de comercialização incentivando a comercialização direta.

Pedro Moreira (Minas Gerais)

Boa tarde a todos. Cinco minutos é um pouco rápido demais para falar de experiências. Vou deixar essa questão da modelagem, de como se organizam as instâncias de agroecologia para um segundo plano, para trazer dois debates que acho que sejam prioritários. Não é todo dia que se junta essa turma toda. Primeiro a importância de chamar os gestores estaduais para esse debate. Essa chamada, e no convite isso não ficou claro, tem um peso mais importante do que troca de experiências nesse modelo, e mais uma importância de colocar os gestores estaduais de agroecologia no debate nacional que foi feito aqui no final, de sentar com os ministros e o núcleo de governo para pautar a agroecologia como prioridade. Que isso não seja uma pauta da CNAPO, mas que seja uma pauta de todos os movimentos sociais, sociedade civil e gestores de agroecologia no estado. Tem uma série de câmaras e espaços que estão colocados. Aproveito o que foi colocado aqui mais cedo e coloco Minas Gerais à disposição para fazer essa construção e esse debate. Porque na nossa estrutura federativa é impossível o Estado assumir os avanços que a gente teve no último período sem o apoio do Governo Federal.

Nós estamos tentando fazer isso em Minas. Tentando por exemplo apoiar os NEAs que não saíram os editais do CNPq; estamos tentando assumir alguma política de fomento de ATER que não girou no último período. Mas nós não temos, por estrutura federativa e pelo problema fiscal, condição de assumir isso. Então, me coloco à disposição do secretário para fazer isso. Tem o fórum de secretários do Norte com Minas. Vou pauta-lo também para fazer essa movimentação, para a gente começar a trazer isso. Isso é o que eu levo de mais importante, essa movimentação dos Estados junto com a CNAPO para pautar a agroecologia para dentro do governo federal.

Para o debate da Planapo 2 também trago uma preocupação muito grande. Os planos são instrumentos para a gente da agroecologia, que não somos hegemônicos nos núcleos de governo, disputar orçamento. Eu sou bem pragmático com política pública. Política pública é orçamento e gente. A modelagem e o desenho a gente vai discutindo, mas a gente tem muito acúmulo. Quando a gente usa o limite orçamentário para o que é nosso objetivo, nossa meta macro, nossa utopia, já perdeu. Se a gente traz o PPA, que é o limite orçamentário, e a gente sabe que está numa crise muito grande, coloca isso como nosso limite, é um problema muito grande. Eu não sei o que a legislação permite da CNAPO, em termos de deliberação, mas tinha que ter algum posicionamento da CNAPO de não diminuição de meta a partir de uma posição pragmática, que fale que isso é uma questão de crise e que os objetivos macro continuam esses. Como estratégia de manter a política de desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais, de agroecologia, de desenvolvimento rural sustentável, de uma forma geral, como um todo, a gente ter um posicionamento e já assumir a derrota no nosso Plano, isso nunca vai ser ampliado no PPA. Esse é o outro ponto. De alguma forma, dessa reunião, tentar problematizar esse recuo de metas, seja financeira ou física, a partir da nossa realidade fiscal atual, que eu espero que mude daqui para a frente. Esses são os dois pontos que eu acho que a gente deveria trazer para o debate e fazer a reflexão.

Por último, falar um pouco da modelagem da política de agroecologia em Minas. Talvez sejamos o Estado que tem mais avanço de formulação de Leis. Temos Lei de Agricultura Familiar, de Banco de Sementes, de PCT, temos Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável, temos Lei de Agroecologia e Produção Orgânica, enfim, temos uma infinidade de legislações que nos acarretam nessa estrutura institucional e legal. Só que essas leis, que são diretrizes, quando você começa a regulamentar, as regulamentações são um pouco frágeis. Por exemplo, a Lei de Agricultura Urbana. Quando o Governador regulamenta a lei da seguinte forma “a Lei de Agricultura Urbana vai ser gestada pela secretaria de desenvolvimento agrário”. O que significa isso de concreto? O que houve de avanço com essa regulamentação? É um pouco essa dificuldade que a gente tem lá em Minas. Nós temos uma legislação muito consolidada e temos uma estrutura de governança também bem estruturada, temos o Cedraf – Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, que passou a ser “Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar”, por isso não é CEDRS, e no Cedraf nós temos várias câmaras técnicas e entre elas a Câmara Técnica de Agroecologia e Produção Orgânica, ligada nessa estrutura. Também temos o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Não é um plano específico de agroecologia, mas ele é todo perpassado e foi pensado a partir dessa ótica da agroecologia.

Uma coisa nova que nós temos lá em MG é o PAA Familiar, uma Lei estadual que obriga o governo do estado à aquisição daqueles 30% da agricultura familiar. Temos uma Lei estadual específica para isso, com o mesmo padrão, com o Conselho Gestor que dá conta disso, e temos a mesma dificuldade, de sair da legislação e do decreto para a operacionalização, que é o debate primeiro. Você não faz plano, programa, sem orçamento e sem gente, o que é um pouco o nosso gargalo. Para fins de novidade, o esforço grande que nós estamos fazendo é para conseguir que a agroecologia, nessa perspectiva de orçamento, seja entendida também para o conjunto do estado e para o conjunto do ministério público, como uma política ambiental, de recuperação ambiental. De alguma forma, a gente começou a fazer parte de conselhos e órgãos ambientais. Também pela questão do crime, ou evento, da Samarco, que

dá uma possibilidade de investimento em um território restrito. Um investimento muito grande em um território restrito de tecnologias sociais que vai nos permitir mensurar a dimensão, por exemplo, de produção de água das ações agroecológicas, enfim. Temos uma conjuntura específica do Rio Doce, que talvez seja um instrumento para essa relação agroecologia e disputa com o meio ambiente de trazer para a pauta do meio ambiente a agroecologia, uma possibilidade um pouco maior.

Sebastião Tivelli (São Paulo)

Nesse tempo que nos foi dado, eu gostaria de mostrar como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo está organizada, nessa parte de agroecologia. Nós temos uma Comissão Técnica de Agricultura Ecológica e Periurbana, que basicamente assessora o nosso secretário nessa área de agroecologia e produção orgânica. Essa Comissão, que hoje eu estou como presidente, tem o assento na Comissão Orgânica da CPorg Estadual. Dentro da secretaria de agricultura, nós temos um ouvido voltado para o setor produtivo através da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica e essa talvez seja a nossa principal mola propulsora. É a sociedade que traz as demandas para a secretaria e impulsiona o que vem ocorrendo no estado de São Paulo. A Câmara Setorial, nas suas últimas três gestões, apresentou para a secretaria estadual cinco demandas.

A primeira delas era que houvesse uma linha de financiamento para a produção orgânica no período de transição. Essa linha de financiamento surgiu dentro de um fundo que o governo do estado tem, financiando tudo que o agricultor precisa para o período de transição. Com 07 (sete) anos para pagar esse projeto, com quatro anos de carência, tendo até R\$200 mil por agricultor e R\$500 mil para cooperativas e associações. O segundo ponto demandado pela Câmara Setorial foi a capacitação da nossa rede de assistência técnica para a linha agroecológica. Isso começou em 2012 e foram realizadas até agora 13 edições de um curso básico para trabalhar os técnicos de ATER que são convencionais e não acreditam que a agricultura orgânica possa ser feita. Nesses 13 cursos, em um curso de 40 horas, nós trabalhamos uma parte teórica em metade do curso e uma parte prática na outra parte do curso, vendo produção vegetal e produção animal. Na área de produção animal, aves e gado leiteiro. Esses 277 técnicos, que passaram por esse curso de 40 horas, ao final do curso nos fizeram uma demanda, um tanto quanto mais específica, que foi atender às demandas que eles tinham em cada município, e para isto em 2015 foi montado um curso de capacitação de 16 horas, sendo um deles voltado para olericultura; um segundo voltado para fruticultura; um terceiro voltado para sistemas agroflorestais; um quarto voltado para café orgânico; e um quinto, voltado para a produção de cereais (soja, café e feijão). O de cana-de-açúcar foi pedido, mas nós não conseguimos realizar. Por esse segundo módulo, passaram 292 técnicos para serem capacitados nesses sistemas de produção. Isso já rendeu um primeiro fruto. Nós tivemos no ano passado nosso braço de assistência técnica, que é a CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, apresentando 45 projetos de fruticultura orgânica no estado e 127 projetos de olericultura orgânica no estado, que é a produção de hortaliças. Com isso nós encerramos a segunda demanda da Câmara Setorial. Se não fosse a Câmara Setorial, eu estou seguro de que isso não teria ocorrido. A terceira demanda que a Câmara Setorial nos fez foi de

que o estado deveria fornecer ou suprir parte da semente orgânica que nós precisamos, fazendo a produção. Novamente a CATI tomou a frente disso e lançou, em 2013, a primeira cultivar no estado de milho orgânico, o AL Avaré, que é um milho de grão, e esse ano está colocando o CATI Verde, que é um milho para colher verde. Dentro da linha de pesquisa, nós estamos preparando para levar para o mercado sementes de batata orgânica, trazendo 5 cultivares do programa de melhoramento do IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, para disponibilizar para os agricultores, atendendo assim a terceira demanda da Câmara Setorial. A quarta demanda foi que o estado tivesse pesquisa na linha orgânica, e para isto a unidade na qual eu estou como responsável, em São Roque, se tornou um centro de referência em agroecologia para o estado de São Paulo. Lá a gente vem trabalhando com hortaliças e banana, basicamente, desenvolvendo uma cultivar de cebola, trabalhando com microorganismos benéficos, como o *trichoderma*, nessa linha de adubação verde. E a quinta e última demanda feita pela Câmara Setorial foi a parte de ensino agroecológico nas faculdades e nos cursos técnicos. Essa parte ainda não foi atendida pelo governo do estado, mas deverá ser atendida no próximo ano agora, em 2017, já que já foi firmado, já passou pela assessoria jurídica e toda aquela burocracia que tem, para que se faça a capacitação de 400 professores que atendem às escolas técnicas e às faculdades tecnológicas do estado de São Paulo e do Centro Paula Souza. Então, dentro dessas demandas feitas pela Câmara Setorial, dessas cinco demandas, a Secretaria de Agricultura vem atendendo, mas fora isso, dentro do estado de São Paulo vem ocorrendo muito mais coisas. Algumas envolvendo a secretaria de agricultura e a secretaria de meio ambiente, outras em conjunto com a sociedade civil, como são as feiras de trocas de sementes, esse mês ocorreram duas no estado. Uma iniciativa da secretaria de agricultura e da secretaria do meio ambiente As rodadas de negócios, onde foram colocados quem compra produto orgânico e quem vende produto orgânico, trazendo de um lado supermercados, agroindústrias, redes de hotéis para comprar das organizações sociais com um resultado muito interessante. Esse ano também foi firmado para atender a uma demanda da Prefeitura de São Paulo, que assinou e regulamentou essa Lei, de compra da Merenda Escolar, que oferece 8.170.000 refeições/dia. Foi assinado um protocolo de intenções para se trabalhar a transição desses agricultores para atender a prefeitura de São Paulo. Como essa legislação foi feita em comum acordo com a sociedade, a prefeitura de São Paulo terá um período de 11 anos para implementar isso, porque a sociedade civil organizada chegou à conclusão de que se a prefeitura de São Paulo fosse comprar tudo o que ela precisa agora de orgânicos, nós não teríamos produção para atender. Uma quantidade enorme de arroz do Rio Grande do Sul vem para o município de São Paulo para atender a essa merenda escolar. Hoje, dentro do estado, quando nós olhamos o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, nós temos 1.531 produtores orgânicos registrados no ministério da agricultura, com base no levantamento de 11 de outubro, sendo que desses, 594 são por certificação por auditoria; 163 através de OPACs – Certificação Participativa; e um número que cresce a cada novo levantamento, são as OCS – 774 projetos cadastrados. Vale o destaque aqui de que no estado de São Paulo, nós temos para crescimento da OCS uma participação fantástica do Senar através dos seus programas de olericultura orgânica, tomaticultura orgânica e agora um mais recente, montado para organizar os grupos de agricultores, para que eles ao final constituam essas OCS. O Senar tem colaborado bastante dentro do estado de São Paulo nesse sentido. Quando a gente olha os dados do Brasil como um todo, dos 5.645 municípios que nós temos, 22,5% têm alguma atividade orgânica. No estado de São Paulo, dos 645 municípios que nós temos, são 222 com

alguma atividade ou projeto orgânico, e isso representa 34,4% dos municípios. Finalizando, no final do ano passado, e primeiro semestre desse ano, o estado de São Paulo trabalhou a sua política de agroecologia, sua PEAPO, usando como referência a lei que existe no estado de Minas e no Rio Grande do Sul. Esse trabalho foi feito com a sociedade civil e encabeçado por uma Frente Parlamentar dos nossos deputados, constituída por 53 deputados de todos os partidos. Isto foi para consulta pública agora no meio do ano, e nós tivemos o retorno dessa consulta pública. Está faltando agora, em função do período eleitoral, sentar e ver o que nos foi devolvido para acertar e regulamentar isso. Esperamos no início do ano que vem estar com a política estadual de agroecologia e produção orgânica pronta. Uma demanda veio da nossa Assembleia Legislativa, porque os nossos deputados ficam muito bravos quando nós vamos pedir emendas parlamentares, e eles não têm, dentro do orçamento do estado, onde colocar. Não tem um programa, não tem uma ação específica. Em 2013, quando nós conseguimos o recurso, o recurso veio, como vocês devem saber, mas não chegou aonde deveria. Essa foi mola propulsora para essa lei dentro do estado.

Generosa (Unicafes)

Os próximos 15 minutos serão franqueados à plenária: observações, perguntas para os expositores.

Zuma (Professora do GDF)

Vou aposentar no próximo ano, porque a lei não me permite trabalhar com mais de 70 anos. Vou voltar para o meu estado, Minas Gerais, e quero continuar o trabalho de agroecologia e lá eu tenho terras. E agora chegou a oportunidade, porque tem o Moreira para me informar como eu devo fazer.

Generosa (Unicafes)

Sugeri que Zuma procure o representante do estado de Minas.

Ivanildo (Pará/Marajó)

Eu só queria ajudar a pintar aquela folha do meu amigo do estado do Amapá. Talvez nós não tenhamos uma política instituída, mas nós temos práticas agroecológicas no Amapá que são referência para o Brasil ou para o mundo. Então, para nós, povos e comunidades tradicionais, nós precisamos construir a estratégia de como reconhecer nossos saberes e fazeres em agroecologia, porque o que mais nós sabemos fazer é isso, mas nós não conseguimos vender para ganhar um real a mais com as nossas práticas. Se eu olhar o Bailique, eu só vou falar o Bailique, são práticas fantásticas de sustentabilidade ecológica no Pará, no Marajó, e a gente não consegue vender. O que nós precisamos fazer para instituir e para reconhecer práticas históricas, talvez primitivas para quem não é desenvolvido, que são o extrativismo vegetal praticado pela produção familiar neste País.

Gervásio (Emater/RS e Asbraer)

Um ponto comum nos relatos é que as políticas de agroecologia são a resultante de processos de construção social, de um acúmulo que é histórico, muitas vezes. Nesse sentido, eu queria

destacar só dois instrumentos correlatos, no nosso caso, que tenho certeza que o Dionatan vai concordar comigo, que cumprem um papel importante na implantação da política e de um plano estadual de agroecologia. Primeiro é a existência de um fundo estadual, que como é muito antigo no estado, lá nem é de agricultura familiar, é do tempo dos pequenos estabelecimentos rurais, mas tem esse foco, esse propósito, que permite inclusive repassar recursos, alguns a fundo perdido, para povos e comunidades tradicionais, etc., então é uma ferramenta importante de implantação de políticas públicas para quilombolas, pescadores artesanais povos indígenas, etc., além dos agricultores mais consolidados, familiares. O segundo instrumento é a criação de uma lei estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - ATERS, que prevê o repasse, em forma de editais e outras, também para instituições não governamentais ajudarem na implantação e no fortalecimento da política de agroecologia. Penso que são ferramentas que andam em conjunto e se houver eventualmente interesse, talvez o estado possa repassar, se outros estados tiverem interesse.

Romeu (FBSPG)

Sou de São Paulo e ouvindo o nosso representante falar, a gente tem uma noção do tanto que a gente tem avançado em São Paulo e, de fato, tem avançado bastante. E avançado em um cenário um pouco hostil à agroecologia, como nós vivemos em São Paulo. São heróis assim como o Tivelli, que conseguem, se articulando com a sociedade civil, fazer esses avanços. Eu queria colocar um pouco da realidade, por outro lado, que todos esses avanços, muitos deles estão ameaçados. Como, por exemplo, esse programa de alimentação escolar orgânica, que o prefeito tem declarado que não atende ao princípio de economicidade. A outra questão, sobre as feiras orgânicas que existem nos parques municipais. O prefeito já foi eleito dizendo que vai privatizar os parques municipais. Muitos avanços importantes que a gente tem tido em São Paulo estão sob ameaça agora e a gente conta com pessoas como o Tivelli para ver se a gente consegue consolidar esses avanços e continuar avançando.

Denis (ANA)

Reconhecer a importância dessa iniciativa da gente ter essa oportunidade de conhecer essas experiências e saber que o trabalho da CNAPO de alguma forma tem contribuído bastante para que esse debate aconteça no plano dos estados, não só nos conteúdos, mas também na forma de construção, com o diálogo entre o governo e a sociedade civil, movimentos sociais do campo, das florestas, isso é bem importante. Também informar e para a gente pensar no trabalho daqui para a frente, que nós temos discutido na ANA essa importância da gente ter espaço de discussão sobre as políticas estaduais de agroecologia. As organizações da ANA têm participado, em alguns lugares mais ativamente, e em outros menos, mas tem participado desses processos de construção e temos muito a intercambiar nesse sentido.

Outra coisa que acho importante destacar é a diversidade de iniciativas que foram apresentadas aqui no campo das políticas. E várias delas não estão restritas à promoção da produção orgânica certificada, em condições de mercado, essas iniciativas são fundamentais, mas tem várias outras, como, por exemplo, o caso da Bahia, que tem todo um trabalho no reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais, comunidades de fundo de pasto, povos de terreiro, enfim, uma série de coisas que são agroecologia, são muito agroecologia. Esse tipo de coisa é muito importante.

No caso do Rio Grande do Sul, o que me chamou a atenção foi o trabalho com as sementes, com o incentivo à agrobiodiversidade, com mais de 90 feiras de sementes que foram apoiadas. São exemplos de iniciativas que não são caras para o estado, apoiar feiras, apoiar eventos desse tipo, que reúnem uma quantidade enorme de agricultores, propiciam o intercâmbio de sementes, etc. Iniciativas desse tipo são iniciativas que podem ser rapidamente multiplicadas pelo País todo e que vão dar uma enorme contribuição à construção da agroecologia. Esse tipo de iniciativa é muito importante.

Por último reforçar o que o Ivanildo colocou aqui. Lembro que o Joaquim Belo, atual presidente do CNS, colocou aqui em uma reunião que “os maiores mercados agroecológicos do Brasil são os portos da Amazônia”. Fiquei pensando nisso, quando se fala na política de agroecologia nos estados da Amazônia. Como os ensinamentos dos povos das florestas, todas as iniciativas, inclusive de políticas públicas, que foram desenhadas nesses lugares, como a experiência do Acre, a experiência do próprio Amapá, com o incentivo à produção extrativista sustentável, isso é agroecologia, isso é muito agroecologia. É muito importante a gente reconhecer isso, dar visibilidade a essas iniciativas e pensar as políticas, desenhando instrumentos que possam apoiar esse conjunto de iniciativas e não se restringir a um determinado tipo de produção ou de mercado, ao qual a agroecologia não é restrita. Esse tipo de iniciativa, que é muito importante, precisa ser incentivada, multiplicada, cada vez mais agricultores envolvidos, mas não se restringe a isso. O conceito de agroecologia que a gente vem trabalhando, discutindo aqui na CNAPO é um conceito bastante amplo, que abarca uma diversidade de iniciativas e isso é muito positivo.

Paulo Petersen (ABA)

Eu vou reforçar algumas ideias e agregar mais algumas questões. Primeiro registrar o fato da importância dessa mesa. Essa mesa, para todos nós, significa avanços, mais do que um fato simbólico, é o fato de que a CNAPO e a política de agroecologia foi um grande acerto. E essa capilarização para os estados, que vai ser de forma extremamente heterogênea e isso é bom, mostra que nós estamos avançando. Algumas coisas que nós temos exercitado aqui, no âmbito da CNAPO, que seria importante também compartilhar, que tem um pouco a ver com o que o Denis acaba de levantar, que é não pensarmos a agroecologia como uma “caixinha”, que tem uma especificidade que se trata de forma desconectada de outras políticas. Inclusive aqui a gente aqui tem feito o exercício de conectar a CNAPO com o CONSEA, para discutir as políticas de segurança alimentar e a agroecologia tem fortíssimas conexões conceituais e políticas. E CONSEAs existem em todos os estados. Então, como pensar uma política de agroecologia não como uma coisa a mais, mas dialogando com os CONSEAs, dialogando com os conselhos de desenvolvimento rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Não é a agroecologia pensando a organização de um segmento de mercado, mas é pensar o desenvolvimento. Significa pensar as políticas da agricultura familiar, dos Povos e Comunidades Tradicionais, que todos os estados já fazem. Mais ou menos, mas todos têm conselhos de desenvolvimento rural, todos têm CONSEA, então essas conexões, que a gente exercita aqui a partir do espaço que a gente chama de Interconselhos, é importante também que os CONSEAs estaduais sejam chamados, porque os avanços de uma área, essas sinergias, são fundamentais para dar mais densidade e dar significado para a proposta de agroecologia.

E é desse ponto de vista que o Ivanildo levantou aqui, a fala dele foi muito importante porque também aqui, a nossa construção, partiu do que existe na prática, ela não partiu de uma idealização. A Agroecologia existe, ela não precisa ser criada. Ela existe e muitas vezes como resistência, a despeito de muitas políticas, do histórico de políticas que sempre foram anti agricultura familiar, anti-agroecologia e anti-meio-ambiente. O que a gente está é inovando nas políticas, primeiro no sentido de reconhecer a existência e as práticas. E segundo no sentido de fortalecer essas práticas. Promover a agroecologia significa muitas vezes rever algumas políticas que sejam danosas e isso de certa forma é o sentido que a gente tem discutido aqui o Pronara – Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. É fundamental que os estados também discutam essa questão. Promover de um lado e refrear de outro, porque é dessa forma que a gente vai pensando a transição. A convivência de modelos, muitas vezes, em certo sentido, é impraticável. Para a gente promover a agroecologia, a gente precisa “desincentivar” práticas danosas. É pensar as duas coisas de forma combinada. É um pouco esse tipo de reflexão.

E finalmente, a gente deveria repetir outras vezes esse exercício. Como pensar que os representantes dos estados estejam presentes aqui. E a gente tem que discutir também a possibilidade de fazer reuniões da CNAPO nos estados, que é uma discussão que nós vamos fazer em seguida. De forma que a gente continue trocando experiências entre os estados e do Nacional, desse espaço nacional com os estados. A gente tem muito a ganhar, quem sabe a gente crie, como o CONSEA, no debate da segurança alimentar, um sistema de gestão de uma política nacional de agroecologia, que envolva estados, municípios, territórios, talvez se a gente for evoluindo assim, a gente vai conseguir dar mais densidade.

Daniela (Anvisa)

Primeiramente, parabéns. Achei excelente a mesa, é muito revigorante para a gente ver que chegou. A gente fica doido para ver chegar lá na ponta aquilo que a gente está propondo aqui e do central. Um pouco complementando o que o Paulo acabou de propor, dessas articulações inter-setoriais nos locais. Eu tinha pensado em propor um “Kit Articulação”, que a gente possa se responsabilizar, mas eu quero perguntar para vocês se vocês acham que isso fato pode ajudar. Não só aqueles estados que já estão mais avançados a melhorar, quanto a gente conseguir que outros estados façam os seus movimentos para estar instalando as suas políticas estaduais.

Além de articulação com os CONSEAs, além das próprias organizações não governamentais locais, que aqui a CNAPO reúne várias delas, que têm representações nos estados, pensando do lado do argumento “Saúde para a Agroecologia”, a gente tem, hoje, em todos os estados, pelo menos nas capitais, as equipes do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA. Você até falou que lá está formando, mas pode ser que esteja formando o programa estadual, mas o nacional está lá.

Essas equipes, elas não só fazem as coletas para as análises do Programa. Elas acabaram se tornando verdadeiros comitês estaduais, elas não são chamadas assim, para estar desenvolvendo essas questões voltadas aos agrotóxicos. Elas têm um problema na mão. Elas detectam o resíduo, mas não está na mão da vigilância sanitária diminuir esse resíduo, porque ele foi parar lá no campo. Então, existe muito fortemente um trabalho de articulação com as

secretarias de agricultura e com outros parceiros, com a extensão rural, e obviamente que o projeto da política de agroecologia e produção orgânica casa com essa demanda. Muitas das equipes estaduais do PARA já estão envolvidas. Na Bahia, você deve conhecer o Rui, que é do PARA. No Rio Grande do Sul, a Suzana, então a gente tem essas equipes. Tem estados que ainda não estão envolvidos. Essa era uma base que eu queria propor para o “kit articulação”. A gente pode passar os integrantes, os coordenadores do programa no estado, que são todos de vigilância sanitária, para vocês fazerem essa conexão.

A outra coisa que eu pensei foi quem está no estado trabalhando com a política de alimento mesmo, as coordenações da vigilância sanitária responsáveis por alimento. Elas também vão ter, saindo um pouco do agrotóxico, toda uma política, tanto de vigilância quanto de orientação para consumo de alimentos saudáveis e pode se fortalecer. A gente tem essa lista para passar e eu queria saber se vocês acham que de fato dá para contribuir.

Generosa (Unicafes)

Passou a palavra para mesa fazer suas considerações finais.

Dionatan Tavares (SEDR/RS)

Acho que foram mais contribuições do que propriamente perguntas. No embalo do que o Gervásio do Rio Grande do Sul trouxe, o estado do Rio Grande do Sul conseguiu estar em um patamar hoje de fazer determinados apoios a projetos e fazer uma injeção de recursos e poder direcionar essa injeção de recursos à base agroecológica, pois há um fundo estadual que foi constituído em 1998 que faz esse apoio de projetos. Tem uma política de projetos extremamente subsidiados, tem 80% de subsídios, se o agricultor pegar R\$ 10 mil, no final da linha ele paga R\$ 2 mil. Altamente subsidiado. Tem programas inclusive dentro do Plano nosso que vai injetar R\$ 25 milhões Fundo Social do BNDES que a gente fez seleção agora, abriu editais agora, tem 38 projetos contemplados. Não são 38 cooperativas, são 34 que repetiram projeto, que vão investir recursos, R\$25 milhões, 100% subsidiados, recursos do Fundo Social, então não tem retorno financeiro de volta e todas essas ações são com foco em agroecologia. Produção Orgânica e Agroecologia. Ser uma cooperativa, era um quesito para se inscrever nesse projeto, era esse o critério.

E como eu disse antes, que a gente tem coisas boas, mas também tem coisas ruins, que a gente não consegue executar. Gervásio também trouxe a lei do PRATERS, que nossa lei estadual para a questão da assistência técnica e extensão rural, que estabelece que 10% do recurso que o estado dá à assistência técnica deveria ser injetado também não só na ATER pública mas também nas outras ATERs. Por questões orçamentárias e de recursos da situação financeira do próprio estado. A prioridade, a diretriz em detrimento de começar uma política nova não deixar de ter gás naquela ATER que hoje já tem. A gente também tem problemas, não é 100% brilhante o Plano, tem coisas que a gente estabeleceu e que espera que dentro dos quatro anos a gente consiga executar, mas precisam de um certo esforço.

Paulo falou aqui da questão da conexão dos planos e dessa estratégia com CONSEAs, enfim, com outros. Nós também temos a participação muito próxima dos CONSEAs, da CAISAN, das Escolas de Famílias Agrícolas do estado. O Espírito Santo leva uma experiência grande em

questão às Escolas de Famílias Agrícolas, mas nós lá hoje já temos 4 e essas 4 recebem recursos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, para fazer uma metodologia de educação na pedagogia da alternância com foco na agroecologia. Então são que coisa que fazem uma transversalidade no fim das contas e colaboram com aqueles fatores antigos que temos como não permanecer no campo, daquele foco de agricultura convencional como ideal. Isso tudo a gente procura incentivar também nessas outras ferramentas.

Daniela também trouxe aqui como fazer essas políticas estaduais acontecerem, vejo muito pela nossa relação lá no meu estado, o kit ajuda, mas o que de fato se percebeu, e eu procurei falar isso antes, precisa muito contato político e físico, então precisa de uma articulação daqui, ou talvez uma visita de articulação ao secretário da pasta ao estado, uma provocação pessoal no sentido de a CNAPO fazer um roteiro de reuniões e fazer uma visita de cortesia levando o PLANAPO para a gente se movimentar, no sentido de que a gente sabe que a base social está movimentada, mas às vezes ela não está sendo ouvida pela base estadual política, então dá pra fazer uma articulação de cima para baixo com quem tem que ser de “cima para baixo”, e de baixo para cima pela mobilização social, creio que com casamento dessas duas coisas ao mesmo tempo é o que vai gerar os planos estaduais.

Tosatto (BA)

Apenas agradecer porque foi realmente uma oportunidade muito grande estar aqui, vamos ficar mais próximos daqui para frente com toda certeza, e gostaria de fazer uma pequena provocação, eu estava olhando um pouco as planilhas que vocês se debruçaram para validação. Gostaria de saber se têm os dados estadualizados? O interessante seria que fossem territorializados, mas aquelas metas já tem uma reflexão de cada meta por estado? Porque fico imaginando, para quem vai desenhar agora um plano estadual seria bem interessante saber a quantidade daqueles X agricultores e extensionistas que serão capacitados. Tudo aquilo, centenas e centenas de ações, precisamente 196, já se têm uma reflexão da distribuição do cumprimento dessas metas por estado, eu acho que seria interessante.

Generosa (Unicafes)

Agradecer a participação dos estados e acho que contribuição do plenário foi importante para percebermos que na verdade o que precisa melhorar é o diálogo, pois as experiências estão aí para serem identificadas e organizadas. Tem o papel da sociedade civil e do poder público importante nesse diálogo. Agora Rogério vai coordenar a segunda parte para a participação dos estados, acho que cabe a plenária cumprir este papel, foi sugestão deles participarem o desafio descentralizar de Brasília e fazer com que o PLANAPO consiga realmente atingir o Brasil.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Primeiramente, respondendo a pergunta da meta estadualizada do nível do Governo Federal da oferta e em termos financeiros e até da expectativa de atingimento, nem na avaliação do monitoramento do primeiro PLANAPO a gente conseguiu fazer isto, o que conseguimos foi algumas iniciativas, nós temos o mapa de onde foi e ali você consegue enxergar o que se atingiu, agora o pra frente a gente não tem não.

Eu acredito que como a Generosa já colocou, isso já é uma pauta nossa de trabalhar em conjunto, aproximar e estabelecer mais políticas, então eu acredito que essa primeira aproximação no sentido da participação foi um passo inicial e o nosso desejo é que continuem todos vindo e que mais estados venham participar das nossas plenárias. Uma pergunta que foi feita é que se nós teríamos um calendário já de 2017. Tradicionalmente nós fazemos isto nesta reunião, mas excepcionalmente nesta não estamos fazendo, justamente pela participação dos estados, e aí eu entro no ponto que foi a nossa reunião de ontem, que é a questão dos seminários regionais.

Tem toda uma política nossa, sendo construída na trajetória da comissão da política pública de se aproximar dos estados e a nossa proposta discutida ontem com a participação dos estados, é a possibilidade de em 2017, nós realizarmos esses seminários nos estados com a participação dos estados e com a participação da sociedade civil, mas seminários de caráter regional, não apenas estadual. Para a nossa felicidade e também da plenária todos os estados presentes ontem se manifestaram favoráveis a essa construção, aquela proposta que vocês receberam de seminários regionais que fora encaminhada, ela tinha uma discussão prévia, já feita na mesa coordenadora. Essa discussão prévia acrescentou algumas coisas, mas digo brincando aquela proposta é o nosso papel de pão para a gente riscar e amassar, porque cada realidade regional é uma realidade nosso país. Nós não iremos ter um pacote fechado que no seminário da região A vai ter esse formato, na região B vai ser de outro formato, a gente vai construir isso e nessa construção o Rio Grande do Sul se ofereceu para realizarmos, isto é há o indicativo de nós fazermos o primeiro seminário já em Abril por lá. Sergipe também já se manifestou favorável em fazermos no nordeste, então é mais um diálogo que vamos fazer com a Bahia também, e mais estados do Nordeste para tosar e a gente possa fazer essa construção conjunta. São Paulo também se apresentou. Aqui no DF a possibilidade de fazer no período já antevendo a realização do Congresso do CDA no ano que vem. Amapá também se colocou nesta perspectiva.

A nossa intenção é construirmos isto, porque a gente solicitou pra sociedade civil que nos indicasse um ponto focal por região da sociedade civil, porque temos que ter, independente de ser nestes estados, alguém que articule a sociedade civil e a gente possa trabalhar nisso. Não sei se é necessário apresentar o desenho dos seminários, porque o desenho foi só nosso “papel de pão” a gente vai ter que ir sentar junto com a sociedade civil dos estados e construir um mínimo de uma intencionalidade de calendário, para que até o final de dezembro a gente possa definir isso mais claramente, para que já em janeiro a gente tenha então esse cronograma dos seminários e também aí o cronograma da CNAPO, e aí gente possa disponibilizar isso e possamos também então ter o nosso calendário já definido até o início de janeiro, para que possamos nos organizar nas nossas agendas, porque sabemos que de todos que estamos aqui temos umas agendas tensas e com várias atividades. Resumidamente a situação que a gente tratou ontem dessa parceria de realizar os seminários fizemos uma discussão também junto à mesa coordenadora e alguns membros da comissão da possibilidade daquele desejo que nós tínhamos nesse ano, de que algumas plenárias nós realizássemos nos estados, ou seja, sairmos de Brasília para a gente fazer esse diálogo aqui, mas no território, na região, etc. No possível, claro, conjuntura que se estabeleceu durante o ano, mas a nossa intenção é construir, não em todas, mas em algumas plenárias nossas serem feitas conjuntamente nesses seminários, onde 2 dias antes a gente faria a plenária no estado e

depois na sequência, se faria o seminário ou vice-versa, para que possamos está atingindo o objetivo de divulgação, interação, conhecimento, aproximação, fortalecimento, de apoio a iniciativas como no caso do Amapá, para a gente cada vez mais fazer aquilo que é uma característica da agroecologia e produção orgânica que essa relação de cooperação, solidariedade e de aproximação. Resumidamente é isso, aprendi com o Gervasio que o tempo é nosso amigo e está a favor de nós, mas as horas são nossas inimigas e estão contra nós como na situação aqui presente, então colocamos mais uma pauta que vem da manhã que era o Mário para falar. Mas claro que para não ficar essa coisa atrapalhada, abriremos a palavra nesse momento, e se mais alguém tiver o desejo de fazer uso da palavra que se manifeste.

Quais os nomes que sociedade civil indicou para que fossem pontos focais?

Denis Monteiro (ANA)

Na verdade, nós falamos da ideia dos seminários regionais trabalhando com a ideia de que os 2 primeiros serão Sul e Nordeste, então tiramos pontos focais desses 2, das outras regiões não. No caso do Sul ficou nosso companheiro Élson Borges dos Santos (Zumbi), Ernesto Kasper e faremos uma consulta a Rede ECOVIDA para que indique uma mulher para compor esse trio focal. No caso do nordeste a nossa sugestão é que seja o Alexandre Pires, da ASA e a Verônica Santana do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, além disto, a companheira Tatiana da Rede Xique Xique do Rio Grande do Norte, que está super disposta em compor o trio focal.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

A ideia é justamente fazer no sul e no nordeste inicialmente, e critério para ficar claro do porque a gente sugeriu que fosse primeiro nesses estados é porque lá temos uma maior concentração de agricultura familiar e por ser regiões que tem uma articulação muito forte, não que as outras não tenham, mas se casar a articulação de movimentos sociais no aspecto de agroecologia e produção orgânica com agricultura familiar vai ter um maior resultado. A gente decidiu por isso priorizar eles e a ideia então ficou que seria em Abril no Rio Grande do Sul e em Maio no nordeste que a gente vai construir.

Nós colocamos à disposição da Secretaria, no caso que nós poderemos bancar de um número limitado à participação, tanto de passagens e de área de representantes de outros estados na sede onde acontecerá o seminário. Isso a gente colocou ontem para o pessoal dos governos que estavam aqui e a partir das reuniões a gente vai definir claramente o papel de cada um e a possibilidade de cada um.

A ideia não é seminários massivos, são seminários de divulgação e articulação com participação de agricultores e agricultoras no aspecto da gente formar cada vez mais essa coesão, esse conhecimento e troca de experiência para que ampliemos essa rede que já existe nas organizações da sociedade civil, mas que ela se torne uma rede de políticas públicas do governo e da sociedade civil em relação ao PNAPO e que a gente cada vez vá se fortalecendo mais.

A sinalização da nossa secretaria e do secretário é de apoio com passagens e diárias. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, bancaremos pessoas de governo e sociedade civil de Santa

Catarina e Paraná para que venham no seminário do Rio Grande do Sul e assim por diante. Já foi feita uma estimativa e não é um número elevado, mas a gente pelo menos traz.

A Generosa está colocando aqui se tem que ser aprovada a participação dos parceiros e companheiros na nossa plenária. **Claro que tem que ser aprovada. Uma salva de palmas, acho que simboliza isso.** [A aprovação da plenária foi manifestada em uma salva de palmas]

Agradecemos muito mesmo a disposição de todos aqui sem fazer distinção de ninguém. Por exemplo, MG que veio com 2 representações, acho que isso é fundamental para o diálogo. Temos certeza que no andar dessa carruagem que iniciou hoje estaremos trabalhando, teremos muitas iniciativas positivas e teremos muitos desafios que nós queremos construir, trabalhar e vencer junto com vocês.

Agora chamo aqui Mário para falar.

Mário Ávila (UnB)

Antes de tudo, obrigado Rogério pelo convite e obrigado a comissão como um todo. A primeira reflexão que eu acho importante fazermos é o do porque estar apresentando um resultado de pesquisa numa comissão como esta, principalmente no momento que a gente vê as representações estaduais, trazendo algumas discussões aqui, um papel importante. A gente vem trabalhando e refletindo de fato como é que uma política é implementada e desenhada. Então acho que aí é um papel acadêmico, em que a universidade junto com o IPEA, com a EMBRAPA e com alguns outros colaboradores tiveram o esforço de se debruçar sobre a PNAPO e sobre o PLANAPO I (2013-2015), então estamos falando de um momento anterior ao que estamos hoje, mas isso tem um significado importante, principalmente do ponto de vista de não errar novamente em algumas coisas que identificamos e do que ouvimos, para cortar caminhos. Então se pensarmos no que foi dito por algumas pessoas aqui, que estamos começando a descer para o nível estadual, com iniciativas semelhantes da União, pode se considerar um avanço.

Já temos um acúmulo de leitura sobre a política e sobre o plano. Essa pesquisa nasce a partir de uma iniciativa do IPEA, a UnB é convidada para trabalhar nisso junto com a EMBRAPA e com a Iracema que estava aqui na Secretaria Geral na época. A primeira questão que a gente se debruça é fazer uma avaliação da concepção, pois é importante reconhecermos de como essa política nasceu, entender o processo, para então podermos discutir um pouco da sua estruturação e agora estamos na fase de discutir a implementação.

Estamos atuando em paralelo às ações de vocês, principalmente se debruçando sobre o que está acontecendo e quanto de fato aconteceu. Quando ouvimos o que cada um dos representantes estaduais aqui falando, fico pensando quanta coisa para a gente pesquisar, pois vão surgindo diversas iniciativas, e a gente tem o interesse acadêmico em fazer essas leituras. Algumas perguntas que nortearam esse processo para a gente são essas que estão aqui colocadas. Como ocorreu o processo de construção da política? Quais os principais aspectos positivos e negativos que foram apontados na concepção da PNAPO e do PLANAPO, principalmente olhando para os atores que participavam da sua gestão? A gente trabalhou na questão metodológica com os atores da sociedade civil e governo que estavam na Comissão. O

esforço que está sendo feito nesse momento é tentar compreender o quanto que as ações que estavam colocadas como prioritárias pelas agendas da sociedade civil, principalmente a ANA, foram contempladas efetivamente no Plano.

Metodologicamente foram realizadas 45 entrevistas semiestruturadas, sendo 23 representantes da sociedade civil e 22 representando o governo que participam da CIAPO ou CNAPO. Aproveitamos então uma reunião aqui da CNAPO realizada em 2015 e também ficamos aproveitando esse espaço aqui em Brasília para correremos atrás do pessoal e fazer essas entrevistas. Houve toda uma sistematização dessas entrevistas, isto é, toda uma análise de conteúdo a partir de dados que foram gerados. Temos muito material gravado, um volume imenso de registros que foi gerado com esse trabalho.

A primeira coisa que trazemos aqui, foi um esforço que a gente fez em criar uma linha do tempo dos elementos que foram sendo consolidados da agroecologia no Brasil. Ou seja, fizemos esse esforço para recuperar iniciativas de todos os estados, de todas as magnitudes. Fica até difícil de ver, mas tem muita coisa e ainda sim, muita coisa está oculta, pois não conseguimos colocar na linha do tempo e muita coisa a gente nem identificou por completo, pois a medida que falamos com as pessoas, elas vão trazendo mais elementos.

Basicamente, temos algumas ações ligadas a produção orgânica, outras ligadas a produção agroecológica e os marcos mais importantes relacionados à política e ao plano. Eu posso disponibilizar para quem tiver interesse. Os principais pontos a partir da tabulação dos dados que foram apontados como as avaliações da concepção da política e do plano estão aí. Com essas pessoas que foram entrevistadas, tentamos abordar aspectos mais macros sobre a existência da política, ou seja, o processo de construção da política, a concepção do plano, o desenho do sistema de gestão da governança e alguns outros aspectos.

O que temos de importante aí nessa tabela? Vamos ver por ordem, primeiro os itens positivos e depois os negativos. A decisão de criar a política foi avaliada como um ponto extremamente positivo. Todas as pessoas que foram falando apontaram isso. A construção participativa da política e a construção interministerial foram outros pontos abordados super positivos. A articulação de iniciativas que estavam dispersas, como foi reportado aqui nas iniciativas estaduais, que é uma questão importante de ter um elemento “aglutinador” e a existência da CIAPO e CNAPO como desenho de gestão foram outros pontos abordados como positivos, pois uma faz processo de gestão dentro do governo e a outra faz diálogo com o governo e sociedade civil. E até mesmo a própria articulação dos movimentos sociais foi dada como positiva. Agora nos itens citados como elementos negativos na avaliação do pessoal, temos em primeiro, a prioridade da agroecologia no governo, ouvimos isto aqui a todo o momento, que a prioridade é muito baixa. Falamos também sobre a ausência de temas fundamentais, principalmente quando se tratava do plano, o PLANAPO I teve temas que ficaram de fora e também a ideia de perceber que o plano é um “apanhado” de iniciativas pré-existentes e não como um plano articulado também aparece muito na fala das pessoas como pontos negativos. E por último, a falta de integração e sinergia entre as iniciativas é também um outro aspecto citado.

Os temas importantes contemplados no PLANAPO I (2013-2015) que foram destacados na fala dos atores foram a presença das mulheres; a questão da agricultura orgânica, o registro de

insumos fitossanitários para produção; o PRONARA; a questão das sementes e o ECOFORTE. Em contrapartida, os temas não contemplados nas iniciativas do plano que foram destacados nas falas dos atores, que todos sabem, mas é importante registrar, são as questões de terra e território, a área livre de transgênicos, a agricultura urbana e periurbana e a questão da comunicação, que já vem sendo superada a partir do portal agroecologia e de algumas iniciativas da CNAPO.

Quando falamos de prioridades para o fortalecimento da agroecologia e produção orgânica na percepção dos representantes das instituições nós dividimos em 3 grandes grupos. Os econômicos, os que dizem respeito a conhecimento e os marcos regulatórios.

Com relação à comercialização, compras públicas é o item com maior frequência de citação, circuitos curtos de comercialização que estão relacionados a feiras e iniciativas e o fortalecimento das organizações. Com relação à produção, a questão do crédito/fomento e o acesso a sementes e biodiversidade são os pontos mais citados. Na questão da informação, a questão da ATER é o item mais citado, junto com as prioridades que deveriam ser dadas, a questão da ATER Agroecológica. A questão do ensino, a questão da pesquisa. Na comercialização, o trabalho de sensibilização com a sociedade. Existe a Semana de Orgânicos, mas precisa avançar para outras temáticas, a gente precisa envolver a sociedade e fazê-la conhecer um pouco mais sobre isso. Alguns entrevistados citaram “Aparecer na novela da Rede Globo”.

Com relação a marcos regulatórios, a questão do PRONARA e a questão de adequação das normas sanitárias visando a comercialização também apareceram bastante.

Essa é uma tabela que traz estratégias, iniciativas e um balanço do Plano, principalmente tentando “elencar” a partir dessas prioridades que foram mais citadas nas entrevistas, em quantas estratégias essas temáticas apareciam e quantas iniciativas se desdobravam e qual o volume de recursos envolvido. Compras governamentais estavam em oito estratégias, 12 iniciativas e envolviam cerca de R\$527 milhões de reais. A questão do Crédito estava em cinco estratégias, 16 iniciativas, com volume de R\$7 bilhões, que é o maior volume do Plano.

As diretrizes. Aqui já é um exercício de tentar dialogar com o documento da ANA, que é um documento propositivo no desenho do plano. Pegamos o documento da ANA e cruzamos com o que de fato tem no plano. Vemos aqui o quanto das demandas que a ANA tinha colocado apareceram efetivamente no plano. Em suma, nesta tabela, a primeira parte dela diz o que foi incluído, depois o que foi parcialmente incluído e por último o que não foi incluído.

O documento da ANA tratava sobre diretrizes, objetivos e ações, isto muda de nome dentro do Plano, mas acaba tendo bastante semelhança. Enquanto diretrizes praticamente tudo o que estava no documento foi incluído (77,8%), enquanto apenas 11,1% foi parcialmente incluído e não incluído (11,1%).

Quando você vai para a linha de ações, vemos que há um distanciamento. E isso tem rebote naquela discussão de fazer o apanhado de iniciativas ou “o exercício do possível” que era o que ouvíamos bastante. Em termos de objetivos temos bastante inclusos (61,8%), mas creio que o mais importante aí são as ações ou iniciativas que não foram incluídas que também

dialogavam com aqueles temas que ficaram de fora, temos também todo um avanço já na pesquisa, na tentativa de entender essas ausências.

As principais demandas que não foram contempladas são as questões da DAP que eram questões ligadas à desvinculação da unidade familiar e outros temas, a questão da pluriatividade e novos instrumentos pensando na agricultura periurbana. Na questão legal tínhamos vários aspectos que foram colocados e não estavam contemplados. Temos também sobre terra e território, sociobiodiversidade, segurança e outros temas que não apareceram no plano, mas eram demandas que apareceram no documento da ANA.

Finalizando, acho que o que temos pra dizer é bastante simples, na verdade o exercício que a universidade junto com o IPEA e a EMBRAPA fez, foi a tentativa de andar junto com a comissão, com a implementação da política e tentar num curto espaço de tempo dar uma resposta já de como a sociedade estava percebendo o Plano. Então a gente fez esse primeiro esforço, abriu evidentemente uma agenda enorme de pesquisa, temos feito estudos comparativos com outros países que tem políticas de agroecologia ou estão trabalhando na linha de fazer ações semelhantes. Boa parte da América Latina vem tendo o Brasil como referência, é uma responsabilidade imensa para o país, pois às vezes damos um passo que parece pequeno ou apenas tem um marco simbólico importante, mas isso tem criado evidentemente uma reflexão ampla. Conhecemos experiências de agroecologia no mundo inteiro e o Brasil tem sido sempre referenciado por ter uma política e um plano, isso traz pra gente a resposta que a pesquisa nos deu.

Outro aspecto que já estamos nos apropriando e tentando trabalhar, em diálogo com a CNAPO, é como avançar nas questões de monitoramento, para poder ter um pouco mais dessa dimensão, como é que está desdobrado isso no nível estadual, ou como é que de fato entre a concepção e a implementação, entre o orçamento e o financeiro, o que aconteceu. Estamos nos debruçando no momento sobre essas temáticas, lógico que é um novo exercício, e agora com um novo Plano temos que fazer sempre o exercício do possível dentro deste estudo.

A continuidade da pesquisa agora é no ano que vem. A previsão é que durante o CBA lancemos um livro durante um evento, estamos com bons trabalhos, muito material acumulado, contribuições de vários de vocês aqui. A ideia é de um livro com aproximadamente 20 a 25 capítulos, discutindo os vários temas da política e do plano.

Generosa (Unicafes)

Agradeço e parabênzo o trabalho importantíssimo aqui apresentado, e agora colocamos para a plateia que caso tenha algumas considerações, algumas perguntas.

Luiz Rebelatto (Sebrae Nacional)

Você mencionou de outros países com outras legislações e políticas, se você puder falar um pouco e fazer um rápido paralelo, entre o que a gente tem aqui no Brasil e o que eles tem lá fora. O que te chamou mais a atenção nessas semelhanças e complementariedades?

Daniela (Anvisa)

Primeiro gostaria de parabenizar, ficou excelente. Não sei se o trabalho já foi disponibilizado ao público ou a CNAPO como um todo, mas eu gostaria. Queria sugerir que façamos uma reflexão na metodologia de análise que vocês usaram para ver a questão de o que está contemplado, se não chegaram a resultados ou chegaram? E também se não tem algo que a CIAPO e CNAPO possa se apropriar, para estarmos fazendo acompanhamento, monitoramento e aprimoramento da PNAPO.

Élson Borges (STPOrg)

Esse trabalho leva-nos a ter as seguintes impressões: Ele tem que continuar podemos ajudar de forma integral ou não. Ele dá aquela ideia que é necessário fazer, jogar, agir e continuar fazendo, isto é avaliando. Então é uma ferramenta muito importante que me chama atenção porque a gente costuma fazer uma série de coisas e não analisa, a ferramenta da pesquisa parece que vai nos dar essa condição de fazer a análise, mesmo que seja dessa forma mais quantitativa. Então eu queria dialogar com você isso, o que você acha?

Mário Ávila (UnB)

Vou começar com a pergunta o colega do SEBRAE. Na verdade, existe um outro esforço que a gente vem fazendo, de discutir políticas de agroecologia na América Latina, então existem pelo menos 13 países envolvidos neste esforço. Construindo essas linhas do tempo e levantando todos os marcos, mas existem países como o AMAPÁ, e existem países como SÃO PAULO, ou como o Brasil. Alguns que ainda estão com o papel em branco, mas existem várias iniciativas. Por exemplo, El Salvador não tem uma política, mas o fato de haver sucessivos terremotos e todo o cenário pós-guerra civil e várias outras coisas, agroecologia é praticamente a *praxis* deles. Tivemos um seminário semana retrasada aqui em Brasília, com representantes de vários países aqui representando essas questões e também estamos gerando algumas coisas que serão posteriormente socializadas com vocês.

Com relação à questão da Daniela, primeiro, foi gerado um texto para discussão que vai ser publicado pelo IPEA, provavelmente no começo do ano e depois ele vai fazer parte desse livro que está sendo organizado. A ideia nossa é lançar durante o CBA. Agora com relação ao monitoramento a gente tem que dialogar muito ainda, temos um pouco de experiência do que a pesquisa permite, mas vocês tem experiência da prática. Esse diálogo tem que ser feito, aí já vai um pouco para a resposta do Zumbi, a pesquisa se alimenta do que está acontecendo, ela tem suas lógicas, existem metodologias para tudo, dá para fazer um pouco mais quantitativo e um pouco mais qualitativo, a gente teve que fazer concessões, às vezes a gente teve que brigar. Discussões como gerar um pouco mais de números porque é importante para poder dialogar com esses espaços onde às vezes a demanda é executiva, de poucas informações e de fácil leitura, a gente tem por trás disto um acúmulo qualitativo, diversas teses e dissertações e com um milhão de coisas acumulando neste sentido. Existem muitas coisas associadas nesta pesquisa, estou trazendo só a “ponta do iceberg” para vocês.

Passou a palavra para Luciano Mattos (Embrapa).

Luciano Mattos (Embrapa)

Essa pesquisa da primeira fase teve como tema a concepção, a segunda parte vai ser da execução. Vai sair um texto para discussão, já está com os consultores. O livro vai ter vários assuntos que as pessoas aqui colaboraram, inclusive na parte de ATER o Jean-Marc fez um texto tão interessante que estamos pensando em colocá-lo como abertura, ele pega um apanhado e fala sobre a insuficiência do debate do tema no CONDRAF, no CONSEA, apesar de já ter sido pautado, pois a gente ficou falando muito mais dos pares e faltou uma articulação maior dentro dos conselhos. Trabalharemos no livro as questões teóricas, com exemplos e vai ter um capítulo sobre análise de concepção e execução.

Já finalizando, tínhamos uma ideia que não sabemos se vamos conseguir fazer por conta de restrição orçamentária, que era a ideia de descer no campo em algumas regiões e analisar a execução no chão, isto é, fazer uma análise do conjunto político que é o PLANAPO, a partir da visão do contemplado, porque pecamos muito em fazer essas análises de políticas públicas apenas apanhando os elementos de políticas, de gestão e opinião de líderes e é importante ter uma avaliação do produtor. Importante isso, porque nessa primeira fase do PLANAPO I, como eram ações já pré-concebidas e foram juntadas, tem um mérito de ter um monitoramento integrado, por outro lado como já eram ações pré-existentes quando a gente vai para o campo conversar com o agricultor, raramente tem um que sabe o que é o PLANAPO, conhecem o PRONAF, sabem o que é PAA, mas não ouviram falar o que é o PLANAPO, ou seja, além da restrição orçamentária às vezes ele está operando com os instrumentos que a PNAPO dispõe para ele, mas ele não sabe nem que existe o PLANAPO. Então temos que tomar um pouco de cuidado na hora de fazer este tipo de análise, para não parecer que a gente está abordando uma pessoa que não sabe da existência dele, mas está sendo beneficiada por elementos do plano, isso pode dar um resultado errado daquilo que ele está sentindo, temos que ver como faremos essa 3ª parte com essas dificuldades e também com a questão orçamentária.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Pergunta se mais alguém tem alguma consideração ou pergunta sobre a pesquisa, após ninguém se pronunciar agradece o palestrante e o mesmo deixa a mesa.

Gestão Territorial do PLANAPO

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Há um processo dessa comissão há um tempo da possibilidade de fazer um monitoramento da PNAPO a nível territorial ou regional, mas com os atores envolvidos na ponta que trabalham essas políticas e que são os beneficiários dela. A nossa intenção é desde um debate de 2015, onde ocorreu uma iniciativa muito forte da sociedade civil e que trouxe uma perspectiva de fazer esse monitoramento que chamamos de gestão territorial. Essa proposta começou a ganhar certa força na elaboração dela a partir de Janeiro de 2016 numa reunião que aconteceu no RJ com a SPT, com a ABA, MDA, Segov-PR, UnB, entre outras onde se elaborou uma proposta escrita para que se começasse a trabalhar e conseguimos evoluir ela com o tempo. Posteriormente, mesmo nesse período de transição não a abandonamos e continuamos trabalhando. Essa proposta não está acabada, pois sempre há situações que requerem modificações novas, mas é uma construção conjunta e isso nos deixa muito tranquilos. No nível de governo fizemos um diálogo junto com a SEAD, SAF e SDR. Internamente fizemos um

diálogo na SEGOV com a possibilidade dessa proposta ser efetivamente realizada, mas a nossa sinalização é que isto vá adiante e aconteça tanto por nós quanto pela SEAD e a nossa intenção hoje é apresentar para vocês as etapas dela para que nós possamos trabalhar em uma discussão em cima do que vai ser aqui apresentado.

O que vamos apresentar em função de tempo e disponibilidade é o resumo dela, então definimos em 2 etapas. A primeira etapa seria o modelo de gestão territorial, precisaríamos ter uma identificação inicial dos territórios onde há demandas ou interesses convergentes, pois não tem como iniciar um trabalho sem antes identificar o espaço de trabalho. Temos também a seleção de uma amostra de territórios, aqui a nossa proposta é bem tímida porque temos que aprender a construir isso, nós queremos fazer a seleção de 1 a 2 territórios por região e considerando os biomas, então seria de 6 a 10 territórios, considerando os 6 biomas e a possibilidade de 2 por região. Temos vários projetos e territórios que apresentam histórico, presença de redes de agroecologia, organização, capacidade institucional, enfim, vários critérios que foram postos e surgiram no diálogo entre nós e a sociedade civil num primeiro momento com a mesa coordenadora. Depois teríamos um terceiro item que é a identificação da abrangência geográfica das políticas do PLANAPO, outra ideia é de oficinas em Brasília com a participação de acompanhamento dos colegiados para elaborar uma proposta metodológica da gestão territorial. Também entra em consideração a escolha das políticas mais relevantes para cada território, pois temos um país muito diverso, com muitas realidades diferentes. Para finalizar essa primeira etapa, precisamos da definição do painel de indicadores a serem monitorados, pois precisamos elaborar quais indicadores relevantes são necessários para podermos fazer essa gestão e monitoramento.

Então partimos para a segunda etapa que é a implementação da gestão territorial, em primeiro ponto faríamos uma oficina da metodologia da gestão nos territórios já construída. Faremos também um levantamento pelos colegiados territoriais e das redes de agroecologia na linha da base dos indicadores e do plano a serem monitorados. Um tratamento da consolidação das informações coletadas, um levantamento semestral desses indicadores, visitas técnicas e intermediárias nesse processo, levantamento anual de todo painel de indicadores e um seminário nacional. Calculamos que todo esse processo deve durar em torno de 20 meses, para chegarmos a uma construção de metodologias e de instrumentos que permita a gestão da política pública nos territórios, mas ainda temos que evoluir isto, temos uma estimativa de custo, que é em torno de 600 mil reais. Temos que trabalhar na viabilidade de todo este custo, tenho sinalização da SEAD que tem interesse em fazer esse trabalho, até o final do ano temos que fazer esses ajustes e ver realmente o que a gente vai ter de recurso para podermos trabalhar dentro do orçamento.

Esta é uma ideia que é histórica, desde o primeiro GT de monitoramento, para não analisarmos as políticas públicas apenas em tabelas do Excel, vendo quantos milhões foram aplicados e quantos desses recursos atingiram agricultores. Pois não conseguimos enxergar quanto efetivamente acontece na vida das pessoas e também ter uma devolução daquela realidade do que tem que ser aperfeiçoado e melhorado, isso tem que ser um ponto a ser trabalhado cada vez mais por nós. É uma dificuldade muito grande, mas é um desafio que esta comissão tem-se posta a fazer a um bom tempo.

Coloca então a palavra a disposição para considerações, críticas e perguntas. Logo após passa a palavra para Germano.

Germano (Serta/Comitê de Juventude do Condraf)

Apresentou-se e cumprimentou a plenária.

Ontem na ST Sociobiodiversidade, conversamos um pouco sobre esta questão e ficou uma dúvida, pois tínhamos feito uma leitura rápida do documento e a questão é que o debate está muito ligado à política territorial da SDT e com toda essa discussão da reformulação da secretaria onde ninguém mais sabe se a política vai continuar como procederemos neste contexto?

Tatiana Muniz (Rede Xique-Xique)

Cumprimentou a mesa, e elogiou a pesquisa, mas criticou o fato de não haver porcentagem a respeito das mulheres.

Olhando esta pesquisa, sabendo que há outra, gostaria que a mesa convocasse para a próxima plenária os representantes da SPM que a elaboraram para vir apresentá-la. A SPM não existe mais, mas recursos foram gastos e essa pesquisa não pode ficar perdida.

Paulo Petersen (ABA)

Na nossa subcomissão também houve esse debate ontem, a mesma questão levantada pelo Germano foi lá debatida, onde quem leu a proposta viu que a mesma foi concebida partir da hipótese de que existiam os espaços de gestão territoriais criados pelo antigo MDA e não existem, pelo menos formalmente não, somente os colegiados existem. Rogério tem feito um esforço em costurar esses atores do governo em torno desse desafio que nós da CNAPO estamos colocando. Não adianta querermos monitorar a partir de uma visão mais quantitativa e a partir das tabelas, é preciso ver o impacto finalístico lá na ponta e, sobretudo a partir da concepção dos atores do território, esse é um desafio metodológico inovador que nós tínhamos a expectativa que contribua para a própria política de desenvolvimento territorial, que todos nós sabemos as limitações. Inclusive a própria SDT, conhecia as limitações da política do desenvolvimento territorial que acabou se reduzindo ao PROINF, mas a concepção original não era essa, pois antes era de fato ser uma política de articulação territorial com enfoque territorial, nada mais diferente do que estamos discutindo aqui nesta plenária, a política de agroecologia tem essa concepção. Foram feitas várias reuniões com diversos ministérios, onde se vê que todos têm interesse, a partir de casos isolados e interesses próprios, ou seja, não é um monitoramento que é do PLANAPO em geral, mas você vê impactos específicos de políticas em territórios específicos.

O ECOFORTE é uma peça chave nessa história, pois ele foi concebido a partir da ideia de redes territoriais e a FBB e BNDS nos colocou o desafio. Como é que monitora o impacto de uma rede territorial? Quais são os indicadores? O que é uma rede territorial? São conceitos novos para monitoramento de política pública, mas que são extremamente importantes para que exercitemos coletivamente, inclusive para desenvolver indicadores e metodologias inovadoras, que para nós é fundamental.

É um desafio que ontem na nossa reunião da ST, foi discutido bastante e que para a próxima plenária nós já deveríamos ter um avanço grande no sentido de ter a coisa mais modelada e mais clara, mas em função dos nossos atropelos não foi possível, espero então que na próxima plenária a gente tenha mais clareza de toda a questão. Dentro da proposta podemos dizer que é orçamentária, como Rogério já colocou aqui, e fazer isso precisa de uma mobilização de recursos e também saber quem vai movimentar os recursos para viabilizar. Faz-se necessário ter uma definição desses territórios, vendo que a possibilidade de escolher um número limitado de territórios venha com o fato de que nós também vamos entrar numa fase de experimentação, inclusive para desenvolver um método de como monitorar. Esse é um desafio comum, não se monitora uma política de agroecologia de instrumento-a-instrumento e sim como a articulação dos instrumentos num determinado território, a partir da ação dos atores do território. Então isso é desafiante, mas é o que vai dar novidade.

Talvez tenha que fazer alguma reunião intermediária da nossa subcomissão com um grupo que discuta especificamente isto e, claro, envolver os ministérios e até o próprio ECOFORTE que estão no caso. Então tentar viabilizar alguma oficina onde tenhamos mais concretude para que já chegue com a proposta mais desenhada a ponto de ter um momento na próxima plenária para afunilar e fechar o ponto de identificação de territórios para que não fique arrastando isto indefinidamente. Isso é discutido desde a 1ª reunião plenária da CNAPO, já estamos na 16ª, é evidente que a CNAPO tem interesse em monitorar, mas a gente até agora não conseguiu, talvez esse seja o momento, sobretudo agora com esse processo de centralização nos estados, talvez nós consigamos agora apoio de alguns estados que eventualmente tenham territórios e possamos construir isso junto com eles. É um desafio que já poderia colocar para fortalecer também a política nos estados, porque a gente vai fazer um monitoramento do PLANAPO, mas em diversos estados. Acho que isso é uma coisa que a gente deveria pensar em exercitar em conjunto.

Carmem Munarini (MMC)

Nós tentamos iniciar em Chapecó uma discussão sobre os territórios de SC em criar câmaras temáticas dentro dos territórios. Formamos a Câmara Temática da Agroecologia que já está registrada com esse nome e chamamos todas as entidades e representações que trabalham com Agroecologia. Fizemos um seminário de um dia inteiro, onde foi muito bem discutido o tema, e o sentimento que surgiu foi de levarmos a mensagem dessa câmara setorial temática de agroecologia nos demais territórios, onde só em SC tem 9. Uns andam meio devagar, mas de repente é uma forma de rearticular esses territórios. Nós também formamos a câmara setorial das mulheres dentro do nosso território. Acho que deveríamos ousar mais nessa organização que está querendo cair e que não tem sustentabilidade política. Poderíamos rearticular bastante a gestão da política através dessa proposta de centralização nos estados. Acho que seria uma grande valia.

Ivanildo (Extrativista)

Pensando aqui que de repente em um território como Marajó/PA, onde praticamente toda sua produção é orgânica e não consegue vender 1 kg de açaí orgânico, de a gente criar um espaço com a celebração e de um reconhecimento dessa produção. De repente unir forças com a CNAPO, para que a gente pudesse criar uma certificação, um reconhecimento ou selo

participativo que no ato do evento do território fosse para consolida-lo. Dizer que encontramos um caminho, para um povo que produziu ecologicamente e que não conseguiu vender como produção orgânica. Se fizéssemos isto, dava para fazer uma festa.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Tem criado, dentro da CIAPO, um GT de Monitoramento. Insisto desde 1990 nos governos onde trabalhamos em política pública e o grande problema é que não conseguimos materializar isto, então quando trazemos uma proposta concreta depois de todo esse processo onde todos contribuíram, a nossa intenção, não é mais só uma intenção, porque se vocês observarem dentro do PLANAPO II (2016-2019), está presente isto, então é um compromisso do governo. Está dentro do plano, o monitoramento, então é importante que tenha sido colocado isso, o governo tem esse compromisso e a relação do governo com sociedade é a cobrança. Eu acho que isso é fundamental, pois isso pra nós é um ganho porque agora a gente vai ter que fazer isso aqui acontecer. Isso é uma realidade que está presente e não fica só na intenção, fica aqui como um compromisso. A gente também já fez uma discussão com a GIZ com a possibilidade deles se incorporarem à esse projeto e eles se manifestaram favoráveis, claro que com o foco na região amazônica que é onde eles estão trabalhando com a SEAD.

A dificuldade que tivemos nesse período de transição nos deu muitas incertezas, mas conseguimos levar ao menos essa proposta adiante, acho que agora antes do fim do ano poderíamos encaminhar aqui com vocês de fazer uma reunião agora no início de dezembro pelo menos entre o governo. Trabalhamos nisso num grupo reduzido dentro do governo para ter essa proposta elaborada já agora que existe o “papel de pão”, para articular antes de fevereiro, para que na próxima plenária possamos já vir com uma proposta elaborada não só em termos de intenção e compromisso do governo, mas também de disponibilidade financeira para que ela avance. Temos que ter a clareza que sem recursos financeiros, isso não vai avançar. Fariamos isso lá na CIAPO onde já tem um GT de Monitoramento trabalhando para fazermos uma discussão específica do que já construímos até hoje, mas de uma maneira mais ampla com vários membros do governo e trazer algumas pessoas da sociedade civil para vir bater o martelo para que nós tragamos isso à próxima plenária.

Paulo Rogério (APATO)

Como há um processo de debate interessante aqui acontecendo. Quero levantar que de um lado nós temos o PGAI, o PNGAT do outro lado nós temos um conjunto de reservar extrativistas que estão na Amazônia. Mas de outro lado temos o MMA que está fazendo agora um debate sobre uma gestão de territórios quilombolas. Talvez fosse interessante incluir e pensar de que forma a gente traz alguns territórios tradicionais e reservas para saber de como que estas políticas rodam nesses espaços, acho interessante uma análise sobre isso.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Agradece a fala de (Paulão).

A gente já teve uma reunião anterior com vários órgãos para ver o que eles estavam trabalhando. Nesse período meio que nos distanciamos para tentar chegar nesse “boneco” e

agora a gente chama novamente, para integrarmos isso, para ver como é que trabalha junto para que na primeira quinzena de dezembro a gente leva isso adiante via CIAPO.

Generosa Silva (Unicafes)

Ressaltou que a sociedade civil está indo para casa sem muitas respostas importantes e que não é cabível que fiquem sem respostas até o ano que vem a respeito da reunião dita por Rogério na CIAPO. Citou que é importante que tenha uma comunicação prévia para que todos possam se organizar.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

É importante salientar que a plena realização de uma proposta destas, depende muito da sociedade civil. Seja no fortalecimento, na construção, na concepção, mas principalmente lá no território, na região, na área, no espaço geográfico. Estamos trabalhando em que se a sociedade civil abraçar essa proposta, ela efetivamente vai vingar.

Agora sobre os informes, são 2 basicamente. Um sobre agrotóxicos e o outro é sobre a comunicação e o portal. Mas antes de esvaziar aqui, temos que ler as duas cartas que foram propostas hoje de manhã.

Romeu Leitte (FBSPG)

Leu as 2 cartas, uma destinada aos ministros e outra à EMBRAPA.

Terezinha Aparecida Borges Dias (EMBRAPA)

Colocou suas considerações a respeito da carta destinada à EMBRAPA, colocando que há 2 formas de estrutura gerencial, os portfólios e os arranjos.

O ST Sementes hoje de manhã propôs também uma carta para a FUNAI, esta carta já está aprovada?

Maguida Fabiana Da Silva (MCTIC)

Uma sugestão a respeito da carta destinada aos ministros participantes da CTNBio. Da forma que está colocada em que vocês estão solicitando que os ministros encaminhem uma proposta soa um pouco fora de contexto. Se tivéssemos uma proposta para encaminhar e então pedíssemos que estes ministros apoiassem esta proposta, teria mais força e seria mais bem recebida.

Fernando Prioste (Terra de Direitos)

Faz alguns anos na Terra de Direitos que a gente tem um litígio relacionado justamente nessa questão que já está no STJ, perdemos em todas as instâncias justamente porque o poder judiciário diz que os experts doutores definem o que é melhor independente do resultado. A proposta que se tem e a que se tinha desde sempre na CTNBio, de fazer uma avaliação participativa sobre o que seriam as regras objetivamente que impedissem a contaminação, porque não é muito certo a uma determinada distância, depende da altura, de onde está, do vento, da região, do tipo de milho, da altura do pé de milho, enfim, depende de muita coisa. A

construção de uma proposta pode ser feita, é um elemento que pode ser construído pela sociedade civil e pode ser apresentado, mas à época o objetivo que se tinha era de abrir uma audiência pública ou um debate público dentro da CTNBio para que se fizesse lá o debate. Dada a importância da situação e a urgência de enviar isto, creio que poderíamos fazer esse pedido desde já e se for para o caso, viabilizar os meios de fazer esse estudo para ver o que seriam as normas de convivências se é que isso é possível.

Rogério Dias (MAPA)

Dentro da Câmara Temática de Orgânicos foi criada a proposta de um GT que vai juntar pessoas para consolidar isto, buscando informações com cientistas. O que nós queremos é abrir espaço dentro da CTNBio, para discutirmos a proposta. Mas a gente precisa que politicamente, os ministros se posicionem com relação à necessidade de rever a norma que está aprovada hoje, que é claramente ineficiente, inclusive, quem pegar o parecer que respaldou a norma vai ver que os trabalhos científicos mostram que a contaminação acontece até 500 metros, a partir de 100 metros eles consideram que fica num nível considerado uma contaminação inevitável que é aceita pela União Europeia, eles não se preocuparam de não ter uma contaminação, por exemplo, das espécies crioulas, se preocuparam simplesmente com a questão econômica de uma barreira na hora de importar o produto para Europa ou para outro país que tem a restrição.

O que queremos com essa carta é abrir o espaço para que essa discussão se retome, pois até hoje a gente não conseguimos fazer isto.

Paulo Petersen (ABA)

A ideia é orientar a carta para os ministros da CNAPO. Podemos afirmar que existe o CNBS que é um órgão presidido pelo ministro da casa civil e vários ministros que estão aqui na CNAPO. Acho que a instância pela lei de Biossegurança deveria ser o CNBS, que nos últimos tempos só se reuniu uma vez, presidida pela Dilma quando ela era a Ministra da Casa Civil e depois nunca mais se reuniu, apesar de todas as cobranças. Essa instância ligada à lei de biossegurança, creio que tem uma grande interface com a CNAPO. Então eu me pergunto se não seria o caso de orientar a cara para a Casa Civil, para que a Casa Civil convoque o CNBS.

Romeu Leitte (FBSPG)

Perguntou se alguém mais teria mais alguma sugestão de mudança no texto e se poderia encaminhar a carta.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Concordo com o encaminhamento para a casa civil, mas eu acho que a gente teria que dar um argumentada mais técnica, isso é fundamental. Se chegar na Casa Civil só um documento, um ofício solto, sem uma argumentação técnica, ele tem pouca possibilidade de prosperar. Queria que houvesse nessa carta, um anexo, que troxesse uma argumentação técnica do porquê. Porque acho que dá mais respaldo para nós.

Romeu Leitte (FBSPG)

Ressaltou que já tem um material técnico importante para colocar como anexo, que é uma argumentação feita pelo professor Nodari, que a gente pretende anexar à Carta. Talvez precise mencionar esse anexo no texto da Carta.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Perguntou se alguém mais teria mais alguma sugestão de mudança no texto e se poderia encaminhar as cartas.

Paulo Petersen (ABA)

É uma sugestão. Semana que vem o CONSEA se reúne e eu me pergunto se não seria o caso dessa iniciativa sair junto à CNAPO e ao CONSEA.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Está aprovado então com a sugestão do Paulo de dialogar com o CONSEA a partir da semana que vem, sendo aprovado e enviado para a Comissão de Biosegurança.

Agora questão dos informes era sobre os agrotóxicos e o portal. Em relação a agrotóxicos a gente tinha colocado esse informe em função do PARA e sobre a situação do PRONARA. Como a gente já entrou nessa discussão quando mudamos a programação, acredito que já esteja superada e a não ser que alguém tenha mais alguma informação, darei continuidade.

André Araújo (SEAD)

Vocês sabem que estamos nesse processo de construção do portal. O que trouxe aqui são apenas algumas imagens desse ambiente que estamos construindo lá, com uma construtora que está nos ajudando, a Daniela Cavalcante, com autoria de webdesigner.

Uma das coisas que a gente detectou foi a importância e necessidade de melhorarmos nossa comunicação e fazer com que as coisas construamos e dialogamos, sejam os resultados, balanços e desafios circulem mais. Desde o Seminário Dialoga Brasil, quando fizemos uma grande reunião de inauguração do GT de Comunicação, estamos dando alguns passos. O site é a grande primeira concretização desse GT de Comunicação, mas a gente não espera que se resuma todo nosso trabalho ao site.

A grande novidade de avanço que tivemos é que o ambiente está já construído e vai ficar durante um bom tempo em experimentação. Articulamos com 13 ASCOMs dos ministérios, o pessoal de governo que é da comunicação vai usar e subir os materiais, estaremos experimentando isso. A ideia é que a gente lance o portal junto com essa revalidação do PLANAPO II (2016-2019), tentaremos fazer uma coisa casada, achamos que uma das principais funções do portal é justamente divulgar quais são essas iniciativas, metas e resultados do plano.

Claro que temos bastantes sonhos, a gente quer que também que o monitoramento passe por esse portal e que o tenhamos como um instrumento da transparência pública, que tenha integração com os núcleos de agroecologia, com usuário, com o mercado de orgânicos, etc. Mas isso aí são outras fases.

Na primeira fase entendemos que é uma experimentação, porque é um arranjo institucional complicado. Não é um portal de um ministério só, percebemos logo nas primeiras tratativas de que não adiantava lançar um site ancorado apenas por um ministério ou um órgão e isso demanda um tempo. É uma inovação, pois a gente não tem outro portal assim que esteja ancorado com esse arranjo. Nessa primeira fase estamos pensando que ele vai ter a função de divulgar o plano, vai ter a memória institucional, ou seja, as atas do que colocamos aqui, das posições e encaminhamentos. Teremos notícias também, a gente pensou numa periodicidade tranquila para as ASCOMs para terem uma boa quantidade de notícias. A gente pede que os eventos também sejam encaminhados aqui para a gente para que possa divulgar no portal, não só de governo, mas também da Sociedade Civil.

Dois importantes serviços que estamos pensando para o portal nesse primeiro momento são a divulgação de maneira mais pedagógica e didática, isto é, algumas práticas, conhecimentos e sabedorias dos agricultores e dos pesquisadores, então essa divulgação de práticas estará na versão de cartilhas de biblioteca. A gente conta com as contribuições do MAPA e do MMA que já estão acertadas, mas também queremos que as organizações da sociedade civil que tenham produzido um material interessante divulguem conosco. Queremos que a pessoa em campo, com seu celular possa ler isto, porque na verdade a juventude rural não vai ter um computador, ela vai ter um celular na mão. Então nossa ideia é de ter coisas visualmente atraentes que comuniquem. Queremos também estar disponibilizando nesse portal também uma sessão de serviço que seria acesso às políticas. Porque não adianta a gente colocar lá uma planilha complexa das metas, iniciativas e políticas. Queremos que todas as políticas que estão no plano, também tenha um infográfico, uma explicação de como o usuário possa usufruí-la, que não precisa ser o usuário final, mas também uma prefeitura ou uma organização que está fazendo o intermédio entre a política nacional e o usuário final possa compreender como aquela iniciativa ou política pode se concretizar.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Perguntou se alguém tinha alguma pergunta ou consideração a fazer.

Relatou que conseguiram sensibilizar a SECOM para a importância deste portal, relatou também que houve duas reuniões já com as ASCOMs para tratar do tema. Enfatizou que agora é importante trabalhar para que haja uma relação com o próprio ministério em termo institucional para com a ASCOM. Pois a grande maioria das ASCOMs não domina o tema. E o nosso desafio de mobilização para o portal é nesse ponto. E a gente pede aos companheiros e companheiras dos ministérios que façam esse diálogo interno com as suas ASCOMs. Isso é um ponto chave para a realização dos seminários regionais.

Elizabeth Cardoso – CTA-ZM

Na reunião passada quando veio o diálogo com o governo, a mesa do governo não tinha nenhuma mulher. Aquela mulher ali entrou depois, quando o cara do BNDES saiu, e ela nem abriu a boca. Isso é uma foto meio ruim para lembrar o que foi esse diálogo. E acho que não tem referência nenhuma com o PLANAPO, pois o tema não tem nada a ver com produção orgânica, não tem nada a ver com a CNAPO. Além do organograma que também não tem nada a ver.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Só sendo justo com o que aconteceu, na verdade nós já esclarecemos isto na outra plenária. Eram 4 mulheres convidadas para a mesa, era esse o limite que tinha. O MMA era para ter uma representação, a CONAB era para ter uma representação, BNDES encaminhou já desde o início a Fernanda para participar e nós contávamos ainda que tivesse uma mulher da sociedade civil à mesa. Mas está tranquilo, acho que esta foto, essa é a realidade mesmo e a gente vai ter que trabalhar isto.

Demonstrou preocupação com o horário e alertou da existência de mais 1 aviso.

André Araújo (SEAD)

Foi muito bom ter levantado essa questão porque o como a gente tá pensando em validação de conteúdo é que a validação se dará por órgão. Então ao mesmo tempo em que é uma oportunidade que estamos dando para cada órgão de governo, ter um local de divulgação das suas iniciativas, também estamos responsabilizando cada membro de governo que vai validar o material. Então digamos que essa foto é responsabilidade minha, então ok, a crítica está acolhida. Vai ter sempre esta vinculação, a validação. Digamos que sobe um material, ou uma notícia do MAPA, é o Rogério (MAPA) que vai nos informar se essa notícia está ok e se pode subir. Porque não tem como a CIAPO responder sobre todos os materiais que estão no site. Vai ter sempre o órgão responsável que subiu o post.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Passou a palavra para Daniela (Anvisa).

Daniela (Anvisa)

Só mais um aviso. Está aberta no portal da ANVISA a inscrição para a participação da sociedade civil numa reunião que vai discutir a *Agenda Regulatória*. A Agenda Regulatória é onde a ANVISA define quais as próximas regulações que faremos. Só aqui no PLANAPO a gente tem o tempo todo uma demanda de um marco regulatório para agricultura familiar e para produtos da Sociobio. Então estou dando uma dica porque isso é mais um espaço para fortalecermos essa nossa ideia para que isso aconteça. Porque quando eu, como representante da CNAPO, for discutir com os gestores da ANVISA a questão da regulação voltada para nosso público por estes produtos, se isto estiver lá na agenda regulatória já vai ser meio caminho andado. A reunião acontece dia 8 de dezembro, por isto que eu não podia deixar de explicar isto aqui agora.

Agora uma dica para as mulheres. Tem uma regulamentação específica que está determinada pela lei de biodiversidade que tem que ser feita pela a ANVISA para que se regularize produtos da produção tradicional fitoterápicos que não se enquadram como medicamentos, mas está descrito que a ANVISA tem que regulamentar, estamos com essa lacuna regulatória. Se esta demanda aparecer na Agenda Regulatória, estaremos com meio caminho andado para conseguir fazer essa “dobradinha” com vocês lá dentro e conseguir emplacar essa regulamentação e então possa finalmente regulamentar a diferença entre esse medicamento fitoterápico de produções que vem das comunidades tradicionais.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Passou a palavra para Terezinha (EMBRAPA)

Terezinha Aparecida Borges Dias (EMBRAPA)

Sobre aquela carta destinada à EMBRAPA que falava dos instrumentos gerenciais da empresa, que são os portfólios e arranjos. Ano passado a gente teve um esforço muito grande, porque quando vinha uma demanda que perguntava qual era o envolvimento da EMBRAPA com as comunidades quilombolas, por exemplo, a gente não tinha essa informação organizada para devolver a quem nos consultasse.

No ano passado tivemos um esforço muito grande de propor para a instituição um portfólio, infelizmente esse portfólio no ano passado não chegou nem a poder ser apresentado. Fomos atropelados por outro portfólio que o abarcou. Mas esse ano nós conseguimos gerenciar um instrumento gerencial no formato de arranjo, submetemos. Das mais de 40 unidades da EMBRAPA, achávamos que só 5-6 tiveram trabalho com pescadores artesanais. Responderam-nos sobre uma consulta feita 22 unidades. Falaram que tinham trabalhos com povos e comunidades tradicionais e que tinham interesse em compor esse arranjo. Então conseguimos organizar este arranjo e está lá dentro para ser estruturado. 22 Unidades têm trabalhos com PCTs.

Romeu (FBSPG)

Com relação à carta que nós aprovamos aqui para a EMBRAPA. Sugeri que se mudasse o nome do portfólio para que ficasse com o mesmo nome da CNAPO e fosse “de agroecologia e produção orgânica”, mas não focado só em produção. Perguntou se todos concordavam e validou a decisão.

Rogério Neuwald (Segov/PR)

Agradeceu o esforço, a dedicação e compreensão de todos. Enfatizou que as reuniões plenárias sempre são intensas e que a aproximação com os governos estaduais foi um dos pontos mais importantes abordados na reunião. Desejou feliz natal e ano novo a todos e encerrou a reunião.